

Universidade Federal do Paraná

Cyro Fernandes Corrêa Júnior

**PLANTAR, COLHER E ASSOCIAR-SE PARA VENDER:
A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO NO MERCADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IVAIPORÃ.**

CURITIBA

2017

Universidade Federal do Paraná

Cyro Fernandes Corrêa Júnior

**PLANTAR, COLHER E ASSOCIAR-SE PARA VENDER:
A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO NO MERCADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IVAIPORÃ.**

Dissertação apresentada à UFPR, Programa de Mestrado em Sociologia, linha de pesquisa Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente, sob a orientação do Professor Dr. Alfio Brandenburg, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Corrêa Júnior, Cyro Fernandes

Plantar, colher e associar-se para vender: a experiência da
associação no Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã / Cyro
Fernandes Corrêa Júnior – Curitiba, 2017.

192 f.; 29cm.

Orientador: Alfio Brandenburg

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Agricultura familiar – Paraná. 2. Políticas públicas – Programa
Fome Zero (Brasil). 3. Política alimentar. 4. Mercado da Agricultura
Familiar – Ivaiporã – Paraná. I. Título.

CDD 3338.7



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA

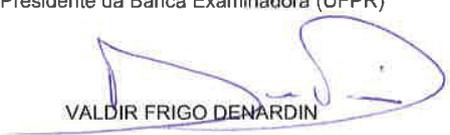
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CYRO FERNANDES CORRÊA JÚNIOR** intitulada: **PLANTAR, COLHER E ASSOCIAR-SE PARA VENDER: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO NO MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IVAIPORÃ**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 20 de Outubro de 2017.


ALFIO BRANDENBURG
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


VALDIR FRIGO DENARDIN
Avaliador Externo (UFPR)


DOUGLAS OCHIAI PADILHA
Avaliador Externo (UFPR)

DEDICATÓRIA

À minha mãe querida, dona Maria Glafira, que no curso deste trabalho nos deixou para cultivar nos campos da eternidade. A ela que educou pelo exemplo, para uma vida de amor ao próximo e de sustentabilidade em cada atitude. Pelos mesmos motivos ao meu pai querido, seo Cyro, que também merece aqui a gratidão por semear em nós a paixão pela agricultura. Às irmãs Dayse e Gledenise pelas mais diferentes contribuições. Ao irmão Eduardo e sua família, à Sandra e à dona Eika, por tudo que têm feito por minha vida. Igualmente à família Santos Pedro, especialmente pelo que têm feito por meus filhos. À filha Victória que muito me alegrou com sua escolha pelas ciências sociais. Ao filho Augusto que muito me motiva continuar estudando. Aos filhos Raul e Natália, por me darem o amor da perseverança. Ao amigo Francisco por me acolher em sua vida e permitir que eu possa amar sua mãe. Ao amor da minha vida, Glaucia, esse anjo que me salvou e que me guarda. Aos amigos André, Paula, Maria Clara e Laura, e em nome deles, a todos os amigos de todos os campos, com um carinho especial a todas e todos que se juntaram a nós na política e no serviço público em realizações diversas, como na construção social do Mercado da Agricultura Familiar. Aos agricultores e demais agentes sociais que participaram da pesquisa e que tanto contribuíram para que tecêssemos uma imagem mais clara das experiências vividas. Em especial, ao professor Alfio Brandenburg pela paciência com minhas limitações e pela orientação eficaz, para que mesmo um acadêmico enferrujado, pudesse produzir esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, todos e todas que me guiaram até aqui. Aos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que contribuíram para que os direitos ao “horário especial para servidor estudante” e “licença capacitação” fossem assegurados. À Universidade Federal do Paraná – UFPR, ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, seus coordenadores e professores, especialmente àqueles que conheci no CERU, aos colegas estudantes participantes deste foro de estudos e debates que guiou nossas pesquisas nas linhas das ruralidades e meio ambiente. A alguém que tão bem representou tudo isso, o secretário do Programa, Katiano Miguel Cruz, sempre pronto a esclarecer nossas dúvidas acadêmicas mais elementares e as mais complexas. Pelos mesmos motivos, aos colegas Rafael José Ramos Silva e Kauê Barreiros Corrêa Pessoa Guimarães que me mostraram caminhos quando estava um tanto perdido no cumprimento das obrigações acadêmicas. Aos servidores da Biblioteca de Ciências Humanas da UFPR no Edifício D. Pedro I que sendo impessoais nunca deixaram de ser generosos. Às servidoras públicas com as quais tive a honra de trabalhar, Daiane Beatriz Sales e Rosemeire Medina, pela disponibilização de informações. Ao filho Augusto Pedro Corrêa por me acompanhar nas pesquisas. A companheira Glaucia Cemim Diógenes por monitorar com amor meu trabalho e minha disciplina nos tempos difíceis. Ao Professor Alfio Brandenburg pela paciência e generosidade na orientação. Aos agricultores associados ao Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, bem como a seus familiares, que me receberam em suas casas, ambientes de trabalho, muitas vezes em horários impróprios, para cooperarem com a compreensão e construção deste trabalho: Anivaldo Mendes, Antonio Zeferino Sobrinho, Edemar Szielasko, Dalva Aparecida Cereja Gonçalves, Donizete Santos Pires, Hesron Santos da Silva, João Verenka, José Antonio Vieira, José Luiz de Paula Dias, Jurandir Stresser, Silvio Benites, Sonia Aparecida Ribeiro Crozatto. Muito obrigado a todas e todos.

“Se queres ir rápido,
vai sozinho;
se queres ir longe,
vai acompanhado.”
(Provérbio Africano)

RESUMO

A vida humana contemporânea concentra populações no meio urbano, alienando-as da natureza, da terra e tornando-as dependentes das populações do meio rural, que produzem o alimento que consomem cotidianamente. O Brasil, com histórico de convívio secular com a fome, iniciou o século XXI procurando desenvolver estratégias de segurança alimentar. Sob a égide do Programa Fome Zero, foram institucionalizadas políticas públicas que articularam compras de produtos da agricultura familiar e sua distribuição para grupos sociais em estado de vulnerabilidade nutricional em entidades assistenciais e, a públicos educacionais, como estratégia de soberania, segurança e reeducação alimentar. A implantação dessas políticas públicas em Ivaiporã fomentou o processo de construção social do Mercado da Agricultura Familiar, com diversos atores coletivos, do poder público e da sociedade civil, na busca de solução logística para as demandas planejadas do PAA e PNAE e, a partir disso, de participação dos agricultores familiares no mercado concorrencial, organizados em associação. Da pesquisa teórica, apresentamos a formação histórica de Ivaiporã e sua agricultura familiar em interface com mercados, além de referenciar conceitos sociológicos chave para a análise. Da pesquisa empírica, as percepções das agricultoras e agricultores familiares que além de plantar, cultivar e colher, passaram a associar-se para vender de forma direta ao consumidor no circuito local de hortifrutigranjeiros. Percepções do antes, durante e depois da APRI na gestão do Mercado da Agricultura Familiar e em suas vidas.

Conceitos chaves:

Agricultura familiar. Políticas públicas. Associação. Mercado. Alimentação.

ABSTRACT

Contemporary human life concentrates populations in the urban environment, alienating them from nature and from the land and making them dependent on the rural population, who produce the food they consume on a daily basis. Brazil, with a history of secular conviviality with hunger, began the 21st century seeking to develop food security strategies. Under the aegis of the Zero Hunger Program, public policies were institutionalized that articulated purchases of products from family agriculture and their distribution to social groups in a state of nutritional vulnerability in assistance entities and, to educational audiences, as a strategy of sovereignty, security and food reeducation. The implementation of these public policies in Ivaiporã fostered the social construction process of the Family Agriculture Market, with several collective actors, public authorities and civil society, in the search for a logistical solution to the planned demands of the PAA and PNAE and, from there, of participation of family farmers in the competitive market organized in association. From the theoretical research, we present the historical formation of Ivaiporã and its family agriculture in interface with markets, besides conceptual sociological references for the analysis. From empirical research, the perceptions of women farmers and family farmers who, in addition to planting, growing and harvesting, started to associate themselves to sell directly to the consumer in the local vegetable and fruit production circuit. Perceptions of before, during and after APRI in the management of the Family Agriculture Market and in their lives.

Key Concepts:

Family farming. Public policies. Association. Market. Food

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	FLUXOS MIGRATÓRIOS FORMAÇÃO HISTÓRICA DE IVAIPORÃ....	46
FIGURA 1	PUBLICIDADE DA STUL NO JORNAL FOLHA DE LONDRINA.....	62
FIGURA 2	BOX 1: DESENHO INICIAL DO PROGRAMA FOME ZERO – PRIORIDADES 2003.....	106
FOTO 1	VISITA À RECÉM-DESOCUPADA BIBLIOTECA PÚBLICA.....	126
FOTO 2	REUNIÕES PREPARATÓRIAS PARA CONSTRUÇÃO DO MERCADO.....	127
FOTO 3	INTERIOR DO MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	145
FOTO 4	MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR RECEBE DEPUTADO.....	147

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	EXTENSÕES DE “GRILOS” DE TERRAS SEGUNDO RELATÓRIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ EM 1940.....	54
TABELA 2	POPULAÇÃO NA REGIÃO DE IVAIPORÃ ENTRE 1970 E 2010.....	65
TABELA 3	EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO COPIVA – 1986 / 1992.....	72
TABELA 4	INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO COPIVA.....	73
TABELA 5	MODALIDADES DO PAA, OBJETIVOS E GESTÃO.....	110
TABELA 6	VALORES REPASSADOS ALUNO/DIA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR..	114
TABELA 7	100% DOS REPASSES DO FNDE PARA AGRICULTURA FAMILIAR.....	116
TABELA 8	PNAE IVAIPORÃ: ALUNOS/REFEIÇÕES/CUSTOS / 2011 – 2016...	117
TABELA 9	PAA EM IVAIPORÃ ENTRE 2010 E 2014.....	124
TABELA 10	CARACTERIZAÇÃO AGRICULTORES ASSOCIADOS / AMOSTRAGEM.....	130
TABELA 11	INFLUÊNCIAS NA CRIAÇÃO DA “ASSOCIAÇÃO DO MERCADO”..	137
TABELA 12	COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ANTES DO “MERCADO”....	142
TABELA 13	COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO SEGUNDO AGRICULTORES	152
TABELA 14	QUANTIDADE DE HORTIGRANJEIROS COMERCIALIZADOS NOS MERCADOS ATACADISTAS, POR REGIÃO, EM 2016. [REGIÃO SUL].....	155
TABELA 15	COMERCIALIZAÇÃO DO MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR POR CATEGORIAS, ORIGEM DA PRODUÇÃO E “EXPORTAÇÃO”.....	160
TABELA 16	EFEITOS DO “MERCADO” NO TRABALHO, RENDA E AUTOESTIMA.....	163
TABELA 17	COMERCIALIZAÇÃO DEPOIS DA “ASSOCIAÇÃO DO MERCADO”	166
TABELA 18	SUBJETIVIDADES ILUSTRATIVAS DA ASSOCIAÇÃO DO MERCADO.....	167
TABELA 19	PERCEPÇÃO SOBRE MOTIVO DA DISSOLUÇÃO DA APRI.....	172
TABELA 20	PERCEPÇÃO SOBRE ASSOCIATIVISMO DEPOIS DA APRI.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APMI	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
APRI	Associação dos Produtores Rurais de Ivaiporã
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEDRAF	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CERU	Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
COAMO	Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão
COPIVA	Cooperativa Mista do Vale do Ivaí Ltda.
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Food and Agriculture Organization – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBAS	Instituto Belém de Assistência Social
IFPR	Instituto Federal do Paraná
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PMI	Prefeitura Municipal de Ivaiporã
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SEAB	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR	Serviço de Aprendizagem Rural
SMA	Secretaria Municipal de Agricultura
SMICST	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio Serviços e Turismo
SOFA	The State of Food and Agriculture – Relatório anual da FAO do estado da alimentação e agricultura
STRI	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã
STUL	Sociedade Territorial Ubá Ltda.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1 PROBLEMA.....	25
1.2 HIPÓTESES.....	29
1.3 INDICAÇÕES TEÓRICAS.....	30
1.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	40
2 A AGRICULTURA FAMILIAR NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE IVAIPORÃ....	43
2.1 SAFRISTAS: OS CAMPONESES IVAIPORAENSES.....	47
2.2 CERCAMENTOS DE TERRAS E SUBORDINAÇÃO CAMPONESA NO UBÁ.....	52
2.3 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E ACUMULAÇÃO NO MERCADO REGIONAL.....	64
2.3.1 Cerealistas e Celeiro do Brasil.....	66
2.3.2 A modernização agrícola e seus símbolos: COPIVA, COAMO, CEASA.	67
2.3.2.1 A frustração da COPIVA e mais êxodo.....	69
2.3.2.2 As sobras da COAMO e mais concentração de terras.....	74
2.3.2.3 A espera pela CEASA.....	77
3 AGRICULTURA FAMILIAR E CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS.....	81
3.1 CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE CAMPONESES E AGRICULTORES FAMILIARES NO BRASIL.....	84
3.1.1 Raízes teóricas do campesinato.....	87
3.1.1.1 A essência do modo de produção camponês na agricultura familiar.....	91
3.2 CONCORRÊNCIA E MERCADOS ALTERNATIVOS.....	91
3.2.1 Mercados alternativos.....	96
3.2.1.1 Experiência italiana.....	97
3.2.1.2 Mercados aninhados.....	98
3.3 MERCADOS INSTITUCIONAIS.....	101
3.3.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	108
3.3.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	112

4 MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IVAIPORÃ.....	119
4.1 ANTES DA ASSOCIAÇÃO: NO PRINCÍPIO ERA O VERBO, CONCORRER	122
4.1.1 A institucionalização do associar-se: a fundação da APRI.....	128
4.1.1.1 Razão econômica.....	136
4.2 DURANTE A ASSOCIAÇÃO: PLANTAR, COLHER, ASSOCIAR-SE E VENDER.....	144
4.2.1 Crescimento do empreendimento e incremento logístico.....	144
4.2.2 Mercado na prática: consignações, compras, vendas, logística e gestão.....	152
4.2.3 Cultivo orientado pela demanda: diversificação e volume.....	159
5 O EPÍLOGO DA ASSOCIAÇÃO.....	165
5.1 ASSOCIAÇÃO CAMPONESA E RACIONALIDADE CAPITALISTA.....	168
6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	185

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, com um histórico de convívio secular com a fome, iniciou o século XXI procurando desenvolver estratégias de segurança e soberania alimentar. Todavia, dadas suas dimensões continentais e sua assimetria social, tais estratégias, a despeito de regulamentação em legislação federal, exigiu subestratégias para sua aplicabilidade nos municípios.

Enfeita a retórica do movimento político municipalista brasileiro, a premissa de que é nos municípios onde vivem os cidadãos e portanto, de que é no âmbito municipal que as políticas públicas, mesmo de âmbito estadual ou federal, alcançarão o cumprimento de suas finalidades.

Assim, é que se elege como objeto de análise, a experiência do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, no contexto do desenvolvimento das políticas públicas de compras institucionais da agricultura familiar no âmbito municipal, precisamente do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE. Busca-se compreender a forma como o Estado afeta a reprodução social dos agricultores familiares através de atividade tão elementar e tão complexa para eles: a comercialização da produção. Pretende-se com o estudo de caso compreender se tais políticas públicas, ditas estruturantes, podem efetivamente promover desenvolvimento agrário.

Este objetivo ganha relevância pelo fato de que a experiência se dá em um município tipicamente rural, exemplar privilegiado de um imenso rol de municípios de até 50 mil habitantes¹, num cenário em que a política nacional de abastecimento apresenta pouca capilaridade e onde melhor se pode desenvolver experiências de desenvolvimento local a partir do mercado de abastecimento alimentar.

Aqui, há um acerto de contas do pesquisador consigo mesmo, nos moldes de um dilema weberiano das vocações distintas entre ciência e política. Participara como prefeito nas reflexões originais e na implantação do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã e, não podendo contribuir mais com o potencial latente daquela experiência associativa de circuito curto de abastecimento local através da política, buscara contribuir através da ciência, com a teorização da experiência.

¹ Diversas políticas públicas deste período, com o viés da inclusão social ou produtiva, como visto até mesmo no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, passaram a dedicar finalidades específicas para os municípios de menos de 50 mil habitantes.

A migração da atuação, da política para a ciência, começou com o problema do discurso, que precisou migrar de narrativa adjetiva para a descrição substantiva do discurso científico. Emoldurou este cenário o fato do pesquisador ter deixado a gestão pública municipal e retornado ao cargo efetivo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário na Superintendência Regional do INCRA no Paraná. Refletir sobre temas como camponeses, agricultura familiar, mercado, associativismo, circuitos de cadeia alimentar, tornou-se algo elementar e prioritário para a qualificação de seu trabalho no serviço público federal.

A presente contribuição teórica buscou sistematizar conhecimentos acerca da caracterização geográfica, histórica e social de Ivaiporã e de sua agricultura familiar, podendo servir de referência para outros estudos que venham se debruçar sobre o Vale do Ivaí, sua ruralidade e sobre a produção e o consumo de produtos da agricultura familiar. Conhecimentos apreendidos na vida social e política de militante, vereador e prefeito em Ivaiporã, ou na vida acadêmica como professor em diversas escolas e na UNIVALE entre 1994 e 2007. Conhecimentos diversos foram refletidos, aferidos. Citamos como exemplo questões que parecem secundárias, mas têm significado elementar para Ivaiporã, como sobre sua etimologia, em que buscamos firmar significados mais coerentes entre o tupi-guarani e a história do lugar. Ou como o dilema linguístico do gentílico: *ivaiporaense* como sempre ouvido ou *ivaiporanense* como lido no sítio eletrônico do IBGE? E embora tenha sido convencido da melhor adequação linguística da grafia *ivaiporanense*, para retratar melhor a fonética nasalizada de Ivaiporã, optara em ficar com a tradição². Outros conhecimentos diversos sobre Ivaiporã que foram descartados no presente trabalho, pretendemos apresentar posteriormente em outros formatos.

Mas a contribuição mais importante que se quer oferecer é justamente a reconstituição da história da Associação dos Produtores Rurais de Ivaiporã – APRI, constituída para a gestão do Mercado da Agricultura Familiar. E desde já é importante chamar a atenção de quem se aventura a ler este trabalho, em função da polissemia do conceito de mercado. A começar pela distinção entre as diferentes abordagens do mercado enquanto substantivo comum, da abordagem objetiva sobre

² O estranhamento com o gentílico *ivaiporanense* no sítio eletrônico do IBGE, exigia uma aferição. Recorreu-se a um *ivaiporaense* competente para o assunto: o professor Luiz Tavares da Silva que assegurou a correção linguística das duas formas, explicando que *ivaiporanense* retrata a nasalidade da oxítone Ivaiporã. O gentílico tradicional talvez tenha copiado o sufixo “ense” do usual paranaense. Mas enquanto Paraná termina com acento agudo, Ivaiporã termina com til.

o substantivo próprio, objeto empírico de nosso trabalho, o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. Interessou-nos aspectos de seu funcionamento endógeno e exógeno, suas estratégias de desenvolvimento, bem como sua dissolução, com o propósito de servir como referência crítica para novas experiências de empreendimentos associativos da agricultura familiar e servir à práxis camponesa em Ivaiporã ou em qualquer outro lugar.

1.1 PROBLEMA

A lógica da industrialização, acumulação e padronização levou pequenos agricultores ao êxodo rural, por não poderem competir com grandes produtores e importações em larga escala. Darolt, cita o relatório do *International Assessment of Agricultural Knowledge – IAASTAD* de 2008, que denuncia a diminuição da produção de alimentos e da diversidade alimentar para os mercados internos de muitos países, em função da volatilidade de preços (DAROLT, 2013, p. 141).

Estes sinais de saturação do paradigma da modernização agrícola abriram o debate para novas proposições de desenvolvimento local, em torno das relações de produção/distribuição/consumo de alimentos, que vão além de fatores econômicos, técnico-produtivos e ambientais, incorporando reflexões éticas, sociais e culturais.

Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais podem ser incorporados nas relações entre produção e consumo. Os circuitos curtos de comercialização são iniciativas que buscam retomar o contato entre produtores e consumidores (DAROLT, 2013, p. 164).

Nestes termos históricos e teóricos é que se contextualizam as insurgências de lutas pela afirmação destes novos valores. No princípio era o verbo, mas começaram a proliferar protestos, organização e desenvolvimento de novas práticas no meio rural, sob a bandeira e argumentos da agroecologia. Estes movimentos influenciaram e foram influenciados por movimentos urbanos de defesa da ecologia e da segurança alimentar.

No campo, desde a década de 1980, surgiram iniciativas de oposições às direções sindicais que durante o período militar sobreviveram tanto quanto se subordinaram ao regime autoritário. Buscando as origens de uma organização da agricultura familiar no Brasil meridional, Brandenburg e Picolotto (2013, p. 111)

identificaram as ações da Comissão Pastoral da Terra – CPT e de um conjunto de ONGs que formaram a Rede de Tecnologias Alternativas/Sul – Rede TA/Sul nos três estados do sul. No Paraná, a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (RURECO) e a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), embora tenham uma localização geográfica no centro-oeste e no sudoeste do estado, influenciaram não apenas o fortalecimento de um novo sindicalismo para a agricultura familiar, mas inúmeras outras organizações como o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Cooperativa de Crédito Solidário – CRE\$OL e várias outras, que iriam posteriormente influenciar outras regiões do Paraná como o Vale do Ivaí e Ivaiporã.

Ilustra esse movimento por exemplo, o desdobramento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida em Ivaiporã³, onde categorias de servidores como da EMATER, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Furnas Centrais Elétricas, organizações como Sindicato dos Urbanitários, Partido dos Trabalhadores, mobilizaram o Comitê municipal da campanha. Além de doações e estratégias diversas, organizaram uma horta comunitária para bóias-frias sem trabalho produzirem verduras orgânicas para o próprio consumo e para o comércio, inclusive com aquisições da PMI para a alimentação escolar⁴. Em 1994, partindo da sociedade civil, um ensaio da estratégia de combater a fome com fortalecimento da agricultura familiar, estratégia esta adotada nas políticas públicas a partir de 2003.

Foram lutas e iniciativas dessa natureza que proliferavam-se com outras nuances por todo o país e promoviam mudanças na sociedade civil relacionada à agricultura familiar. Tais mudanças ilustram em parte mudanças sociais e políticas mais amplas, como vitórias eleitorais de partidos e candidatos de base popular, em especial a de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República em 2002.

³ A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida é um marco na luta pela segurança alimentar no Brasil e está inserida no contexto de lutas pela redemocratização do país. Seu idealizador Herbert de Souza, o Betinho do IBASE é um ícone da Campanha da Anistia, retratado no verso “a volta do irmão do Henfil” na música de Aldir Blanc e João Bosco “O Bêbado e a Equilibrista”, outro ícone da luta contra a Ditadura Militar. Outro ícone ainda foi o próprio Henfil, que caricaturou referidas lutas contra a Ditadura Militar ou mesmo contra a fome.

⁴ Aquele empreendimento de economia solidária passaria a se chamar Horta Comunitária Jairo Brum em homenagem a um dos seus idealizadores, que foi presidente do Sindicato dos Urbanitários e candidato a Deputado Federal nas eleições de 1994, tendo falecido em acidente no início de 1995. Junto com o Comitê, ele conseguiu a implantação da Horta em área de terras ociosas da Vila Residencial de Furnas. Necessário mencionar o trabalho voluntário dos agrônomos Paulo Lizarelli e Sérgio Anghebem, que já à época orientavam para a produção orgânica.

Lula, o Partido dos Trabalhadores e outros partidos da chamada Frente Brasil Popular, constituíram-se como alternativa de poder, dentre outras estratégias, promovendo as chamadas Caravanas da Cidadania. Uma dessas caravanas por exemplo, esteve em Guarapuava, ao sul de Ivaiporã, em 2001, desenvolvendo uma nova forma de fazer política à época, ouvindo agricultores e suas organizações.

Assim, quando Lula em discurso de posse anuncia emocionado o Programa Fome Zero, isso tem um significado histórico para a nação brasileira. Tratava-se de um programa “guarda-chuva” que abrigaria vários outros programas como Restaurante Popular, Cozinhas Comunitárias, Hortas Comunitárias, Banco de Alimentos, Aquisição de Alimentos.

Dado o caráter democrático e participativo do governo, bem como sua formação com quadros egressos das lutas democráticas, pessoas que se formaram nos sindicatos, associações e nas mais diversas organizações onde durante muito tempo se gestaram propostas de oposição e superação a velhos dilemas, dentre eles os da modernização agrícola ou da assistência social das primeiras-damas; estas políticas públicas desenvolvidas a partir do Fome Zero traduzem uma construção histórica qualificada, de experiências, fracassos e acertos na engenharia social do desenvolvimento local e sustentável.

No presente estudo mereceram atenção especial as políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento local e à constituição de mercados institucionais para produtos da agricultura familiar: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Desde o início do Governo Lula, em 2003, um novo tema ganhou espaço na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural: a construção de mercados institucionais para a agricultura familiar (PLOEG, 2011; NIEDERLE, 2011; NEE e INGRAM, 1998 apud GRISA e SCHIMITT, 2013, p. 232).

O PNAE é de 1979, embora já se registre em 1955 a Campanha da Merenda Escolar. Mas foi após três décadas, com a Lei n. 11.947/2009 que

o governo federal ampliou a alimentação escolar para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos e estabeleceu um “elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional, mediada pela valorização da diversidade de hábitos alimentares (MALUF, 2009, p. 1).

A lei também passou a exigir dos sistemas municipais, estaduais e federal de ensino que passassem a utilizar um mínimo de 30% dos recursos da alimentação escolar repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar, inclusive com sobrevalorização de produtos orgânicos.

A leitura sobre experiências de mercados institucionais, bem como de circuitos curtos de comercialização, serviram para contextualizar a experiência de Ivaiporã na contemporaneidade do tema abastecimento alimentar. Em outras palavras, revelar o quanto Ivaiporã passou alheia à experiências de comercialização tão utilizadas em outros centros, que cruzam velhas práticas porta-à-porta de tradição camponesa, com novos formatos logísticos, propiciados pela era digital.

A importância da temática relacionada a políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e da segurança, soberania e reeducação alimentar, está evidenciada no interesse despertado nos movimentos sociais, na academia, em outros governos nacionais e organismos multilaterais – destaque inclusive para as repercussões do Relatório da ONU, *The State of Food Insecurity in the World 2014*, que apontou o Brasil fora do mapa da fome no mundo, destacando o Programa Fome Zero como responsável pelo país ter alcançado o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – ODM.

Em resumo, partimos de uma problematização que ao longo do trabalho de pesquisas teórica e empírica, foi sendo re-problematizada com as seguintes questões que procuramos responder: a) Há predisposições ou indisposições históricas dos agricultores familiares de Ivaiporã em relação ao associativismo? b) As políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar influenciaram na construção social da APRI e do Mercado da Agricultura de Ivaiporã? c) A APRI e o Mercado foram eficazes como instrumentos de efetivação das políticas públicas? d) Quais os efeitos do Mercado na vida dos associados? e) A construção social do Mercado viveu algum tipo de contradição entre a racionalidade dos agricultores familiares e as racionalidades dos atores coletivos envolvidos? f) Quais as razões da dissolução da APRI?

Nesse sentido, considerando essas questões, nos propomos a analisar a partir do percurso histórico das formas de relação com o mercado da agricultura camponesa o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã como instrumento logístico no funcionamento das políticas públicas de aquisição de alimentos no

município, aliado ao empoderamento de agricultores familiares que se inseriram de forma associativa no comércio local, eliminando atravessadores, aumentando a renda do trabalho, incrementando e diversificando a produção.

1.2 HIPÓTESES

No clássico “Como se faz uma tese?”, Eco (2012) escreve de forma objetiva e esclarecedora sobre os desafios de um trabalho acadêmico, seja para seus alunos na península itálica, seja para qualquer um que ouse produzir um trabalho acadêmico em qualquer parte do mundo. Esmiuçando o que é elementar, ao escrever sobre o desafio inicial do plano de trabalho, sugere que se redija um primeiro “índice como hipótese do trabalho”.

Objetar-se-á que, à medida que o trabalho avança, esse índice hipotético se vê obrigado a reestruturar-se várias vezes, talvez assumindo uma forma totalmente diferente. Certo. Mas a reestruturação será mais bem feita se contar com um ponto de partida.” (p. 81)

Sim, o desafio de se começar pelo final, de imaginar a coisa pronta, o trabalho feito. Para que possa ser dada a partida e você saiba em que direção correr. Havia algumas hipóteses preliminares para o trabalho: a) Uma hipótese inicial, força motriz motivacional para a pesquisa, era de que a venda cativa para o PAA e o PNAE assegurara organização e planificação para agricultores familiares de Ivaiporã, preparando-os para disputar o mercado local de hortifrutigranjeiros através de um empreendimento de economia solidária: o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. b) A hipótese de que haveria uma dificuldade peculiar para o associativismo incrustada na cultura local dos ivaiporaenses. c) A hipótese de que a hegemonia do agronegócio como prática e como ideologia, sufoca e dificulta a criação de estratégias alternativas para o desenvolvimento agrário e em especial para o campesinato. d) A hipótese da insuficiência das políticas públicas de compras institucionais e a necessidade de novo modelo de abastecimento alimentar para garantir a reprodução do campesinato e da agricultura familiar brasileira.

Mas assim como o índice vai se redefinindo, o título passa por mutações, as hipóteses também metamorfoseiam-se. Numa primeira visão panorâmica ignoram-se aspectos que em detalhe constituem-se em novos problemas, exigindo novas

hipóteses. As hipóteses já postas, passam a ser melhor redigidas à luz das descobertas de campo que às vezes, revelam que os resultados esperados confirmam-se equivocados. Eis o sentido da pesquisa e da ciência, testar e submeter conhecimentos à prova.

Assim aconteceu com nossas hipóteses, sujeitas às críticas da qualificação, sendo reescritas e acrescentadas, para ajustar-se aos ajustes dos problemas. Assim, procurando estabelecer conexão, definiram-se alíneas ajustadas às alíneas dos problemas, para que ao fim e ao cabo pudéssemos apresentar sentenças dialéticas objetivas: problemas, hipóteses e resultados encontrados.

Desta forma, os resultados hipotéticos foram assim redigidos no futuro do pretérito: a) Existiriam indisposições históricas dos agricultores familiares de Ivaiporã em relação ao associativismo. b) As políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar teriam influenciado na construção social da APRI e do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. c) A APRI e o Mercado da Agricultura Familiar seriam eficazes como instrumento de efetivação das políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar. d) O Mercado promoveria efeitos positivos na vida dos associados. e) A construção social do Mercado viveria conflitos de interesses entre agricultores familiares e atores coletivos envolvidos, especialmente dos organismos estatais. f) As razões da dissolução da APRI seriam encontradas na indisposição dos agricultores familiares com o associativismo, derivada não apenas de um histórico de frustrações, mas também da cultura política coronelista, patrimonialista e clientelista.

1.3 INDICAÇÕES TEÓRICAS

O trabalho do pesquisador das ciências sociais só faz sentido se produzir conhecimento ou atender a objetivos sociais. (SOUZA et al. 2012, p. 28). E mesmo a curiosidade intelectual *per si*, orienta-se pelas necessidades da vida social na qual o pesquisador está inserido. É didático para a reflexão epistemológica o processo pelo qual este projeto de pesquisa foi ganhando contornos, esboçados, deletados, relidos, reescritos, mostrando o processo de produção do conhecimento tão mais incerto e precário, quanto mais lhe falta o método. Quanto mais se avançou com o método, mais diminuíram os improvisos e mesmo as incertezas.

Desde a versão inicial do projeto apresentado no processo de seleção da Universidade Federal do Paraná, para o Programa de Mestrado em Sociologia e sua linha de pesquisa Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente, mudanças fundamentais se processaram a partir do reencontro, depois de tantos anos, com as discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em sociologia, oportunizado nas aulas da Dra. Ana Luisa Fayet Sallas. Depois de muitos anos fora da academia, a lei do uso e do desuso deixara perdas nas relações com os conceitos teóricos do campo.

Assim, para a própria problematização do objeto da pesquisa, o reencontro com debates hodiernos acerca da metodologia em pesquisa social foi determinante e já se fez sentir nas versões revistas e atualizadas do projeto de pesquisa, sempre no exercício para transformar o tema em problema social e sociológico. Assim, o que já se tinha como objeto foi desmontado, para então ser reconstruído sob nova perspectiva, a perspectiva da descoberta.

Reconstruções a partir de dilemas, como o instado pela professora Sallas: como o pesquisador poderia garantir isenção nas pesquisas com os atores sociais, agricultores familiares associados ao Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, se ele próprio participara do processo de constituição do empreendimento na condição de prefeito municipal? Não seria temerário para os resultados da pesquisa, a figura do agente político aparecer na condição de pesquisador? Até que ponto as pessoas seriam sinceras ao apresentarem suas percepções sobre a experiência social que agora é objeto de análise por quem poderia ter interesses políticos não reveláveis?

Tal dilema incomodara o pesquisador e restou a certeza de que essa questão deveria ser refletida e revelada. Assim, antes do desafio concreto, ou seja, antes do contato do pesquisador com os atores sociais no campo, a compreensão de que a questão ética deveria ser refletida para ser elemento introdutório da apresentação do pesquisador junto aos agricultores familiares com os quais até outrora convivera noutro papel, o político.

Em outras palavras, ao chegar no campo, o pesquisador renovaria o pedido de permissão para pesquisar, evidenciando de plano aos agricultores que abdica de “agir sobre o social”, propósito análogo à condição do sociólogo, que observara Bourdieu em seu estudo sobre “O Camponês e Seu Corpo”.

O sociólogo se esforça, de um lado, para recobrar e compreender a consciência espontânea do fato social, consciência que, por

essência, não reflete sobre si; e, de outro lado, ele se esforça para apreender o fato em sua própria natureza, graças ao privilégio que lhe confere sua situação de observador que abdica de “agir sobre o social” para pensá-lo. A partir daí, ele se obriga a reconciliar a verdade do dado objetivo, que sua análise lhe permite descobrir, e a certeza subjetiva daqueles que vivem esse dado. (BOURDIEU, 2006, p. 91).

Assim não se ignorou que o pesquisador tivesse que restringir-se à posição de observador e era este seu intento, consciente que o sucesso do trabalho estaria condicionado a esse pré-requisito. Além disso, é importante salientar que se há dificuldades para qualquer pesquisador estudar um campo do qual fez parte como ator social, por outro lado há outros tipos de dificuldades para o pesquisador estudar um campo do qual não tem familiaridade. Assim, o privilégio do observador no caso é ainda maior do que naquela situação teórica de Bourdieu, pois aqui o observador estivera dentro do campo como agente político, depois ficara fora do campo por tempo significativo, voltando agora com outros “pontos de fuga” para sua perspectiva sociológica e para o objeto de seu estudo.

O distanciamento requerido do sociólogo em relação aos objetos da análise sociológica não é exatamente um distanciamento geográfico ou social. Ainda que no caso em questão o pesquisador já esteja distanciado do campo, o fato é que o distanciamento que realmente importa é aquele que é construído pelo método, na formulação dos quesitos da pesquisa, das entrevistas, ou dos enfoques na análise.

A percepção que os agricultores familiares associados no Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã têm de seu empreendimento social, iria ilustrar, explicar ao seu modo o papel da experiência do Mercado em suas vidas, suas expectativas. Para tanto, uma construção metodológica para problematizar o objeto da análise, de modo a desenhar a estrutura das relações sociais em questão e seu funcionamento. Assim, embora não se ignorasse que o imponderável acontece justamente quando se chega no campo, o fato relevante é que o objeto da pesquisa não buscava minúcias subjetivas que exigisse maior distanciamento do sociólogo pesquisador, além do que já mantinha.

Vencido este dilema, restou transpiração para o plano teórico. Inicialmente, a fundamentação teórica na linha de pesquisa Trabalho, Ruralidade e Meio Ambiente e no eixo temático Produção e Consumo de Alimentos Agroecológicos. Nos próprios créditos ofertados pelo programa de mestrado, principalmente com o privilégio de ter

o professor orientador Alfio Brandenburg tanto na disciplina Seminário de Dissertação, como em Ambiente Rural e Construção Socioambiental, buscou-se racionalidade e orientação na escolha adequada de leituras a serem fichadas sobre: o campesinato que resiste e se reproduz no Brasil contemporâneo, com foco na reciprocidade e associativismo; transformações sociais no meio rural desde a modernização agrícola; políticas públicas de segurança alimentar e de mercados institucionais; construção social de mercados e circuitos curtos de comercialização.

No curso da disciplina “Ambiente Rural e Construção Sócio Ambiental”, em meio a rica bibliografia estudada na forma de seminários, coube-me apresentar o clássico “Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas” de Aleksandr Vasilievich Chayanov (2014). A conceituação de que a exploração camponesa familiar seria aquela que não compraria nem venderia senão excepcionalmente força de trabalho assalariado, reconectara muitas de minhas dúvidas contemporâneas com um tempo vivido na academia, em que parecia existir chaves para todas as perguntas. Quando Chayanov fala na necessidade de diferenciar a economia natural da economia teórica e apresenta “Elementos de Um Método de Cálculo-Não-Monetário” dos quais se servira na Planificação Econômica de 1920 na Rússia, vi em sua teoria a possibilidade de aprofundar no dilema utopista que muito me seduzira nos estudos sobre o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. É possível pensar um mercado para agricultura familiar livre do monetarismo? Ou pelo menos: é possível um mercado para agricultura familiar onde a concorrência capitalista possa ser substituída pela cooperação solidária? A dispensa de concorrência no formato das compras públicas do PAA e PNAE poderia ser generalizada em prol da construção social de uma grande cooperação entre produtores e consumidores de alimentos?

Utopias de lado, com Chayanov entendi que poderia estudar o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã também sob a ótica da economia camponesa, para contextualizar o papel da comercialização da produção na reprodução familiar e social daqueles que se associaram para vender.

E foi justamente para estabelecer um elo com a contemporaneidade do campesinato brasileiro, que o professor Alfio orientou para a leitura de Eric Sabourin em “Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade” (2009). Já no prefácio à edição brasileira Maria de Nazareth Baudel Wanderley começa identificando a essência das análises de Sabourin, realçando sua contribuição ao demonstrar *“a existência de camponeses no Brasil, não somente em termos de*

categoria política, mas também de categoria social e sociológica” (WANDERLEY apud SABOURIN, 2009, p. 13). Parece pouco, mas se observarmos as teses do pensamento social brasileiro de que no país não existia mais, ou mesmo nunca existira camponato, a afirmação tem a importância de ressignificar conceito fundamental para a sociologia rural brasileira:

Considerar o camponês um exclusivo produtor para sua própria subsistência seria amputar a dimensão mercantil da sua atividade econômica, da qual não escapa (imposição do mercado) e que é por ele valorizada (desejo de inserção). Contudo, não basta afirmar sua presença nos mercados capitalistas ou as tentativas mais ou menos bem-sucedidas de participação nas chamadas cadeias produtivas; é preciso qualificá-la. Neste caso, a vinculação mercantil não se orienta em função da remuneração de um capital. O que está em jogo é a sobrevivência da família pela construção/reprodução do patrimônio familiar possível, no presente e no futuro, e da própria comunidade camponesa. Com este objetivo, os resultados da produção seguem destinos diversos, porém complementares: “autoconsumo, dons e redistribuições interfamiliares, prestações recíprocas de sementes, alimentos e pequenos animais” e, claro, “a venda para diversos tipos de mercado”. (Ibidem, p. 14).

Era importante ter esta perspectiva para entender que por mais que os agricultores familiares de Ivaiporã estivessem aparentemente dominados por certa lógica utilitarista, não poderíamos ignorar as circunstâncias em que o camponês adere ao mercado, e que ainda assim resiste e preserva sentimentos e práticas camponesas com as quais sempre temperou suas relações sociais. Wanderley identificou o princípio explicativo desenvolvido por Sabourin para reprodução camponesa no Brasil, que procederia de *“uma articulação dialética entre as implicações da troca mercantil e as práticas de reciprocidade*. (Ibidem, p. 14)

Identificara-me com tal abordagem e buscava aplicá-la no estudo do Mercado da Agricultura Familiar. Como os agricultores associados àquela experiência poderiam se servir da troca mercantil para reproduzir a reciprocidade? Qual seria o papel da troca mercantil na reprodução social destes camponeses? O comércio perverteria o espírito da reciprocidade camponesa?

Importantíssima a imersão teórica sobre ruralidade e meio ambiente, algo que ainda era novidade para o pesquisador, num cenário de atualizações de percepções, como bem demonstra o próprio professor Brandenburg:

Do ponto de vista da ação das políticas públicas, as mesmas mudanças (de percepção sobre o agrícola e o rural) têm implicações igualmente importantes. O agrícola e o rural sobre os quais políticas públicas atuaram até o final do século passado não são os mesmos

(no sentido de uma nova percepção daqueles). O agrícola e o rural se complexificaram e passaram a ser alvo de novas demandas sociais e econômicas. (SOUZA e BRANDENBURG, 2012, p. 310).

Era hipótese da pesquisa o impacto positivo de políticas públicas sobre o ambiente rural nos últimos anos. Lançamentos de Planos Safra da Agricultura Familiar com elevação ano após ano no aporte de recursos orçamentários, com grande diversificação de programas, com instrumentos demandados por décadas como seguridade agrícola, apoio a produção orgânica, investimentos em armazenagem, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, etc.

Mudou o ambiente rural, mudaram também seus habitantes, os agricultores familiares. Vários autores da contemporânea sociologia rural concordam com um protagonismo emergente dessa categoria social

Para Brandenburg e Ferreira (2004); Carmo (1998); Wanderley (1998); Jean (2002); Menezes (1998) entre outros, nesse processo de ressignificação do rural os agricultores familiares assumem uma posição privilegiada, uma vez que as características intrínsecas dessa forma social de produção lhes aproxima dos propósitos de sustentabilidade, principalmente considerando suas especificidades em relação à agricultura de grande escala (SOUZA, 2012, p. 324).

No pensamento sociológico existem referências teóricas e metodológicas que permitem compreender o movimento de permanência/mudança que está no cerne do processo de reprodução, bem como compor um quadro conceitual que possibilita a construção da categoria analítica da reprodução social. Uma construção que contempla a inter-relação entre a sociedade (espaço social) e o ambiente (espaço físico) como cerne analítico da complexidade da sociedade contemporânea. (CORONA e FERREIRA, 2012, p. 120).

Tais reflexões sobre a reprodução social ganham maior relevância também pelo fato de que as mudanças sobre o ambiente e as relações sociais no meio rural constituem-se em oportunidade de ressignificação positiva para os atores rurais

ao tornar evidente a relação entre meio ambiente e meio rural se estabelece o diálogo com as cidades em um novo patamar, dado pela importância que a natureza assume, em particular para os habitantes dos centros urbanos. Nesse sentido, o meio rural pode passar a ser visto como “valor indispensável” ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir

novas funções sociais, precisamente como “mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais” (WANDERLEY, 2000, p. 55). Assim, a relação urbano/rural ganha novos contornos não mais em termos de oposição, de antagonismos, mas como um território compartilhado, mas certamente sempre disputado. (SOUZA, 2012, p. 322).

Neste cenário, contextualiza-se o quadro social da associação do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, analisado em relação ao processo de mudanças mais gerais, retratadas pela literatura atual do subcampo da sociologia rural. Quais são os aspectos significativos dessas mudanças mais gerais e qual a absorção e internalização dessas mudanças pelos atores rurais de Ivaiporã? Quais as permanências, as resistências, as tradições que resistem ao novo quadro? Qual o status desse grupo social em relação às mudanças mais gerais no rural e na agricultura familiar no Brasil?

Além dos estudos teóricos sobre ruralidades, havia a necessidade também de compulsar escritos sobre as políticas públicas de segurança e soberania alimentar e nutricional no Brasil. O propósito era entender o papel das compras institucionais, do Estado nas políticas de abastecimento alimentar, na indução de desenvolvimento na agricultura familiar

Ainda no que tange à construção de novos mercados, um evento particularmente importante diz respeito à entrada em cena no Estado como demandante de produtos orgânicos. O fortalecimento dos mercados institucionais reflete o reposicionamento do Estado em face das políticas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional, ratificando não apenas a importância da agricultura familiar, mas a imprescindibilidade de políticas que articulem produção e consumo de alimentos. Os programas de compra governamental como o PAA e o PNAE têm gerado uma demanda importante por alimentos locais e incentivado sistemas agroecológicos de produção, sobretudo, mas não exclusivamente, em decorrência de um diferencial de preço da ordem de 30% pago aos produtos orgânicos (GRISA et al., 2011) (NIERDELE e ALMEIDA, P. 49, 2013).

O propósito das políticas públicas de compras institucionais como indutoras de desenvolvimento rural, organizou os camponeses na associação para o Mercado da Agricultura Familiar. E ainda que a associação tenha sido dissolvida ficou seu legado. Permaneceram abertos sob outros modos de gestão, canais de comercialização da produção que não existiam antes da criação da APRI em 2012.

Já o propósito de incentivar sistemas agroecológicos com o diferencial de preço pago aos produtos orgânicos não foi suficiente para motivar nenhum dos camponeses participantes das políticas públicas em Ivaiporã. Chegamos à dissolução da APRI em 2016 sem que nenhum dos sócios tivesse ao menos iniciado formalmente um processo de certificação. Nem mesmo aqueles que tiveram suas unidades produtivas certificadas como orgânicas no passado e que haviam abandonado a certificação por falta de mercado comprador, motivaram-se a certificá-las novamente por ocasião de participação nas políticas públicas e no Mercado da Agricultura Familiar gerido pela APRI.

Outras políticas públicas mereceram investimentos na conversão para a agroecologia em Ivaiporã e região. A de maior vulto foi sem dúvida a educação tecnológica, com a implantação de um campus do Instituto Federal do Paraná – IFPR, que já iniciou suas atividades em 2010 com a oferta do curso Técnico em Agroecologia em diferentes modalidades e inclusive cursos de formação integrada e continuada para diferentes públicos, especialmente para os camponeses e seus filhos. Em 2016 foi anunciada a oferta do curso superior Tecnólogo em Agroecologia, o que mostra consolidação institucional da área de conhecimento naquele campus.

E é a hipótese de que as políticas públicas induzem o desenvolvimento agrário, a organização e a planificação da agricultura familiar o que mais interessa a este trabalho. Neste sentido, as políticas públicas de compras institucionais da agricultura familiar, vinculadas às políticas públicas de segurança e soberania alimentar, mostram uma profícua arquitetura das políticas públicas desenvolvimentistas que “juntou a fome com a vontade de vender” dos camponeses.

A demanda gerada pelo Estado no propósito de alimentar populações em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, de alimentar as populações escolares com menos alimento industrializado e mais alimento *in natura*, oportunizando inclusive uma reeducação alimentar do público estudantil, a demanda organizada por chamadas públicas, institucionalizadas como dispensa de licitação, como dispensa da lógica concorrencial do mercado, funcionaram como primeira experiência de comercialização direta para muitos agricultores familiares de Ivaiporã.

Tais políticas públicas têm sido exaustivamente estudadas, tanto pela sociologia, como pela nutrição. Serviu como referência para estes estudos “Fome Zero: a experiências brasileira” organizado por José Graziano da Silva et al., com textos que refletem as percepções de quem participou diretamente nas concepções

e gestões das políticas públicas, bem como de percepções acadêmicas sobre o campo de estudos. Aliás, vale o registro de que esta obra fora produzida pela rica experiência do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD/MDA, que mantinha cooperação institucional com mais de 70 centros de estudos, como o próprio CERU na UFPR.

Outro foco importante para os intentos deste trabalho era demonstrar que se as vendas para o mercado institucional do PAA e do PNAE foram um impulso inicial para a constituição da APRI e do Mercado da Agricultura Familiar, as vendas de varejo no mercado concorrencial de hortifrutigranjeiros seriam um complemento necessário e oportunidade de desenvolvimento para aquela construção social.

Neste contexto é que se insere a generosidade do professor Alfio Brandenburg em adquirir para emprestar, o atualíssimo “Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural” (CONTERATO, MARQUES, SCHNEIDER, Orgs., 2016, 416 p.). Com esta leitura revelou-se a contribuição da nova sociologia econômica no debate sobre a construção social dos mercados de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Completou a leitura de outra importante obra coletiva que já estava na inspiração inicial do trabalho: “Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura.” (ALMEIDA, NIEDERLE, VEZZANI, Orgs., 2013, 393 p.).

Enxergar o mercado para além do estigma liberal cultuado pela massificação cotidiana da indústria cultural, para além da troca mercantil; como espaço de encontro entre produtores e consumidores, como espaço e momento de reprodução da reciprocidade, como passível de ser construído pelas pessoas físicas e jurídicas, como institucional, como alternativo, como aninhado, como em circuito curto; ajudou a compreender melhor a experiência do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã.

Assim, além do mercado institucional, também os mercados alternativos, tornaram-se foco da pesquisa, vez que explicam desafios e possibilidades de sobrevivência econômica e reprodução social para a agricultura familiar. A temática vem sendo discutida em diversas partes do mundo, como também no Brasil e no Paraná, como bem observou Padilha (2017):

No Brasil há uma profusão de estudos que partem das contribuições da nova sociologia econômica buscando compreender os mercados de alimentos ecológicos. John Wilkinson (2002), por exemplo, busca entender não apenas o dinamismo dos mercados tradicionais dos micro e pequenos empreendimentos no meio rural, mas as condições da sua reciclagem em

direção a mercados orgânicos. No Paraná, Paulo Niederle e Luciano de Almeida (2013), Moacir Darolt (2013), Julian Perez-Cassarino e Ângela Ferreira (2013), entre outros pesquisadores, têm apontado para o surgimento de novos mercados ecológicos que, a partir da reconexão entre agricultores e consumidores, oferecem sustentação a práticas e valores específicos. A partir de pesquisas sobre a construção de mercados locais, estes autores buscam compreender os agentes enraizados em instituições, relações sociais, habitus, culturas ou redes e seus papéis na construção de múltiplos mercados de alimentos orgânicos. (PADILHA, 2017, p. 20).

É evidente que referidos estudos normalmente estão associados aos mercados de produtos orgânicos e agroecológicos, vez que tal distinção é certamente a principal marca dos distintos mercados da agricultura familiar. Todavia, a arquitetura logística desses mercados alternativos atendem a demandas que servem também aos mercados de produtos convencionais, como na adoção do conceito circuitos curtos de comercialização, como bem observou Darolt (2013):

Ainda não existe uma definição oficial no Brasil sobre circuito curto (CC), mas os representantes do setor agroalimentar na França tem utilizado o termo para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até – no máximo – um intermediário entre produtor e consumidor, segundo Chaffote e Chiffolleau (2007). Dois casos podem ser distinguidos: a venda direta (quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor) e a venda via um único intermediário (que pode ser um outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local). Outras denominações como “circuitos de proximidade” (AUBRI e CHIFFOLEAU, 2009) ou “circuitos locais” têm sido utilizadas para reforçar a proximidade geográfica e o aspecto social/relacional como a ligação entre consumidor e produtor, o desenvolvimento local e a territorialização da alimentação (MARECHAL, 2008) (DAROLT, 2013, p. 142).

Mas de toda a orientação teórica, a obra que parece ter alinhavado a diversidade de leituras e contribuído para o ajuste do foco de nosso trabalho, foi justamente “Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade” (SABOURIN, 2009, 336p.). Nesta obra do pesquisador franco-brasileiro, os debates sobre a reprodução da tradição camponesa através das relações de reciprocidade, o impacto das políticas públicas nas comunidades camponesas, permitiram várias reflexões, especialmente sobre o associativismo na agricultura familiar.

1.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Assim se fez o estudo do caso do Mercado Municipal da Agricultura Familiar de Ivaiporã: partindo das impressões das quais já se dispunha sobre os camponeses, agentes daquela experiência de comercialização de hortifrutigranjeiros entre agosto de 2012 e maio de 2016 e; avançando com reflexões sobre a compreensão das condições gerais de reprodução do campesinato contemporâneo no Brasil, sobre a simbiose entre políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento rural e local, bem como sobre a construção social de mercados e circuitos curtos de comercialização.

As pré ocupações do estudo estavam embriagadas pelo deslumbramento com o fetiche da estrutura do Mercado da Agricultura Familiar, da estrutura aparente, do prédio, das bancas cheias de hortaliças, frutas, raízes, artesanato, manufaturas. Mas aos poucos foi se descobrindo que para explicar aquela estrutura de coisas, era necessário enxergar as pessoas agindo, externando e estruturando em ações e relações sociais, suas idealizações. Assim, para além de ocupar-se da estrutura do Mercado, passou-se para a reflexão sobre a estrutura da Associação e, daí para as famílias dos agricultores associados, para então se chegar aos indivíduos associados, agentes dos destinos daquela experiência, privilegiadamente coletiva.

Ainda sem ter as ferramentas que construiria para o trabalho de campo, aproveitando período de férias do trabalho no INCRA, no início de 2016 fizemos uma primeira visita ao Mercado. Num sábado de manhã em que muitos consumidores circulavam entre as bancas escolhendo suas compras, encontrei dirigentes lidando com as contas da APRI. Para não atrapalhar o trabalho, apenas me servi da ocasião para anunciar e explicar que estava estudando a experiência do Mercado, que escrevera um artigo que apresentara na II Jornada da Questão Agrária promovida pelo CERU sob o título “Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã: compras públicas e privadas”⁵ e que formulara um projeto de pesquisa com o mesmo título e com o qual havia sido selecionado para estudar no Programa de Mestrado em Sociologia da UFPR. Esta visita cumpria a função de uma prestação de contas do que estava estudando ou escrevendo sobre o Mercado e um pedido de permissão

⁵ CORRÊA JR., Cyro Fernandes. Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã: compras públicas e privadas. In: JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO, 2., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos**. Disponível em <<https://goo.gl/yQfMiH>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

para pesquisá-los mais diretamente, inclusive com entrevistas dos sócios. Mostraram contentamento com o anúncio, disseram que compartilhariam a notícia com os demais sócios e acreditavam que todos estariam à disposição da pesquisa.

Em junho de 2016, logo após saber que a APRI se dissolvera, pensara em abandonar o projeto. Talvez porque quisesse mesmo apresentar aquela experiência como algo absolutamente positivo e exemplar de políticas de desenvolvimento local para a agricultura familiar, uma experiência que me orgulhara ter estimulado quando prefeito de Ivaiporã. O trabalho do orientador foi providencial, fazendo-me recobrar a consciência de que meu compromisso agora era com a ciência e não mais com a política. Era necessário desvelar as causas dessa dissolução e da frustração associativa. Talvez estivesse aí uma grande contribuição para novas experiências.

Em julho de 2016 começamos o trabalho de campo com as entrevistas. Com algumas informações do novo cenário, iniciamos por visitar novamente o Mercado da Agricultura Familiar, que mantivera o nome de fantasia, mas que agora estava sob a gestão do grupo de agricultores que assumiram os passivos da APRI para dar continuidade às atividades do Mercado. Conversei com os agricultores Sílvio Benitez e Jurandir Stresser, colhi muitas impressões sobre os últimos meses de vida da Associação, o processo de dissociação e sobre a experiência de conduzirem o Mercado, agora sob o formato de uma empresa de sociedade limitada. Fiquei de entrevistá-los *a posteriori* com o auxílio de questionário.

Como ouvira que os documentos da APRI haviam ficado sob a guarda do STRI, fui ao sindicato e entrevistei os sócios Anivaldo Mendes e Donizete Pires, respectivamente secretário e presidente do STRI. Os dois faziam parte de um grupo de sócios-fundadores da APRI, que permaneceram sócios até o final, mesmo sem produzir para comercialização no Mercado. Nos últimos meses empenharam esforços para pacificar discórdias na convivência associativa. Anivaldo chegou a presidir por um curto período a APRI, quando Antonio Zeferino, o popular Xaranga, que presidira a entidade desde o princípio, deixara o posto alegando dificuldade em fazer valer sua autoridade. Na mesma empreitada também o entrevistara.

Havia recolhido documentos, feito entrevistas com registro de áudio, e amalhara material para esboçar um quadro da história de relações sociais e políticas que permearam a convivência dos sócios no interior da APRI e do Mercado, bem como com o mundo ao redor. Esclarecera-se por exemplo que menos da

metade dos sócios da APRI comercializavam no Mercado, e que era este rol que deveria ser entrevistado para entender a comercialização sob o associativismo.

As entrevistas com sócios que efetivamente comercializaram sua produção no Mercado, embora parecessem fáceis, encontraram problemas diversos. Várias viagens que fizera a Ivaiporã, esbarraram em chuvas que inviabilizaram o trânsito nas estradas rurais. Numa destas entrevistas fui lembrado que a família esperava a adequação da estrada e do carreador desde antes do mandato de prefeito que me confiaram. Depois fizeram às próprias expensas a adequação e cascalhamento do carreador e continuaram esperando pela estrada municipal da comunidade.

O universo de 10 dentre 28 associados à APRI, dentre os que efetivamente comercializaram no Mercado, não permite inferir tendências estatísticas gerais, mas contextualiza tais camponeses em relação aos conceitos chaves do estudo, especialmente quanto ao associar-se para vender.

O fornecimento de informações sobre a execução do PAA e do PNAE em Ivaiporã por profissionais que trabalharam com esses programas na Secretaria de Agricultura e na Secretaria de Educação do Município de Ivaiporã, ou na Secretaria de Estado da Educação, foram de grande valia para que cruzássemos informações e compreendêssemos o potencial destas políticas públicas para a agricultura familiar poder comercializar sua produção.

Reunidos os materiais coletados, impôs-se o desafio de sistematizar, tabular e dissertar o que ler-se-á aqui. De segunda à sexta, depois da jornada diurna como Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário na Superintendência Regional do INCRA, seguia para a jornada noturna na Biblioteca de Ciências Humanas da UFPR no 3º andar do Ed. D. Pedro I, quase sempre sucedidas por mais uma jornada no espaço doméstico, onde também trabalhava invariavelmente nos finais de semana e feriados. Testemunho a importância das bolsas para estudantes de pós-graduação, pois conciliar o trabalho da sobrevivência com o acadêmico é de fato muito difícil.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE IVAIPORÃ

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. (SANTOS, 1977, p. 86).

Para abordar a formação histórica de Ivaiporã, começemos pela etimologia para revelar no topônimo Ivaiporã a influência indígena, precisamente da tradição tupi-guarani, composta de “y**bá**” que significa fruta, acrescido de “y” que é rio, mais “**porã**” que adjetiva a substância como boa ou bonita. A denominação Ivaiporã, homenageia os fonemas, a linguagem e os sentidos dos povos originários do lugar em relação ao Ivaí: rio da fruta boa ou bonita.⁶

Esta referência tem o propósito de contribuir na superação da narrativa do pioneirismo, de vazio demográfico dos sertões, tentando sepultar qualquer vestígio de direito de povos originais, especialmente indígenas.⁷ Embora ainda incipiente a produção historiográfica sobre Ivaiporã⁸, há importantes obras com referências significativas da ocupação humana destas terras ao longo de séculos e mesmo milênios, antes da dita civilização chegar em meados do século XX e demarcar a colonização agrária da região⁹.

⁶ RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Toponímia Paranaense de Origem Tupi. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA. 5., 2001, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos, Livro de Resumos, 188. Rio de Janeiro: V CNLF, 2001. Disponível em <<https://goo.gl/x4Bm4k>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

⁷ Gelise Cristine Ponce Martins, em “O Processo de (re)ocupação do norte do Paraná e o discurso que o legitimou (1855-1970)” fala de contradições na historiografia sobre o processo de colonização do norte do Paraná, ora enaltecendo o protagonismo da empresa colonizadora, ora enaltecendo as pessoas que abriram o sertão, ora resgatando a história dos povos originais. Uma guerra ideológica “entre a historiografia tradicional e os estudos mais recentes, que apresentam uma visão crítica acerca deste processo. Embasamo-nos em alguns autores que reproduzem o discurso oficial, como Cecília Westphalen, Ruy Wachowicz, Pedro Callil Padis, Jorge Cernev e France Luz e em pesquisadores que buscam desconstruí-lo, como Nelson Dacio Tomazi, Ana Maria Chiarotti de Almeida, Nadir Aparecida Cancian, José Joffily e José Miguel Arias Neto.”

⁸ Circunstância com viés de superação a partir da instalação do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, instalado no Campus de Ivaiporã no ano de 2010.

⁹ Destaque para a obra épica do jesuíta Antonio Ruiz Montoya “A Conquista Espiritual”, que se refere às missões instaladas nas terras do grande cacique guarani Tayaoba, e outra obra riquíssima, “As guerras dos índios kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná 1769-1924” do historiador Lúcio Tadeu Mota que fala das descobertas arqueológicas da gruta de Wobeto: “A 350 km subindo o Ivaí no município de Manoel Ribas, no centro do Estado, pesquisas arqueológicas feitas em 1960 revelaram a existência de material lítico correspondendo aos do sítio José Vieira, datados em torno de sete a oito mil anos. Foi encontrada também uma grande quantidade de material cerâmico, datado em torno de 800.” Mota ainda evidencia farto registro documental da presença indígena na região nos séculos XIX e XX. (Mota, 2008, p. 78)

Deste processo de colonização agrária até nossos dias, temos um período mais facilmente estudado, dado o rol maior de trabalhos do pensamento social sobre as especificidades de Ivaiporã, da Gleba Ubá, ou mesmo do Vale do Ivaí. Com tal perspectiva garimpamos trabalhos no intuito de encontrar conexões com a história ivaiporaense, com sua agricultura familiar e seu mercado econômico.

Assim, abordamos vários estudos, como o de José Alves (2004) sobre “*O processo de formação territorial do Município de Ortigueira: a gênese das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica*”. Este estudo despertou singular interesse, primeiro por fazer importante reflexão teórica sobre conceitos geográficos de frente pioneira e frente de expansão, que serviriam como referencial para a narrativa que se pretendia construir e, depois, por focar justamente a região de onde chegou a frente de expansão que alcançou Ivaiporã no início dos anos 1940, conforme a narrativa dos “pioneiros ivaiporaenses”. Alves buscara em José de Souza Martins os conceitos de frente de expansão e frente pioneira.

Frente de expansão

O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. O caráter de excedente do produto da frente de expansão se combina com essa forma peculiar da terra em decorrência da satelitização das relações de troca (...). O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho (MARTINS, 1975, p. 46).

Frente pioneira

que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção do comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência ‘rebarbativa’ da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto chave da implementação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada (MARTINS, 1975, p. 47).

Ivaiporã se formou sob a ocorrência dos dois tipos de frentes e, em seu processo de colonização agrária, reproduziu na geografia humana a característica de transitoriedade de sua geografia física. Se havia ali um encontro da terra roxa

com a terra mista, do clima mais quente com áreas de ocorrência de geadas, também ali se encontraram gentes vindas do leste, do sul e do norte. Trouxeram suas tradições culturais, religiosas, culinárias, fonéticas, rítmicas, técnicas de cultivo, organização do trabalho doméstico, do comércio. Enfim, uma grande diversidade cultural marca a formação da sociedade ivaiporaense.

Ivaiporã foi povoada a partir do encontro de três principais frentes de imigrantes, aqui classificadas em ordem cronológica como: Frente do Paraná Tradicional, Frente Sulista e Frente Nortista.

A Frente do Paraná Tradicional alcançou inicialmente Ivaiporã com incursões a partir da Vila Agrícola Tereza Cristina de 1847¹⁰. Mas no contexto da colonização agrária em meados do século XX, nos registros da narrativa do pioneirismo, os primeiros habitantes de que se tem notícia, teriam sido os irmãos Horácio e Joceli Felix da Paz, naturais de Cerro Azul no Vale do Ribeira, que teriam chegado em 1941¹¹. Teriam vindo do leste, atravessando o rio Ivaí a partir de Queimadas, que junto com Faxinal de São Sebastião (atuais municípios de Ortigueira e Faxinal) eram os pontos mais avançados da frente de expansão do Paraná Tradicional àquela época. Estabeleceram-se em um local denominado inicialmente de Campo Velho ou Queimada, depois, sucessivamente, de Cruzeiro, Sapecado, Ivainópolis e por último Ivaiporã.

O topônimo Queimada denuncia o uso sistemático da prática de queimadas para a abertura do sertão, em nosso caso as Matas de Ombrófila Mista. Estes usos foram referenciados por Sergio Buarque de Holanda ao escrever sobre a *“persistência das lavouras de tipo predatório”* em *“Raízes do Brasil”*:

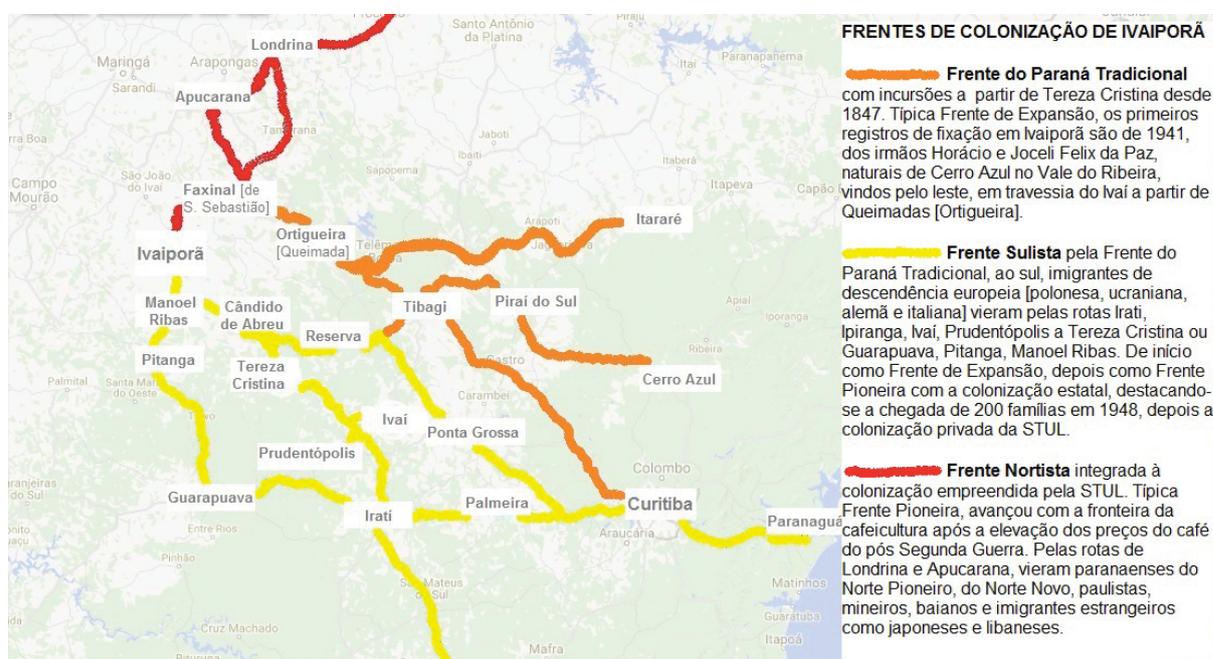
Parece-lhes que a produtividade do solo desbravado e destocado sem auxílio do fogo não é tão grande que compense o trabalho gasto em seu arroteio, tanto mais quanto são quase mínimas as perspectivas de mercado próximo para a madeira cortada. (HOLANDA, 1995, p. 67-68)

¹⁰ A Colônia Tereza Cristina, fundada pelo médico francês Doutor Faivre em 1847, retratada pelo historiador Josué Corrêa Fernandes em *“Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira do Ivaí”*. Relatou sua estada em Tereza Cristina o engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither antes e depois da expedição exploratória que levou ao acampamento no Salto do Ariranha e o trágico contato com índios, como retratou em seu livro *“Novo caminho no Brasil meridional, a província do Paraná: três anos de vida em suas florestas e campos, 1872/1875”*, que tem em sua primeira edição traduzida para o português, o primeiro trabalho dos serviços editoriais da UFPR.

¹¹ Sobre a narrativa pioneira, é muito significativa a revista *“Ivaiporã: sua história sua gente”*, que tem seu expediente com Antonio Padilha (1988) se apresentando como redator e agradecendo ao então candidato a prefeito Antonio da Paz pelo patrocínio da publicação. Instrumento de campanha eleitoral, reuniu importantes registros escritos/fotográficos das famílias pioneiras.

Os que chegavam naquele período estendiam um modo de produção doméstico baseado em economia de subsistência da suinocultura extensiva, que derivava da bovinocultura extensiva dos tropeiros do século XVIII nos campos gerais. Eram camponeses safristas, que antes de estarem preocupados em adquirir terras, estavam ocupados com o usufruto, abrindo clareiras na mata para os roçados e criação de safras de porcos caipiras. Isso coincide com características que Martins (1975) aponta em frentes de expansão: uso privado de terras devolutas e comercialização do excedente do trabalho que é majoritariamente de subsistência.

MAPA 1 FLUXOS MIGRATÓRIOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE IVAIPORÃ



Fonte: Angelo Priori et al. (2012), José de Souza Martins (1941), Antônio Padilha (1988), Cyro Fernandes Corrêa Júnior (2017).

A Frente Sulista também seguiu caminhos da Frente do Paraná Tradicional, mas pelo sul. Imigrantes de descendência europeia, principalmente polonesa, ucraniana, alemã e italiana, vieram pela rota Iratí, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis, Tereza Cristina, Manoel Ribas, Ivaiporã.¹² Inicialmente seguindo a frente de expansão sob a lógica da abertura dos sertões em terras devolutas, posteriormente integrando a frente pioneira, tanto através da colonização agrária promovida pelo

¹² Para se ter uma ideia da imigração destas nacionalidades na imigração paranaense, ver Angelo Priori et al. (2012), que em "HISTÓRIA DO PARANÁ (SÉCULOS XIX E XX)" recita dados de José de Souza Martins: "Apesar das dificuldades, o Paraná recebeu milhares de imigrantes. No ano de 1934 haviam adentrado no Paraná cerca de 47.731 poloneses, 19.272 ucranianos, 13.319 alemães, 8.798 italianos e 9.826 grupos de outras nacionalidades, compondo um número total de 101.331 imigrantes (MARTINS, 1941)."

Estado do Paraná, como através da colonização agrária privada promovida pela Sociedade Territorial Ubá Ltda. Duas iniciativas distintas e contraditórias.

Pela Frente Sulista chegaram camponeses interessados em ser assentados pela colonização agrária estatal, cumprindo as cláusulas resolutivas de posse e recolhimento de impostos por seis anos, para requererem a propriedade da terra. Foi com este entendimento que duzentas famílias de imigrantes, principalmente italianos e alemães, vieram do estado de Santa Catarina em 1948, incentivados pelo Estado. Após o período de conflitos agrários, estabelecida a colonização privada da STUL no início da década de 1950, reforçou-se esta rota da Frente Sulista num outro estágio, daqueles que cumpriram cláusulas contratuais e recolhimento de impostos sim, e se dispõem ainda a crescer o pagamento pela terra.

A Frente Nortista já se dera integrada à colonização empreendida pela STUL. Típica frente pioneira, avançou com a fronteira agrícola da cafeicultura, como extensão da colonização agrária do Norte Novo do Paraná, principalmente após a elevação dos preços do café no mercado internacional do pós Segunda Guerra. Pelas rotas de Londrina e Apucarana, vieram paranaenses do Norte Pioneiro, do Norte Novo, paulistas, mineiros, baianos, etc. Vieram também imigrantes estrangeiros como japoneses e libaneses.

Por todas as frentes afluíram imigrantes interessados em cultivar as férteis terras roxas do médio Vale do Ivaí, no centro do Paraná. Assim, o estudo da formação de Ivaiporã é o estudo da formação de sua agricultura familiar, base social do mercado econômico regional até nossos dias.

2.1 SAFRISTAS: OS CAMPONESES IVAIPORAENSES

Ao sul do espigão Londrina-Apucarana, quando se vai em direção a [Faxinal de] São Sebastião, encontram-se outros pioneiros paulistas, que vieram dos municípios vizinhos à fronteira com o Estado do Paraná (Itararé e Faxina). São criadores de porcos que, depois de fazer queimadas e semear o milho, soltam os animais no campo até a engorda. São chamados “safristas” e não se fixam à terra, portanto nada têm em comum com o pioneiro que planta café e algodão. Junto à margem direita do Ivaí, onde já tomaram pé alguns derrubadores de mata, vindos de Londrina, há o mesmo tipo de contato. Campo Mourão parece ser atualmente o extremo (sic) de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migração essa também de “safristas” que tudo ignoram das culturas tropicais. (MONBEIG, 1984, p. 207).¹³

¹³ Pierre Monbeig não consegue esconder seu ponto de vista paulista ao abordar o encontro de frentes de expansão no Vale do Ivaí, mas sua referência aos safristas na região é singular.

Os safristas podem ser considerados o elo entre a agricultura dos guaranis, jesuítas e kaingangs, e a história mais recente da agricultura ivaiporaense. Dedicados precisamente à agropecuária, os safristas foram autênticos sertanejos, caboclos que abriam clareiras na mata, para cultivar o milho e engordar a safra de porcos que seria conduzida para ser vendida para a indústria frigorífica do “suíno tipo banha”.

Os safristas que abriram as picadas ligando a região do Grilo Ubá a outras rotas já abertas ao sul e ao norte, para escoarem suas safras, abriram assim os caminhos para o desenvolvimento do mercado econômico regional, tanto para a “exportação” da produção agropecuária local para outras regiões, como para a “importação” de insumos, ferramentas e produtos trazidos pelos caixeiros viajantes para fetichizar aqueles sertões.

A cultura do safrista da região é portanto a cultura do camponês ivaiporaense nas suas origens, o camponês de antes das cercas, quando o trabalho do caboclo dependia apenas de suas próprias forças e de sua família para a abertura do sertão. Seja pelas espécies cultivadas, seja pelos usos, o camponês ivaiporaense tem uma proximidade mais que espacial com o kaingang. Trata-se de uma proximidade no modo de viver, no modo de se relacionar com o ambiente. Ambos são pés vermelhos porque pisam a mesma terra roxa e reagem a um mesmo clima temperado. Mas mais do que isso compartilham saberes, em grande medida transmitidos pelo índio ao branco.¹⁴

Observa-se por exemplo a caracterização que Jeorling Cleve em seu *“Memórias de Pitanga”* faz da agricultura original dos caboclos e primeiros colonos, inclusive os de origem eslava. As espécies e usos se diferem muito pouco da agricultura kaingang, senão pela lógica de produção de algum excedente:

¹⁴ Com tanta abundância para ser coletada e caçada, os Kaingang não pareciam precisar dedicar tempo à agricultura. Todavia, do cultivo da terra se via toda uma diversificação na alimentação, como descreveu o etnógrafo Lèvi-Strauss em 1935, em seu primeiro trabalho de campo com o índio do Brasil, justamente com os Kaingangs de São Jerônimo da Serra, na região de Londrina: “A horta ocupa o último lugar nessa economia primitiva. Em plena floresta, atravessam-se por vezes derrubadas indígenas. Entre as altas muralhas das árvores, uma pobre verdura ocupa algumas dezenas de metros quadrados: bananeiras, batatas doces, mandioca e milho. O grão é primeiramente secado ao fogo, depois moída no almofariz por mulheres que trabalham sozinhas ou com outra. A farinha é comida diretamente ou aglomerada com banha para formar um bolo compacto; o feijão preto se junta a esse alimento; a caça e o porco semi-doméstico contribuem com a carne. Esta última é sempre assada espetada num ramo sobre o fogo.” (LÈVI-STRAUSS, 1957, p. 166).

O predomínio nos primeiros anos da economia pitanguense, o plantio de milho em larga escala, não só para o engorde de suínos, era a principal atividade, mas também a fabricação de farinha, quirera e outros derivados, ao lado do plantio de arroz, trigo, centeio muito usado pelos eslavos e seus descendentes, para feitiço de suas famosas broas, que eram servidas com banha de porco ou mel e outros cereais, além de batatas, destinados ao consumo familiar. Havia então, uma típica cultura de subsistência. Isto é bem verdade, sem se considerar a atividade de engorda de porcos, destinados à venda no mercado e conseqüente produção e circulação de riquezas, ainda que em escala reduzida. (CLEVE, 2010, p. 107)

O porco do índio é o porco adaptado pelo caboclo como porco caipira, para ser criado em safras e gerar excedentes econômicos, o que para o indígena não fazia sentido. Mas o porco une o kaingang e o safrista, muito mais que pela banha do acompanhamento alimentar.

O caboclo e as variações de camponês que o sucederam, mantiveram por muito tempo a reverência ao porco índio, à galinha índia, de tal forma que a seleção das espécies vegetais e animais da agropecuária cabocla foi orientada pela referência índia, como parâmetro de rusticidade e adaptação ao ambiente.

O primeiro ciclo econômico da nascente Ivaiporã foi o dos safristas. Iniciado por caboclos que chegaram do leste na década de 1940, vindos de Queimadas e de Faxinal de São Sebastião. Mas é importante observar que ao sul, como em Campina Alta ou em Pitanga, a suinocultura baseada nas safras de porco caipira também eram a base da vida econômica e social.

O safrista era um artesão da agricultura, que pegava a natureza bruta do sertão e lapidava a sobrevivência, com uma produção de excedentes por safra, para comercializar com a civilização. O safrista carregava consigo um estilo de vida, de uma vida organizada pelo ciclo da safra, com começo meio e fim, na esperança que se carregasse alguma economia para o ciclo seguinte.

Foi muito comum nas frentes de expansão de caboclos nos sertões do Paraná a presença dessa atividade econômica. Assim como expandiu-se o trabalho dos tropeiros no Segundo Planalto, com o estabelecimento da pecuária bovina nos campos gerais de Tibagi ainda no século XVIII, expandindo-se dali para os campos de Guarapuava, também nestes lugares e espalhado pelos sertões, nas clareiras abertas na mata, às margens dos rios, se desenvolveu a pecuária suína com o trabalho dos safristas.

Alves (2004) encontra nos estudos de Nilo Bernardes (1952) sobre a *"Expansão do povoamento no Estado do Paraná"*, a tipificação do safrista e a funcionalidade logística do porco como transportador de si mesmo:

O tipo característico é o 'safrista' com seus contratados, sempre à procura de terras novas para as grandes roças de milho que alimentam os porcos. Realizada dêste (sic) modo primitivo a criação de suínos é a forma econômica predominante na infiltração do povoamento na mata. (...) É que o porco é o produto mais facilmente (sic) transportável. Ao ser encaminhado para a zona consumidora ele é tocado a pé pelas trilhas estreitas e irregulares até atingir pequenas povoações junto a melhores estradas, de onde o caminhão os leva para a estação rodoviária. Em épocas anteriores ao automóvel, bando de suínos ('porcadas') eram conduzidas a pé, de Pitanga, Guarapuava, Cândido Abrel (sic), Faxinal de São Sebastião, [Ortigueira, então Queimadas] etc. até a estrada de ferro, em Ponta Grossa, por distâncias que atingiam duzentos ou mais quilômetros! Dêste modo, transformado em banha, o milho se escoava mais facilmente (sic) do sertão para os mercados (BERNARDES, 1952, p. 71-72 apud ALVES, 2004, p. 64).

Havia um sistema de produção do porco caipira em safras. Na base da pirâmide poderiam ser encontrados caboclos espalhados no sertão, com roças de arroz, feijão, abóbora, mandioca, batata-doce e milho, das quais, alimentavam a família cabocla e alimentavam também os porcos. Parte de seus porcos eram vendidos para o safrista engordar na safra. (VALVERDE, 1957; ALVES, 2004)

Os safristas, que também trabalhavam com suas famílias, juntavam-se a outras famílias na realização de tarefas maiores ou mais difíceis, no chamado "mutirão" e "troca de dia de serviço", entre famílias de safristas e de posseiros. Haviam socorros. Quando sabiam que uma família passava por algum caso de enfermidade que impossibilitasse ao trabalho algum membro, a vizinhança se reunia para "limpar a roça" do convalescido.

Este tipo de solidariedade também teria sido cultivada a partir da influência dos povos originais como identificara Holanda em "Raízes do Brasil":

Outros costumes, como o do muxirão ou mutirão, em que os roceiros se socorrem uns aos outros nas derrubadas de mato, nos plantios, nas colheitas, na construção de casas, na fiação do algodão, teriam sido tomados de preferência ao gentio da terra e fundam-se, ao que parece, na expectativa de auxílio recíproco, tanto quanto na excitação proporcionada pelas ceias, as danças, os descantes e os desafios que acompanham obrigatoriamente tais serviços. Se os homens se ajudam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no "mais animados do espírito da caninha do que do amor ao trabalho". É evidente que explicações semelhantes são exatas apenas na medida em que patenteiam o que há de excêntrico e mais ostentoso na verdade: realismo do traço grosso e da caricatura. (HOLANDA, 1995, p. 60)

Mas dentre os safristas também haviam aqueles que se especializavam no comércio e compravam os porcos dos safristas “no mato”, para tocarem até seus compradores ao norte, em Faxinal de São Sebastião, posteriormente Apucarana ou Londrina, ou ao sul, em Campina Alta ou Pitanga, rumando para Ponta Grossa.

Ao estudar os safristas de Ortigueira, antiga Queimadas, como vimos, o local de onde partiram os primeiros safristas para explorar aquelas terras que tornar-se-iam Ivaiporã, Alves (2004) obteve oportuno registro oral da memória de um safrista com vasta experiência no trabalho com safras de porco caipira:

Eles [os safristas] derrubava o mato, fazia a roça, fechava a roça com uma cerca de pau dessa artura assim [mais ou menos 80 cm] e soltava o porco dentro, pra cumê aquele mio na roça. Engorda andando a porcada. Fazia o paió, coia um pouco de mio pra deixá no paió de reserva pro fim, dali ele tirava o porco gordo. Ficava outra ponta mais magra. Ficava pra acabá de engordá comendo mio do paió (MATEUS, 91 anos, Ortigueira, 14/07/03). (ALVES, 2004, p. 65)

O sistema de safra sustentava-se em lógica extensiva, com os safristas adentrando o sertão e estabelecendo suas posses sobre a terra conforme a capacidade dos braços da família para o trabalho. Eram comuns famílias numerosas e áreas extensas de exploração, demarcadas pelos elementos da geografia física como morros ou águas. O safrista fazia uso da rotação de terras e consorciava a construção de cercados para os grandes mangueirões, chiqueirões, com roçados de milho e outras culturas, além de áreas de pousio, e a área de mata não derrubada.

Alves (2004) descreve as ligações do grande mercado do porco caipira produzido em Ortigueira, demonstrando a estruturação de uma cadeia econômica à qual estariam sujeitos também os safristas de Ivaiporã. A cadeia econômica estava subordinada à indústria alimentícia frigorífica suína, com especial interesse para a banha animal. As varas de porcos eram conduzidas para Ponta Grossa ou diretamente para Jaguariaíva, onde estava instalado o frigorífico Matarazzo.

Na rota da entrega, tinha várias safras que davam suporte pra alimentação dos porcos; o milho era comprado de outro safristas. Os porco que não agüentava andá, era morto, a carne salgada e usada pra alimentação. (...) Não ia um safrista só; os porco era marcado e ia vários safristas levando a porcada. Era um mutirão, cada família de safrista cuidava do seu lote (L. M. dos S., 44 anos, Vila Rica, 22/03/03). (ALVES, 2004, p. 66)

Alves observa que a partir de 1945, o transporte passou a ser feito pelos chamados caminhões porcadeiros, entretanto devido às péssimas condições da estrada, uma viagem de Queimadas a Ponta Grossa, poderia demorar até três dias. A ausência, ou as péssimas condições das estradas também impuseram aos safristas de Ivaiporã, a condução da porcada andando pelas picadas até por volta de 1954, quando também passou-se ao uso de caminhões porcadeiros.

Jaguariaíva era a rota para porco gordo dos sertões do Paraná enquanto funcionou ali o Frigorífico Matarazzo (1924-1947). Com seu fechamento, houve uma reestruturação do mercado “e a produção do porco gordo passou a ser comercializado (sic) em São Paulo, com a Swift do Brasil e, no Rio de Janeiro, com a Casa da Banha (Ortigueira, 1996)”. (ALVES, 2004, p. 66).

Este grande mercado do porco caipira tipo banha subsistiu até início da década de 1980. Mas já vinha declinando à razão do avanço da colonização agrária e do parcelamento das terras, que inviabilizou a suinocultura caipira extensiva, típica do sistema de safras.

Depois de assentado em um sítio, cercado de vizinhos preocupados com cercas, o camponês restringiu seus chiqueiros e passou a criar porcos apenas para a subsistência da família na tradição de conservação da carne de porco na lata de banha, ou até mesmo para manter a tradição de generosidade e reciprocidade de relações típicas do campesinato, como sempre “matar um porquinho” para dividir e retribuir os presentes da vizinhança: um pernil, uma costelinha, uma banda de leitoa. Ou então, como se verifica até nossos dias, a satisfação do camponês em manter chiqueiro para ter animais para dar trato, aproveitar restos de comida, ter renda extra no Natal com a venda de “leitoas limpas” no mercado informal local, ou simplesmente para reunir amigos com “leitoa no tacho”, como é da tradição.

2.2 CERCAMENTOS DE TERRAS E SUBORDINAÇÃO CAMPONESA NO UBÁ

Em 1932 assumira o Governo do Paraná o Interventor Manoel Ribas, que governara por treze anos, até 1945. Essa longevidade no governo, mostra a absoluta confiança que mereceu de Getúlio Vargas. Empenhou-se no Paraná em promover a colonização através da ocupação territorial, sincronizada com o movimento demográfico nacional que chegou a ser chamado “Marcha para o Oeste”.

Em seu primeiro ano no governo, o Interventor já iniciara intensa propaganda através de panfletos e jornais estimulando a migração de pessoas interessadas em abrir o sertão de terras férteis do norte do Paraná e cultivarem a terra para receberem os títulos de propriedade *a posteriori*:

Essa política de expansão das fronteiras agrícolas e a fama das terras férteis do norte-paranaense atraíram um grande influxo de famílias em busca de uma parcela de terra a preço acessível ou devoluta, onde o interessado ocupava uma área, entrava com o requerimento à Comissão Mista de Terras, devendo derrubar a mata, produzir e recolher os impostos durante seis anos para então obter o título definitivo da propriedade. (FERNANDES, 2007, p.47)

O Interventor Manoel Ribas inspirara-se no “*Homestead Act*” de Abraham Lincoln para a distribuição de terras aos “desbravadores”. Essa política confrontou interesses de poderosos grileiros que atuaram nas primeiras décadas do século XX. O Governo do Estado do Paraná tenta corrigir casos de conflitos agrários derivados da proliferação de títulos fraudulentos de extensas áreas rurais que se juntavam a outros casos, de vários títulos que haviam sido efetivamente expedidos pelo Estado do Paraná “na década de 1920, sobretudo no governo de Affonso Alves de Camargo, após 1928”, com o objetivo de promover colonização de iniciativa privada (FERNANDES, 2007, p. 42).

Todavia, como muitos desses títulos requeridos junto ao Estado não atenderam “as demandas legais de utilização, ‘cultura efetiva e moradia habitual’ (conforme Lei Estadual nº. 68 de 20 de dezembro de 1892)” (p. 47), na década de 30 foram declarados nulos, como o da Sociedade Territorial Ubá Ltda – STUL.

Cumpre, ao Govêrno, escudado nos princípios de moral administrativa, a defêsa dos interesses econômicos da coletividade subordinada à sua jurisdição, à mercê da falta de escrupulo de indivíduos perniciosos, os quais não trepidam em se locupletar à custa do sacrificio alheio, esclarecer a existência de falsificações de documentos ou de alterações de nomes, de situações de acidentes físicos ou dilatações de limites territoriais originários, criados para fundamento de supostos direitos sobre imóveis. (sic) (PARANÁ, 1940, p. 112)¹⁵

Segundo estudo guiado pelas normas dadas pela “Lei Básica n.º 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de

¹⁵ PARANÁ. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas M. D. Presidente da Republica pelo Snr. Manoel Ribas Interventor Federal no Estado do Paraná. Março de 1940, p. 1-186. Disponível em: < <https://goo.gl/ppSJPP> >. Acesso em 20 out. 2016.

1854 e Lei Estadual n.º 68, de 20 de dezembro de 1892”, levaram a conclusão de que quase um terço das terras do Estado estavam sendo requeridas por títulos sem legitimidade, como publicado no referido Relatório.

Em meio a essas terras estava o Grilo Ubá, na conta do município de Guarapuava (Ver Tabela 1). Manoel Ribas estava inconformado com a morosidade do judiciário, mas seguia propondo medidas administrativas e ações judiciais para anular os títulos ilegítimos dos grilos, com o objetivo de destinar tais terras a reforma agrária e colonização de iniciativa estatal:

Outros decretos temos feito lavrar, com o fim de acautelar os sagrados direitos do Estado e podemos assegurar a Vossa Excelência que, antes de se findar o ano de 1939, já estavam reiniciados os trabalhos de colonização, hoje executados diretamente pelo Governo, por intermédio de um Departamento especializado, reorganizado para êsse fim.

Até fins de 1939, foram localizadas (assentadas) nas colônias organizadas pelo Estado, nos municípios de Londrina, Tibagi, Paranaguá, Reserva, Guarapuava, Morretes, Clevelândia, Palmas e outros, mais de oito mil famílias de agricultores (sic) (PARANÁ, 1940, p. 109).

TABELA 1 EXTENSÕES DE “GRILOS” DE TERRAS SEGUNDO RELATÓRIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ EM 1940

Município	Extensão em hectares
Guarapuava	3.536.394,40
Prudentópolis	86.846,54
Londrina	1.513.831,00
Sertanópolis	467.761,80
São Jerônimo	82.110,60
Cambará	32.887,80
Bocaiúva	91.960,00
Paranaguá	50.820,00
Clevelândia	53.240,00
Total	5.915.852,40

Fonte: Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas Interventor Federal no Estado do Paraná. Março de 1940, p. 112.

Essa reforma agrária e colonização estatal, segundo Kohlhepp (2014) implantou as colônias Mourão, Goio-Erê, Goio-Bang, Cantú, Piquiri, Muquidão e Manoel Ribas. Para ele a colonização estatal foi dificultada pela lentidão nas obras de infraestrutura “realizadas por instituições estatais financeiramente debilitadas.” (KOHLHEPP, 2014, p. 62)

O pesquisador alemão se refere à Colonia Manoel Ribas, criada em 1939, mas este nome só seria dado ao lugar mais tarde, quando se tornaria município, justamente em homenagem ao Interventor Federal. Naquele momento da iniciativa estatal de colonização, a referência geográfica era do pertencimento ao território setentrional do município de Guarapuava, próximo à Terra Indígena Ivaí. Esta experiência de reforma agrária estendia-se sobre território requerido pelo Grilo Ubá, que depois constituiria os municípios de Ivaiporã, Ariranha do Ivaí e Arapuã. Por esta rota avançava a imigração da Frente Sulista, partindo de Prudentópolis ou dos campos de Guarapuava, seguindo para Pitanga, daí para Manoel Ribas, para então chegar a Ivaiporã. Caminho seguido pelas emancipações políticas e territoriais.

Guarapuava já era uma freguesia em 1819, tornou-se vila em 1852, e teve instalada a Câmara Municipal em 1853, o ano da efervescência da luta e da emancipação política do Paraná, elevado à condição de Província. Guarapuava tornou-se Comarca em 1859.

Pitanga tem registros de seu povoamento no início do século XX e já por volta de 1918 tem casas de comércio para atender um grande número de colonos esparramados por aqueles pinheirais. Em 1923 o conflito entre kaingangos e pitanguenses, já mostrava o poder predatório daquela frente de colonização. Elevada à condição de município em 1944, Pitanga nesta época tinha sua economia baseada no sistema de safras de porcos caipiras. Os relatos estimam expedições com até 500 porcos de 6 a 8 arrobas partindo quinzenalmente tocados a cavalo rumo a Ponta Grossa, para serem vendidos à próspera indústria frigorífica suína da época, com especial interesse na gordura animal, na banha.

Manoel Ribas como município, começou a se formar a partir de povoamento datado de 1940 em local chamado à época de Campina Alta. Emancipou-se de Pitanga em 1955 e em janeiro de 1956 instalou-se o município. Era a última parada antes de Ivaiporã para quem viesse de Guarapuava.

A estrada até Manoel Ribas foi meu pai que abriu entre o final de 1939 e começo de 40. Nesta época eu entrei com minha família na primeira carroça que chegou até Manoel Ribas. Eu quase morria de dó dos cavalos que pisavam naqueles tocos de taquara que ficavam, mais ou menos, a um palmo do chão. (ANUNZIATO, 2001, p. 4-5)¹⁶

¹⁶ Herondy Anunziato viveu bem a história institucional, político administrativa de Ivaiporã. Ingressou jovem na Prefeitura Municipal de Pitanga e visitou o Sapecado em 1948, de passagem, se deslocando para o Distrito do Guaritá na condição de Fiscal de Rendas. Depois, foi nomeado Prefeito de Ivaiporã no interregno entre Emancipação Política e a Instalação do Município,

Em 1948 vieram duzentas famílias de colonos catarinenses descendentes de europeus e se fixaram ao norte da comunidade de Campina Alta, orientados pela propaganda da colonização estatal, crentes de que terras entre os rios Corumbataí e Ivaí eram devolutas, que cumpririam as condicionalidades dadas pela política de reforma agrária e colonização do governo e obteriam os títulos de propriedade.¹⁷

Essas famílias vieram de Santa Catarina na fé de alcançarem a terra prometida mediante o sacrifício do trabalho de abertura do sertão. Deixaram tudo pra trás e apostaram todos seus esforços na nova vida nos rincões do Paraná. Formaram as comunidades de Sabugueiro, Alecrim, Pindauvinha, os distritos de Alto Porã, Lageado, Arapuã e Ariranha do Ivaí.

Quando muitos já tinham vencido a “abertura do mato”, as doenças, a rebrota, prosperavam com suas safras de porco caipira, suas lavouras de milho e de tudo o mais que produziam aquelas férteis terras roxas, quando multiplicavam-se os bailes, festas de casamento e batizados dos novos habitantes do lugar, chegou a notícia de que as terras tinham dono e que o Estado não teria como titulá-los.

De fato, existiam títulos daquelas terras: justamente os títulos contestados pelo Interventor Manoel Ribas. O professor Lucio Boing, filho de imigrantes dessa leva de colonos que vieram para Ivaiporã, em seu trabalho *“Vale do Ivaí: conflitos e ocupação das terras regionais”* demonstra que numa análise superficial da cadeia dominial do título transmitido em 1929 à Sociedade Territorial Ubá Ltda., evidenciava-se um histórico de fraudes.

Esta terra ou imóvel, inicialmente, teria pertencido a José de Lima por divisa cantada. Este a vendeu para Manoel Soares da Silva Lima em 1853 conforme escritura de 2 de Dezembro de 1853 em Colônia Thereza. Em 05 de dezembro de 1899, Manoel Soares da Silva Lima vendeu suas terras a João Fordie em escritura lavrada na Villa Ypiranga, da Comarca de Ponta Grossa. Em 20 de Julho de 1912 João Fordie vendeu parte da área para o Alberto Landsberg em escritura lavrada em Cartório da Cidade do Rio de Janeiro que a vendeu para a Sociedade Territorial Ubá Ltda que por sua vez promoveu o loteamento das terras. (BOING, 2007, p. 9)

Algumas suspeitas e indícios de fraude poderiam assim ser resumidos sobre esta cadeia dominial. a) a data de 1853 para a escritura da primeira transmissão da terra com divisa cantada de José de Lima, para Manoel Soares da Silva Lima em

¹⁷ “Em 1948, o saudoso pioneiro Francisco Jacob Goeder, juntamente com Ludovico Merico conseguiu junto ao então governador do Estado, autorização oficial para a vinda de colonizadores do Estado de Santa Catarina.” (PADILHA, 1988, p. 3).

Colônia Thereza Cristina é absurdo, visto que o lugar só foi ter um cartório judicial em 1896; b) 1853 parecia uma data arranjada para a primeira transmissão, visto que só foram aceitas transcrições a partir de divisa cantada até a publicação do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que em sintonia com a Lei Básica nº 601, de 18 de setembro de 1850, passou a exigir a comprovação da posse para sua legitimidade; c) a descrição do terreno por divisa cantada em 1853 deixava muitas dúvidas, sugerindo que o comprador poderia “movimentar as divisas do imóvel”; d) cantava-se apenas que o terreno ficava na margem esquerda do rio Ivaí em lugar chamado Salto Grande, também chamado de Salto Ubá ou Salto do Ariranha, o que permitia aos sucessores do título darem um grande salto com as divisas até a foz do rio Corumbataí; e) os 28\$000 (vinte e oito mil de réis) pagos como imposto de transmissão em 8 de dezembro de 1853 na Coletoria de Guarapuava, equivaleriam a um terreno de 7 alqueires, que virariam 100.000 alqueires nas mãos de João Fordie; f) Já em 1913 era denunciado o “*bendengó do Ubá*” no jornal Diário dos Campos de Ponta Grossa, onde “indivíduos sem direito algum vão se apossando de áreas fabulosamente grandes do nosso território, com dispêndio apenas de algum selo e propinas”¹⁸ g) a Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná, realizou verificação administrativa e perícia judicial, comprovou adulteração de documentos e editou a Portaria 159 de 16 de abril de 1935, que “determinou os verdadeiros limites dos registros em questão”. (QUIESE, 1999; BOING, 2007; DENEZ, 2011).

‘ Como se vê, o governo do Interventor Manoel Ribas após muitas contestações, declarou nulos aqueles títulos e devolutas aquelas terras. Disso derivou uma contestação judicial que se prolongou até 1950 quando, já sob o governo de Lupion, o Estado celebrou um acordo com a STUL reconhecendo-lhe a propriedade das terras da Gleba Ubá, justamente onde o Estado assentara aquelas duzentas famílias vindas de Santa Catarina.

O aprofundamento dos estudos sobre a legitimidade do título da Gleba Ubá, pode revelar um *modus operandi* da grilagem de terras no Paraná na primeira metade do século XX. Nas rebarbas do grande empreendimento da CTNP, foram surgindo vários casos como o do Grilo Ubá, com empresas formadas principalmente por tradicionais fazendeiros paulistas, modernos bandeirantes em busca de terras

¹⁸ Denúncias feitas por Toca Mercer, buscadas pelo professor Boing (2007, p. 10) em MERCER, Luiz Leopoldo. Edmundo Alberto Mercer - Toca Mercer, um livro só pra nós, 1978.

para a expansão da cafeicultura, em especial com a supervalorização do café após a Segunda Guerra Mundial.

No decorrer do litígio com o Governo do Paraná esse processo custou caro aos irmãos Barbosa Ferraz que para manter o processo buscou outros sócios, somando 37 sócios formando a Sociedade Territorial Ubá Ltda (STUL). Alguns foram remunerados em terras e o processo ainda originou novas empresas colonizadoras como a Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda. (DENEZ, 2011, p. 134)

Ao analisar o conflito agrário que ficou conhecido como Guerra de Porecatu, onde também protagonizaram como grileiros o lendário “rei do café” Jeremy Lunardelli e irmãos, Fernandes (2007) observa que naquele momento histórico eclodiam conflitos entre posseiros e grileiros em outras regiões do Estado, especialmente após a posse de Moysés Lupion sobre o Governo do Paraná em março de 1947. Seu governo reorientou a atuação do Estado nas ações judiciais propostas para anular os títulos de centenas de milhares de hectares de terras, passando a favorecer acordos judiciais em favor daqueles que eram tratados como grileiros durante o lapso de governo do Interventor Manoel Ribas.¹⁹

Naqueles fins da década de 1940 e início da década de 1950, a resistência camponesa levantou-se em um movimento social com ocorrências comuns em outras regiões do estado e do país. A “Revolução no Grilo Ubá” (1951-1952) estava em meio a esta conta, junto com Guerra de Porecatu (1946-1947), Campo Mourão (1948) a Revolta do Grilo do Tigre em Pitanga (1955) e várias outras revoltas de camponeses posseiros que tiveram dificuldades em narrar as injustiças vividas, como os de Faxinal de São Sebastião, das colônias Goioerê, Piquiri e Paranaíba.

Kohlhepp (2014) descreve como a ineficiência ou a negligência propositada do Estado contribuiu para os fracassos da colonização estatal e conseqüentemente para os conflitos agrários:

Inúmeros outros casos semelhantes sublinharam a desorganização e especulação, a concessão ilegal de terras a partidários do governo e a falta

¹⁹ Ilustrativo desses governos oligárquicos no Estado do Paraná e suas simbioses com o latifúndio grilado, podemos observar o exemplo do “ex-Governador pela ARENA e empresário Paulo Pimentel, que, por sua vez, era genro de João Lunardelli, dono das maiores propriedades de terras e glebas no Norte do Paraná e irmão de Jeremia, o “rei do café” (OLIVEIRA, 2007, 158). Recém formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, Pimentel advogara para os Lunardelli, entrara para a família, aceitara o desafio posto pelo sogro para gerenciar a usina de açúcar em Porecatu em 1955, de 1961 a 1965 foi Secretário de Estado da Agricultura no Governo Ney Braga e de 1965 a 1970 Governador do Estado. (SANT’ANA, 2008, 284 p.)

de boa vontade para com os posseiros. Títulos de propriedade emitidos por governos anteriores eram invalidados pelos seus sucessores.

A morosidade na emissão desses títulos e a falta de planejamento por parte do governo possibilitavam a expulsão de posseiros e de pequenos proprietários ('sitiantes') por pistoleiros a serviço dos latifundiários das imediações, como o que aconteceu na região de Campo Mourão em 1948. (KOHLHEPP, 2014, p. 62)

Os camponeses posseiros em geral, tanto os que tinham vindo do leste e do norte, mas especialmente aquelas duzentas famílias que estavam juntas desde a viagem de Santa Catarina até ali, não acreditaram quando chegou a notícia que o Governo do Estado havia feito um acordo com a Sociedade Territorial Ubá Ltda. Para a execução da sentença, manifestou-se o Juiz da Comarca de Pitanga em 21 de janeiro de 1951: depois de mais de 10 anos de processo judicial com perícias e revelações de documentos adulterados, o que parecia impossível foi publicado: o Estado reconhecia a propriedade da Gleba Ubá à STUL.

Soou como uma provocação aos camponeses. E quando chegaram as ameaças e os despejos propriamente ditos, criou-se um clima de hostilidades que elevaram-se gradativamente para aquilo que se chegou a chamar de "Revolução".

Boing (2007) sintetiza a memória coletiva de Ivaiporã, de uma história oral que ainda pode ser ouvida diretamente de alguns protagonistas e coadjuvantes daquele conflito agrário: de que a STUL possuía um braço armado para executar as ordens de despejo e "limpar a terra".

Os homens da "Companhia Ubá" chegavam com a oferta ao camponês, da terra que antes ele "abriria" como se fosse sua. Quem resistisse, experimentava despejos violentos, para que servisse como exemplo para a intimidação dos camponeses que ainda seriam visitados. As casas e as roças eram incendiadas e as famílias eram levadas para fora dos limites da Gleba.

O agravamento da crise, no início da década de 1950, levou à chamada "revolução", que foi um movimento dos posseiros, colonos, safristas... que não estavam satisfeitos com as incertezas e a pressão do pessoal da STUL. Enquanto os trabalhadores estavam reunidos para forçar uma tomada de posição por parte do governo do Estado, aparece de surpresa um batalhão da Polícia Militar do Estado que desarma os trabalhadores e os desmobiliza pois governo do Estado e STUL já haviam chegado a um acordo que não era de conhecimento dos posseiros, colonos, safristas... (BOING, 2007, p. 13)

Com a presença do batalhão da polícia militar do Estado, chefiada pelo jovem chefe de polícia Ney Braga²⁰, o Estado oferecia o golpe de misericórdia aos revoltosos: a certeza de que haviam perdido. Vão se tornando cada vez mais escassas as resistências e os camponeses vão cabisbaixos negociar o parcelamento de suas terras junto à STUL. Uma seleção nada natural, de agricultores subordinados ao conformismo, se processa.

A submissão ao poder de fogo da Companhia Ubá coincidiu com a substituição do “velho” posseiro caboclo, pelo “novo” proprietário rural subordinado à racionalidade da propriedade privada, do direito restritivo e da lógica capitalista que viabilizaria a acumulação da mercadoria dinheiro, necessária agora para pagar as parcelas da terra à STUL. À substituição de um pelo outro correspondeu também à substituição de velhos estigmas sobre a figura do camponês, por novos.

Taques (2014) observa no coronelismo a projeção dos coronéis na vida social regional e o fato de ofertarem trabalho ou concederem parcelas de suas terras para o cultivo de famílias de colonos, em troca de trabalho. No Grilo Ubá, os coronéis da STUL, com seus jagunços, com o governo, com o judiciário, com a polícia, mostraram que “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

E uma vez vencida a resistência camponesa, brotavam relações de dependência da população local para com o coronel. Taques observa que nestes contextos se compreende a prática dos colonos em entregar seus filhos para serem batizados pelo coronel no altar da igreja e daí brotarem não apenas as relações de compadrio entre o coronel, sua esposa e os pais da criança, mas também novas relações entre padrinho e afilhado, entre o coronel e o recém-nascido (TAQUES, 2014, p. 28). Afinal parece estar escrito em algum documento canônico que cabe ao padrinho, junto com os pais, guiar o batizado para seguir no caminho do bem e não se tornar uma ovelha desgarrada.

Taques cita Florestan Fernandes (1987) na tese que essa classe dominante de fazendeiros coronéis se consolidou no processo de independência, rompendo com o pacto colonial, mas preservando a estrutura de poder da qual emergira.

²⁰ Em entrevista a Revista Vale Informação, Herondy Anunziato (2001) conta a história que um jovem líder das famílias catarinenses rebeladas por seus direitos, encostou um revolver no peito do chefe de polícia logo que desceu do avião, impondo uma revista, que apesar da resistência foi feita. A história ganhou notoriedade com a ascensão política de Ney Braga.

Nos tempos do Brasil colônia, praticamente todos os recursos arrecadados iam para Portugal. Com a proclamação da república, instaura-se um “Estado” sem recursos financeiros, de modo que os impostos ou arrecadação nesta época era exclusivo para o poder central. Desta forma os municípios viam-se desprovidos de recursos. Logo, o responsável pela administração municipal, que quase sempre era um fazendeiro, via-se sem recursos para realizar obras necessárias para o município (pontes, estradas, etc...). Em muitos casos investia dinheiro próprio para atender demandas emergenciais em seu município. Isso foi determinante para a cultura política baseada no patrimonialismo, coronelismo e clientelismo. (TAQUES, 2014, p. 29).

Transportando tais reflexões para a proclamação da sentença judicial em 1951 em favor da STUL, que concedeu à empresa a autoridade sobre aquele território, golpeava-se a crença popular na autoridade pública, impondo-lhe a submissão à autoridade privada. Aquela território pertencente ao imenso município de Pitanga até 1956, e à Manoel Ribas até a emancipação política de Ivaiporã em 1961, estaria por uma década sob o domínio político e econômico da STUL.

Se o poder público municipal não podia abrir estradas e construir pontes, a STUL constituiria seu próprio aparato de máquinas e profissionais para promover o progresso da Gleba Ubá. Se o poder público estadual fracassara na iniciativa estatal de colonização e reforma agrária, a STUL mostraria a eficiência da iniciativa privada e do mercado. A Frente Pioneira da STUL já havia se apossado das terras e da narrativa. Com a “pacificação”, a STUL deu carga total na propaganda para atrair compradores para as férteis terras roxas da Gleba Ubá.

Com a gleba sendo parcelada, reforçou-se a Frente Sul de imigração, principalmente com o avanço de ucranianos da Frente Tradicional do Paraná que vinham da linha Irati, Ivaí, Prudentópolis, Tereza Cristina, Manoel Ribas, Ivaiporã. Os colonos ucranianos eram numerosos, se estabeleceram na região onde viria a se formar o distrito, hoje emancipado município de Ariranha do Ivaí. Se organizaram de modo a manter uma sociabilidade étnica, em torno da Igreja Católica de Rito Bizantino, espaço de reprodução da cultura ucraniana.²¹

Um terceiro movimento imigratório, o mais forte, se deu com a Frente Nortista, que veio com a expansão da fronteira da cafeicultura, junto com a colonização agrária do norte do Paraná, principalmente após a elevação dos preços do café no mercado internacional do pós-guerra. A cafeicultura adentrara o território paranaense pelo chamado Norte Pioneiro ainda no século XIX e coincidira com a

²¹ Em “RITO BIZANTINO UCRANIANO – Elemento Constitutivo de Identidade Étnica”, Fernanda Mazuco de Abreu e Devanir Leite retratam a comunidade ucraniana de Ariranha do Ivaí.

colonização agrária do Norte Novo e Novíssimo Norte. A partir da década de 1930 o café foi paulatinamente se tornando a maior expressão da economia paranaense.

Uma frente pioneira típica se estabeleceria no norte do Paraná, tendo Londrina como primeiro e mais importante ponto de irradiação da colonização idealizada pelos ingleses da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP.

Muitos nortistas, especialmente paulistas, mineiros e baianos, mas de diferentes outros lugares do país, ou mesmo estrangeiros como italianos, japoneses, alemães, árabes, vieram para o norte do Paraná em busca de terras acessíveis e parceladas. Aqueles que não conseguiram se estabelecer no entorno de Londrina, seguiram a expansão da fronteira do café que rumou para o noroeste, mas também para o sul, até os limites da frequência de geadas.

FIGURA 1 PUBLICIDADE DA STUL NO JORNAL FOLHA DE LONDRINA

30.000
alqueires de terra roxa

Na região
mais fértil
do Paraná

Grande oportunidade para a compra de terras de 1ª qualidade, ideais para a formação de sítios e fazendas de café, cereais e outras culturas.

LOTES A PARTIR DE 5 ALQUEIRES
PAGAMENTOS A LONGO PRAZO - SEM JUROS

As melhores terras do Paraná, pela melhor oferta do momento e em condições ao alcance de todos.

Informações e vendas:
SOCIEDADE TERRITORIAL UBÁ LTDA.
Escritórios em IVAIPORÃ - PARANÁ

FAZENDA UBÁ IVAIPORÃ

Localização nas proximidades de Ivaiporã, onde se encontram boas casas comerciais, esplanada estadual, cartório de registro civil etc.

Linha de ônibus diariamente para Londrina e Apucarana, com escala em Faxinal.

Todos os lotes possuem estradas de acesso e boas águas.

Zona raramente atingida por geadas.

Fonte: ROSANELI, Alessandro Filla. Cidades Novas do Café: História, Morfologia e Paisagem Urbana, p. 95, propagandas de diversas companhias imobiliárias, Folha de Londrina, vários anos.

A partir da “pacificação”, quando a STUL começou a parcelar, propagandear e vender as áreas em Ivaiporã, os preços eram próprios de uma região que ainda

estava por ser aberta, bem mais acessíveis que os praticados à mesma época no eixo Londrina – Maringá.

Importante perceber que no projeto de colonização da STUL, o interesse maior era justamente o parcelamento e a comercialização das terras e que, por isso mesmo, em sintonia com os outros projetos de colonização agrária no norte do Paraná, as estruturas fundiárias foram concebidas para minifúndios, para acolher o maior número de compradores. Tratava-se de parcelar cada “litro” da terra roxa para a realização do lucro do capital imobiliário.

Desta lógica do capital imobiliário brotou uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, restando no parcelamento da gleba algumas poucas propriedades maiores nas encostas dos rios Ivaí e Corumbataí, em função da topografia mais acidentada, bem como nas terras colonizadas pela Sociedade Civil Agrícola Lunardelli, como foram os casos dos latifúndios que fizeram história posteriormente como Fazenda Suíça e Fazenda Sete Mil²².

Embora anunciassem lotes a partir de 5 alqueires, muitos destes imóveis foram desmembrados em módulos rurais menores, de 3, 2, ou 1 alqueire e uma quarta²³. Como vimos, os adquirentes vinham de diversas frentes, mas, em geral, eram trabalhadores livres e pobres, que estavam deixando uma vida para trás, para começar vida nova em Ivaiporã, enfeitiçados pelo sonho de terem seu próprio pedaço de terra. Para isso, a oferta era de pequenos lotes, pagamentos a longo prazo e sem juros.

Mas a despeito das facilidades, não se pode ignorar a objetividade das obrigações assumidas. Para aqueles camponeses que já viviam na região antes de se obrigarem a adquirir as terras, precisaram submeter seu modo de produção e subsistência safrista, fazendo sobrar agora algum excedente para o pagamento das parcelas junto à colonizadora STUL. Para aqueles que imigraram de outras regiões, igualmente, logo ficaria claro que não poderiam apenas subsistir, pois precisariam produzir excedentes, ao menos para pagar as parcelas daquele crédito fundiário.

O fetiche da propriedade da terra impunha o seu preço, de modo que o “reino encantado” da propriedade rural, parecia contraditoriamente apropriar-se do camponês e sua família, alienando-lhes suor e lágrimas para o pagamento das

²² A Fazenda Sete Mil, viria a pertencer a Flávio Pinho de Almeida, genro do ex Governador de São Paulo Abreu Sodré. Em 2004 foi obtida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que implantou o Projeto de Assentamento Oito de Abril para 555 famílias.

²³ Fração mínima para desmembramentos de imóveis rurais na região são de 3 hectares.

parcelas da terra. A participação no mercado de terras, adquirindo um lote daquela estrutura fundiária de minifúndios, o camponês proprietário era condicionado a participar do mercado em geral, convertendo suas produções em mercadorias e, consumindo novos produtos ofertados pela Frente Pioneira empresarial.

Assim, a despeito da tragédia sob a qual se deu o processo de colonização agrária de Ivaiporã, por mais paradoxal que possa parecer, a busca pela maximização dos lucros do capital imobiliário promoveu uma reforma agrária que democratizaria o acesso à propriedade da terra, uma estrutura agrária baseada em minifúndios, de onde erigiu-se uma sociedade de base camponesa, dominada, ainda que apenas em proporção populacional, por camponeses, agora subordinados à lógica do mercado e da propriedade, na condição de pequenos proprietários rurais.

2.3 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E ACUMULAÇÃO NO MERCADO REGIONAL

Durante muito tempo Ivaiporã estamparia em seu principal trevo de acesso rodoviário uma placa ostentando a insígnia “Celeiro do Brasil”. Apesar do ufanismo, o fato é que o município sempre esteve sintonizado com as grandes transformações do processo de modernização agrícola como referência de produtividade e de cotação de preços para o mercado nacional de produtos agropecuários. Mas a modernização agrícola não trouxe para Ivaiporã apenas inovação tecnológica e aumentos de produtividade. Trouxe também seus efeitos colaterais, como a concentração no mercado de terras regional e conseqüente êxodo rural.

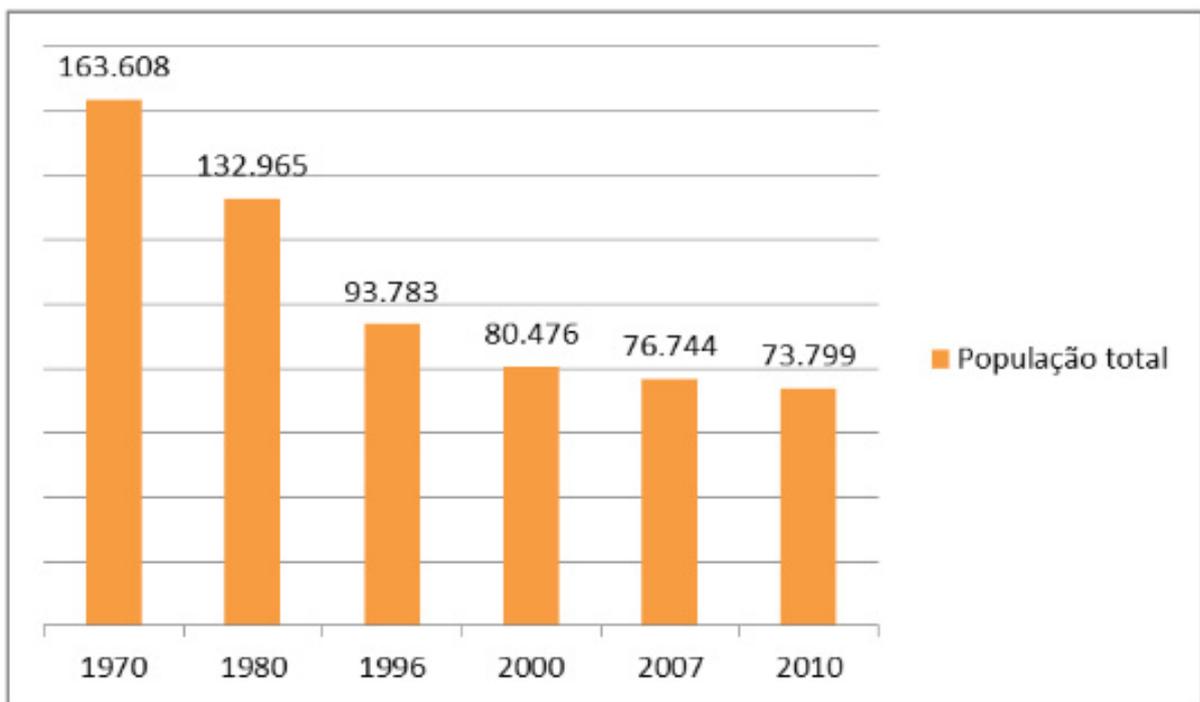
Em Ivaiporã e todo o Norte do Paraná um evento intempérico agravou este quadro: a Geada Negra de 1975. Ocorre que toda a região estruturara-se com a cafeicultura e sofrera de forma drástica com aquela geada, que levava a erradicação de muitos cafezais, abrindo espaço para mecanização agrícola que começava a se expandir naquele momento. Ivaiporã, já no limite da fronteira sul da zona cafeeira, sofreu o impacto de forma direta.

No último quartel do século XX, Ivaiporã e região atravessou um quadro de declínio demográfico, conforme observou Cleiton Denez (2011), propondo uma regionalização que retoma a antiga Gleba Ubá e que corresponde hoje aos municípios de Ivaiporã, Jardim Alegre, São João do Ivaí, Lunardelli, Godoy Moreira, Lidianópolis, e Arapuã e Ariranha do Ivaí.

A composição daquela sociedade de origem camponesa alterou-se gradativamente, com a diminuição da população rural relativa, com o êxodo de muitos proprietários de áreas menores e de trabalhadores rurais diversos, parceiros, arrendatários, diaristas.

Esta categoria social dos trabalhadores rurais volantes, outrora chamados de camaradas e hoje de boias-frias, expressa de forma exemplar os impactos da chamada modernização agrícola. Originalmente empregados nas mais diversas tarefas, de roçagem de pasto, construção e manutenção de cercas, plantio, capina, colheitas, foram assistindo a um processo de diminuição da diversidade e da área plantada de várias culturas que lhes assegurava trabalho temporário, como o café, a mamona, o algodão e mesmo as pastagens, em favor do avanço da tríade soja/trigo/milho, completamente mecanizados e de baixíssimo emprego humano.

TABELA 2 POPULAÇÃO NA REGIÃO DE IVAIPORÃ ENTRE 1970 E 2010



Fonte: Tabela organizada por Cleiton Denez (2011) a partir de dados do IBGE.

Mesmo os boias-frias que resistiram por mais tempo na região, atuando no corte de cana-de-açúcar ainda na primeira década do século XXI, mais de duas centenas deles de Ivaiporã além de outras centenas dos municípios da região, viram-se atingidos pela mecanização das colheitas:

o gerente de desenvolvimento agrícola da Usina Vale do Ivaí afirma que, dentre as conseqüências negativas da mecanização, a mais evidente e premente é (será) a substituição maciça da mão-de-obra desqualificada, que hoje tem no corte de cana sua única opção de emprego. (SHIKIDA et al., 2007, p. 23)

Enquanto o boia-fria cortava 12 toneladas de cana numa jornada de um dia de trabalho, anunciavam-se máquinas que poderiam chegar a 1220 toneladas/dia. A modernização agrícola aqui alcançara a proporção de 1 máquina fazendo o serviço de 100 homens. (SHIKIDA et al., 2007, p. 18).

Hoje são os contratantes que lamentam a escassez de trabalhadores rurais volantes, o que inclusive inviabiliza a reprodução de certas culturas, como do café em exemplo: na dificuldade de mecanizar cafezais em função dos arruamentos adensados, somada ao desaparecimento dos bóia-frias, arrancam-se os cafezais para mecanizar o solo para o cultivo da soja.

2.3.1 Cerealistas e Celeiro do Brasil

Uma categoria social se sobrepôs econômica e politicamente nos tempos de prosperidade da agricultura camponesa em Ivaiporã. Eram os cerealistas, compradores de cereais, donos de armazéns, que muitas vezes bancavam créditos e antecipavam compras da produção de camponeses, proprietários e arrendatários, distribuídos em uma estrutura fundiária constituída de minifúndios.

Ir até a cidade visitar os compradores de cereais e apreciar a procura pelo produto da lavoura, estudando a melhor opção de venda da safra a ser colhida é um dos desafios do agricultor. Precisa saber como está o mercado de cereais. Se ele não vai, informa-se com o vizinho, com o parente ou com o amigo. Isso quando o comprador não vem até seu sítio mostrar interesse em sua produção, muitas vezes oferecendo crédito, dinheiro adiantado para uma safra que ainda será colhida.

A informação sobre preços do mercado poderia ser conhecida ainda pelas ondas do rádio sob o patrocínio da publicidade das empresas cerealistas. O patrocínio de festas das igrejas, das comunidades, era outra estratégia para os cerealistas estabelecerem relações com os camponeses.

Os cerealistas eram referenciais de riqueza em Ivaiporã. A construção do prédio do armazém ou da casa, ou mesmo o carro do cerealista, poderiam ser

interpretados pelo agricultor como sinais de um bom poder de compra e de pagamento pelos cereais.

Um dos maiores receios do camponês é vender e não receber. Não faltam casos contados para reforçar a preocupação que o camponês precisa ter no momento de vender sua safra. Casos de quem comprou muito numa dada safra e desapareceu sem deixar saldo bancário para honrar os cheques vincendos.

Confiança é o principal atributo procurado no cerealista. Quem compra, compra de vários, para fazer volumes que sejam atrativos a compradores mais bem posicionados na hierarquia do mercado.

No princípio haviam cerealistas nos “patrimônios” dos bairros e nas sedes dos distritos que compravam para revender para compradores na sede do município, que por sua vez revenderiam para cerealistas de Apucarana, Maringá, Londrina, São Paulo ou de outras praças de negócio. Diferentes produtos, como café, feijão, milho, algodão, mamona, enriqueceram cerealistas ao longo da história da agricultura familiar ivaiporaense.

Os produtos que foram paulatinamente se tornando *commodities*, como o milho, a soja, o trigo, o café, foram tendo sua comercialização dominada pelas cooperativas agroindustriais. Produtos como o algodão e a mamona praticamente desapareceram da agricultura ivaiporaense. O feijão, que sempre fez de Ivaiporã uma referência de cotação do mercado nacional, continua ainda hoje tendo participação significativa de antigas famílias cerealistas atuando em seu mercado, em pleno século XXI.

2.3.2 A modernização agrícola e seus símbolos: COPIVA, COAMO, CEASA

Na contemporaneidade capitalista, a produção do alimento atende majoritariamente à reprodução dos grandes contingentes urbanos, em especial o proletariado, a classe daqueles que nada possuem de meios de produção senão sua força de trabalho, obrigando-se a vendê-la para atender suas necessidades e de sua prole. Vivendo em reduzidos lotes urbanos estão quase que completamente alienados da terra, dependendo diretamente de quem a cultiva para atender suas necessidades elementares de nutrição.

Abstraindo sobre estes termos, poderíamos pensar que os habitantes das cidades estariam sob o domínio camponês. Todavia, como o Estado capitalista tem

preponderância comercial, industrial e financista, a agricultura funciona como linha auxiliar e subordinada. Como a lógica industrial se impõe de forma sistêmica, a agricultura a ela é submetida, organizando-se segundo preceitos da produção em série, em escala, uso intensivo da técnica e para a acumulação de capital.

talvez o mais importante impacto da imposição da chamada “revolução verde” e sua conseqüente aproximação entre indústria e agricultura tenha sido a transposição da lógica econômica, social e organizativa da primeira para a segunda, o que significa sobrepor valores e princípios que determinam uma nova forma de estruturar o sistema agroalimentar, orientada pela obtenção de lucro máximo, pela exploração ilimitada dos recursos naturais, especialização da produção, exploração da mão de obra, típicos da produção capitalista intensiva. (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 87)

Petersen (2013, p. 71-73) preocupa-se em apontar que o paradigma da modernização agrícola derivado da Segunda Revolução Agrícola, foi uma intervenção planejada que legitimou-se através de poderosa ofensiva ideológica que foi capaz de associar a teoria econômica ortodoxa com um paradigma científico-tecnológico centrado no binômio aumento de escala e intensificação da produção. Nessa perspectiva, os Estados passaram a adotar regras implícitas que procurassem retirar do caminho tudo que fosse *tradicional* em favor do avanço da modernização agrícola e de seus protagonistas patrocinados na sociedade rural. Esse processo foi construído dentro da institucionalidade e muitas vezes pela força.

De forma sintética, poderíamos dizer que no Brasil a modernização agrícola patrocinou a indústria cultural para ridicularizar o *modus vivendi* do Jeca Tatu²⁴ e exaltar a cultura rural dos *agroboys*. Buscaram a todo custo retirar a cultura da agricultura tradicional brasileira, transformando o sertanejo em produto de marketing, objetivando impor a modernização agrícola com a ideia de um “agro” técnico, um “agro” negócio, livre das vicissitudes da cultura camponesas.

Mas as forças da modernização agrícola atuaram para mudar não apenas a cultura do campo, mas também a cultura da cidade. As mudanças processadas no meio rural ligavam-se às mudanças processadas no *modus vivendi* das massas urbanas acomodadas ao rápido e desordenado processo de urbanização brasileira²⁵.

²⁴ Personagem criado por Monteiro Lobato em sua obra *Urupês*, que contém 14 histórias baseadas no trabalhador rural paulista. Simboliza a situação do caboclo brasileiro, abandonado pelos poderes públicos às doenças, seu atraso e à indigência.

²⁵ O índice de urbanização no Brasil saltou entre de 36,2% em 1950 para 81,2% em 2000. (Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1950 a 1988. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 36-7; Anuário estatístico do Brasil 2001, Rio de Janeiro: IBGE, 2001, p. 2-14 e 2-15).

Darolt (2013) trata da evolução dos hábitos alimentares urbanos e sua implicação reversa nas atividades laborais dos agricultores:

começaram a trabalhar prioritariamente para abastecer as grandes redes agroindustriais. Paralelamente, a concentração da população nas cidades e o êxodo rural criaram um distanciamento entre a cidade e o campo. O comércio massivo para grande distribuição, aliado ao hábito de comer fora de casa num estilo de vida considerado “moderno”, criou um modelo de produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos longos, afastando cada vez mais produtores e consumidores (DAROLT, 2013, p. 139).

Essas mudanças na produção e no consumo de alimentos alteraram também a logística de distribuição e abastecimento. A agroindustrialização alimentar e a produção de alimentos pré-prontos, congelados, possibilitada pela modernização dos meios de transporte e de conservação de alimentos, com caminhões e *containers* refrigerados e rápidos, alteraram a distribuição dos produtos alimentares fazendo surgir as grandes centrais de abastecimento (DAROLT, 2013, p. 139).

Essa lógica da industrialização, da acumulação e da padronização empurrou agricultores familiares para o dilema da adaptação versus êxodo. Aqueles que no meio rural sobreviveram ao processo avassalador da chamada Revolução Verde, podem ser caracterizados como fortes exemplares da espécie social camponesa, portadores de traços tradicionais da cultura camponesa, como rusticidade, resistência e adaptabilidade.

Ivaiporã e Vale do Ivaí viveram os efeitos e as contradições do período de forma direta e intensa, muitas vezes como laboratório de inovações e de frustrações de iniciativas privadas e públicas, algumas com grande simbolismo para a compreensão da assim chamada modernização agrícola.

Plantar, colher e vender neste contexto passou a exigir interações com mercados compradores cada vez mais complexos, mediados por grandes estruturas como a das centrais de abastecimento ou das grandes cooperativas agrícolas.

2.3.2.1 A frustração da COPIVA e mais êxodo

Uma década após a “pacificação”, com a extensão da colonização agrária por toda a Gleba Ubá, com o movimento político emancipatório que levava à instalação do município de Ivaiporã em 19 de novembro de 1961, havia um capital

social e simbólico em ebulição, que levaria à criação de condições para a criação da Cooperativa Mista do Vale do Ivaí – COPIVA.

Mas esta criação não foi obra apenas de movimentos endógenos, senão de um forte movimento que Azerêdo (2016) definiu como uma

articulação estreita entre Estado Restrito (especialmente a agência ligada à extensão rural), burguesia agrária e a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), na indução e fortalecimento de cooperativas agrícolas tipicamente capitalistas. (AZERÊDO, 2016, p. 34)

Azeredo (2016) identifica a instalação do Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos – ETA Projeto nº 15 em 1956 como o início das atividades de extensão rural no Paraná, tendo como objetivo, dentre outros, incentivar famílias e comunidades do meio rural ao cooperativismo. Neste viés destaca também a criação em 1959 da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA.

Serra (2013) pesquisara o Livro de Registros de Cooperativas da Junta Comercial do Paraná, para revelar um intenso movimento de criação de cooperativas agrícolas no período: 1957, 1; 1958, 4; 1959, 2; 1960, 3; 1961, 2; 1962, 11; 1963, 9; 1964, 7. Identificara um número menor criado até 1961 pois “o problema básico dos produtores de café e de cereais do Norte do Paraná era a falta de vagões para o transporte ferroviários das safras” enquanto a elevação entre 1962 e 1964 estaria ligada aos *“problemas de armazenagem e de comercialização das safras”*. (SERRA, 2013, p.28).

Especificamente sobre a história da COPIVA não há quase nada escrito, e por isso mesmo merece atenção um estudo de 1993, publicado pelo IPARDES no ano seguinte sob o título “Alternativas de Agroindustrialização para a Cooperativa Mista do Vale do Ivaí – COPIVA”²⁶, que buscava diagnosticar causas para a crise que assolava a entidade e, apontar alternativas para sua reestruturação.

O estudo serviu-se de método comparativo, dentre outras coisas para situar a cooperativa sediada em Ivaiporã em relação a outras grandes cooperativas de sua área de influência geográfica à época. Assim, o estudo comparou sob diversos aspectos a COPIVA, criada em 1962, a Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari

²⁶ Um trabalho elaborado pela QUANTA – Sistemas Produtivos, contratado por convênio IPARDES/FUNPAR e financiado no contexto do Programa de Desenvolvimento Agroindustrial para Cooperativas – AGROCOOP, dirigido pelo Departamento Nacional de Cooperativismo – DENACOOOP.

– COCARI, também de 1962, a Cooperativa Agroindustrial de Maringá – COCAMAR de 1963, e a Cooperativa Agropecuária Mouraoense – COAMO de 1970.

O retrato das três décadas de existência da COPIVA, apontava para problemas básicos de concepção estrutural que teriam corroído o potencial econômico de seus investimentos:

Operando há 30 anos, a COPIVA carece ainda de infra-estrutura básica para atuar na sua atividade primária, que é o recebimento de grãos. A moega e balança estão localizadas em Lidianópolis, enquanto o armazém graneleiro está em Ivaiporã. Esse fato ocasiona custos adicionais de descarregamento, carregamento e transporte à cooperativa, reduzindo sua margem de lucratividade na comercialização de grãos. As unidades de produção, venda de insumos e armazéns estão localizadas em áreas distintas, aumentando também os custos operacionais. (IPARDES, 1994, p. 5)

Paulatinamente, estes problemas que pareciam insignificantes, tornaram-se insustentáveis já que o setor de grãos sob a lógica da modernização agrícola e da produção em escala exigiam equivalente racionalidade por parte da recepção, beneficiamento e comercialização dos produtos dos cooperados.

Mas o diagnóstico do IPARDES apontava ainda para três motivos para a inviabilização das atividades da COPIVA no ramo de cereais:

enquanto as três outras cooperativas cresceram e se desenvolveram, a COPIVA permaneceu estagnada” e apontava como limitadores para o crescimento três aspectos mais significativos: “concorrência das cooperativas vizinhas; **estrutura fundiária concentrada em pequenos proprietários**; necessidade de capitalização” (Ibidem, p. 4-5) (grifo nosso)

O diagnóstico é revelador de ideologia do paradigma da modernização agrícola de que os minifúndios eram estorvo a produtividade, num tempo em que os agricultores se sujeitavam ao feitiço das máquinas, tratores e colhedoras:

A estrutura fundiária é fator determinante para se estabelecer a base produtiva. No âmbito da COPIVA, como 74% das propriedades têm até 31,46 ha, é evidente que culturas mecanizadas como soja, trigo e até o milho têm restrições de cultivo. A pequena propriedade é indicada nessa região para o plantio integrado de algodão, milho e feijão, que constituem a base econômica da agricultura local. Portanto, além desses produtos e da cultura da mandioca e de hortigranjeiros não há condições de diversificação da base produtiva agrícola. (Ibidem, p. 11)

A despeito do caráter restritivo das possibilidades de diversificação apontadas pelo estudo, merece atenção a perspectiva, já em 1993, de que os hortigranjeiros estavam no rol das alternativas de desenvolvimento agrícola para uma estrutura fundiária baseada em minifúndios.

De qualquer forma, a participação da COPIVA no mercado de cereais estava seriamente comprometida e já haviam inúmeros sintomas de que a crise se agravava, como pode ser visto na Tabela 3:

TABELA 3 EVOLUÇÃO INDICADORES DE DESEMPENHO COPIVA 1986 / 1992

INDICADORES	1986	1992
Faturamento Bruto (U\$ 1,00)	10.105.247	9.208.850
Nº de Associados	3.572	1.532
Entrepósitos	7	5
Produção Recebida (t)	59.989	34.433
Capacidade de Armazenagem (t)	27.436	17.760

Fonte: OCEPAR, COPIVA.

O diagnóstico do IPARDES, como já dito, serviu-se de comparativo para demonstrar as dificuldades da COPIVA frente às outras cooperativas de sua área de atuação regional, como se verifica na TABELA 4 apresentada a seguir.

A COPIVA perdera capacidade de concorrer com as demais, ainda que este mercado sempre tenha sido arbitrado, bem ou mal, pela OCEPAR, pelos departamentos cooperativos dos governos estadual e federal e pelas políticas em geral para o setor, até mesmo de crédito.

O trabalho do IPARDES, além do diagnóstico objetivava apresentar “alternativas de agroindustrialização”, e o fez com a indicação de uma fecularia de mandioca e uma usina de beneficiamento de algodão. A história mostraria que investimentos no beneficiamento do algodão teriam sido um equívoco, pois a cotonicultura praticamente desapareceria do Vale do Ivaí, migrando para outras regiões do país, mais adequadas a inovação da colheita mecanizada.

Ao apresentar suas conclusões e recomendações, o trabalho sentenciou:

O quadro atual da COPIVA, analisado sob o ponto de vista estratégico e empresarial, é de difícil reversão. O quadro vigente somente poderá ser revertido com um Programa de Apoio Governamental que tenha respaldo e colaboração entre seus associados e ainda o endosso da OCEPAR. (IPARDES, 194, p. 91)

TABELA 4 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO COPIVA

COOPERATIVAS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM		AGROINDÚSTRIA
	Técnicos	%	t ¹	%	
COAMO	122	10	1.321.580	17	- Beneficiamento de algodão e café - Destilaria de álcool - Fiação de algodão - Moagem de trigo - Industrialização de soja
COCAMAR	46	4	595.839	8	- Beneficiamento de algodão, arroz e café - Torrefação de café - Fiação de algodão e seda - Destilaria de álcool - Fecularia de mandioca - Industrialização de soja e canola
COCARI	31	3	272.047	4	- Beneficiamento de algodão e café - Destilaria de álcool - Fiação de algodão - Fábrica de ração
COPIVA	2	0,2	17.760	0,2	- Beneficiamento de algodão e café
TOTAL COOPERATIVA PARANÁ	1.224	100	7.629.214	100	-

FONTE: OCEPAR Compreende: armazéns e granel, convencional e insumos. (IPARDES, 1993, s.d.)

Esta era a proposta de salvação que agradava a direção da COPIVA, os cooperados e todos aqueles que viam a cooperativa como uma esperança de desenvolvimento regional. Mas o IPARDES parecia apontar para uma outra saída:

Dentro dessa ótica, sobressaem duas alternativas:

- consolidar a COPIVA para que exerça o papel de agente indutor de desenvolvimento; ou
- transferir por incorporação o patrimônio da COPIVA a outra cooperativa, a fim de que ela exerça o papel de agente indutor. (Ibidem, p. 91)

Ao estudar “O Processo de Desenvolvimento Geoeconômico do Complexo Agroindustrial Cooperativista na Mesorregião Norte Central Paranaense”, Teixeira (2002, p. 287), teceu um histórico que inicia por apontar o ano de 1984 como limite temporal para as melhores condições para o desenvolvimento das cooperativas agroindustriais brasileiras. Teria influência a partir de então, períodos de oscilação das condições macroeconômicas para a agroindustrialização. Serviu-se das taxas do PIB industrial do país para apontar crise para o setor nos finais da década de

1980 com agravamento no biênio 1990/1992; taxas positivas entre 1994/1997 e taxas negativas novamente entre 1998/2000. Para as cooperativas que sobreviveram às oscilações destes períodos, teve papel significativo o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuário – RECOOP.

Em meio a este contexto, Teixeira identificou no primeiro quinquênio da década de 1990 um movimento de falências de diversas cooperativas na Mesoregião Norte Central Paranaense: “Camas, de Alvorada do Sul; Canorpa, de Apucarana; Casul, de Centenário do Sul; Copiva, de Ivaiporã; Sul Brasil, regionais de Maringá e Londrina e a Cotia de Londrina” (TEIXEIRA, 2002, p. 287).

Registrara triste fim da COPIVA que foi a “liquidação judicial e seus bens ajuizados foram a leilão”. Registrara também o senso de oportunidade empresarial da COAMO que arrematou os despojos da massa falida. (Ibidem, p. 290).

Como se não bastasse a falência financeira e patrimonial, ilustrara a decadência da COPIVA o fato de ter sido investigada em inquérito policial relativo a incêndio no Armazém do IBC de Ivaiporã e ter se tornado ré em Ação de Reparação de Danos. A história do sinistro que permaneceu na memória coletiva, é contada anos depois de forma sinistra, insinuando que o algodão estocado pela COPIVA que locara espaço para tal finalidade, não estaria no local senão apenas sacarias. O liquidante judicial do IBC relatara que a autarquia não securitizara as 65 mil sacas de café queimadas no episódio, pois optara por não pagar prêmios de seguro em função de altos custos e baixos riscos, opção que se mostrara vantajosa pois o sinistro no armazém em Ivaiporã foi o único registrado em 40 anos de IBC.²⁷

Para ex-cooperados e para a população da região de abrangência da falida COPIVA, ficou um sentimento de frustração e desconfiança com o cooperativismo. Por outro lado, o sentimento de que a entrada da COAMO nos rastros do espólio da mal fadada experiência, seria o golpe fatal para iniciativas de desenvolvimento local.

2.3.2.2 As sobras da COAMO e mais concentração de terras

Num contexto de esgotamento do ciclo extrativo da madeira na região de Campo Mourão surgira a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda – COAMO, formalmente em 28 de novembro de 1970. Com 79 agricultores associados

²⁷ Fonte: DOU, Nº 152, de 11/08/1993, Seção I. Disponível em < <https://goo.gl/9QJeSf> >. Acesso em 23 mar. 2017.

subscritores da ata de fundação que integralizaram com suas cotas partes o capital social inicial. (AZERÊDO, 2016, p. 55)

Os sócios estavam estimulados ao cultivo de trigo, uma inovação na região, impondo à COAMO a locação de armazéns para as primeiras colheitas. Mas já com as sobras resultantes das atividades cooperativas no ano de 1971 fizera-se investimento no primeiro armazém próprio. Em 1974 a COAMO deflagraria sua expansão territorial, construindo os primeiros entrepostos, em Engenheiro Beltrão e Mamborê. Em 1975 instalara uma fazenda experimental e iniciara com um moinho de trigo seu processo de agroindustrialização, que ganharia impulso na década seguinte, com unidades de fiação de algodão e óleo de soja. (Ibidem, p. 56-57).

O referido estudo do IPARDES (1993) indicara como limitante para o crescimento da COPIVA a concorrência de cooperativas atuantes em sua área de influência, com destaque para a COAMO, que era a que dispunha de maiores vantagens comparativas para concorrer na arregimentação de cooperados.

Enquanto os cooperados da COPIVA iam aos poucos se frustrando com resultados negativos, os cooperados da COAMO iam celebrando anualmente assembleias de redistribuição de sobras à razão de suas movimentações nas operações cooperativas de abastecimento de insumos e entrega da produção.

Em “Agronegócio Cooperativo da COAMO: Territorialização, Poder e Controle”, Azerêdo (2016) dissecou o papel da extensão rural no processo de modernização conservadora da agricultura e a partir daí o papel desempenhado pelo Estado na implantação do cooperativismo agrícola, com políticas coordenadas com organizações como a OCB e a OCEPAR, focadas em fomentar um cooperativismo comprometido com a reprodução do capital no campo.

Azerêdo desvela a ligação direta entre os extensionistas da ACARPA e a criação de cooperativas agrícolas, quando apresenta tabela com nove nomes de destaque no alto staff do cooperativismo paranaense e, dentre eles o nome do engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini, que recém formado na UFPR, assumira a chefia do escritório da ACARPA em Campo Mourão, iniciara experimentações com correção de solo e cultivo de trigo. Orientara os agricultores como extensionista na criação da COAMO em 1970 e de imediato tornara-se gerente geral, para em 1975 ser eleito presidente e assim permanecer desde então.

Azerêdo critica o cooperativismo agrícola construído neste processo, por considerá-lo apenas instrumento para a reprodução do capital no meio rural:

As cooperativas agrícolas emergidas com e para o projeto da Revolução Verde, como foi o caso da COAMO, materializam a cooperação enquanto um vetor para o capital, atingindo através de sua estratégia de crescimento, altos índices de acumulação/produtividade e reprodução de relações sociais capitalistas no campo. Contudo, chamamos a atenção nesta dissertação, que a cooperação consolidada pela COAMO, não se baseia na promoção da emancipação humana, e sim como elemento de alienação / espolição / exploração de boa parte dos cooperados associados a ela. (AZERÊDO, 2016, p. 88)

Aponta no interregno de 1988 – 1997 a redução drástica de 43% no quadro social da COAMO, de 31.175 para 17.788 cooperados, período em que a cooperativa expandiu significativamente sua base territorial, com investimentos em construções, incorporações e aquisições de entrepostos em 16 novos municípios. Azerêdo enxerga neste movimento contraditório forte tendência

à centralização e concentração de capitais na agricultura, em que a produção das culturas ditas “modernas” – especificamente a soja – combina a) maior quantidade de área fundiária, b) melhores condições financeiras dos cooperados e c) inviabilização e/ou expropriação dos pequenos cooperados. (AZERÊDO, 2016, p. 77)

Tendo o avanço da soja como pano de fundo, a concentração de terras no período refletiu-se na concentração de capital por parte da COAMO, que se serviu de sua atualização operacional em relação a esta *commoditie* em ascensão, para capitalizar, concentrar poder econômico, político e expandir-se territorialmente. É com essa dinâmica que a COAMO foi gradativamente ocupando as terras e as estruturas até então operadas pela COPIVA. Em 06 de março de 1986, incorporou o Entreposto de São João do Ivaí. Em 15 de setembro de 1998, inaugurou seu Entreposto em Ivaiporã, passando a operar sobre o espólio da extinta COPIVA.

Importante refletir que a COAMO e cooperativas do gênero, antes de desempenharem seus papéis agroindustriais, agregando valor à produção agrícola, gerando empregos, receitas tributárias, etc., desempenham primeiro seu papel comercial, recebendo a produção agrícola, armazenando-a e comercializando-a e, ofertando com suas lojas peças, ferramentas, insumos diversos, promovendo campanhas para distribuir entre os cooperados fertilizantes, sementes, agrotóxicos.

Nas cidades onde há entrepostos da COAMO, como em Ivaiporã, as atividades restringem-se ao comércio e aos serviços de recebimento, armazenagem e transporte, pois as atividades industriais estão concentradas em Campo Mourão.

Mas é importante observar frente aos propósitos deste trabalho que

cooperativas como a COAMO não operam apenas com cooperados, mas com agricultores em geral. Mas deve-se observar também que estas estruturas estão relativamente distantes das demandas e ofertas da agricultura familiar, até mesmo porque trabalham, como é o caso da COAMO, com *commodities*.

2.3.2.3 A espera pela CEASA

As Centrais de Abastecimentos – CEASAS foram criadas a partir das políticas públicas federais, o “Programa Estratégico de Desenvolvimento” (1970) e “I Plano de Desenvolvimento” (1972/74), que estabeleceram a construção de Centrais de Abastecimento nas principais concentrações urbanas do país. A partir desta decisão do Governo Federal, passaram a ser implantadas CEASAS destinadas à comercialização de produtos hortigranjeiros, pescados e outros perecíveis, em todas as capitais brasileiras e nas principais cidades de cada Estado, constituindo o chamado Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - SINAC, cuja gestão ficou por conta da COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos (hoje CONAB). (PADILHA, 2017, p. 73)

Para aqueles agricultores que tiveram dificuldades em se integrar à lógica da monocultura produtora de *commodities* ganhou força uma velha ideia que Ivaiporã, por seu potencial produtivo e por sua posição geográfica no centro do estado, deveria lutar para conquistar uma unidade das Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA.

Esta bandeira se deve em grande medida à liderança política de Orlando Pessuti, médico veterinário da antiga Café do Paraná, que elegeu-se Deputado Estadual em 1982, reelegendo-se outras quatro vezes para o cargo, elegendo-se Vice-Governador em 2002 e 2006, tendo acumulado no primeiro mandato a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB. Neste período chegou a desenvolver o projeto da CEASA com uma proposta inovadora, de ser uma unidade destinada a produtos orgânicos. A unidade começou a ser construída no ano de 2006, mas a obra acabou abandonada após a reeleição eleitoral.

Em 14 de novembro de 2006 o jornal Folha de Londrina publicava reportagem anunciando que a “*Ceasa inicia última fase de obras na nova unidade em Ivaiporã*”, no formato de um mercado atacadista de hortifrutigranjeiros e de produtos orgânicos, como indicava na ocasião seu diretor administrativo financeiro Edson Carlos Bernardelli:

Serão dois pavilhões para o atacado, que terão áreas para 39 boxes para os atacadistas. Já o pavilhão de produtos regionais e orgânicos contará com espaços próprios para 34 boxes. Para o comércio direto do (sic) agricultores, as chamadas “pedras”, serão destinados (sic) outras 46 áreas, também cobertas, e com amplo estacionamento. (BERNARDELLI, 2006)²⁸

Observe-se que havia no anúncio a previsão de produtos regionais e orgânicos. Neste sentido reforça a diretora-presidente da Ceasa, Jane Elisabeth Kasperski Setenareski que

É uma região que tem forte tendência agrícola, com pequenos e médios produtores se especializando na agricultura familiar e na agroindústria”, diz Jane Elisabeth Kasperski Setenareski, diretora-presidente da Ceasa Paraná, lembrando ainda que a instalação da unidade seguirá também “as novas orientações do governo do Paraná, em dinamizar o processo da produção de orgânicos no Estado. (SETENARESKI, 2006)

A publicação da reportagem em novembro de 2006, depois das votações de segundo turno da eleição que reelegeu a chapa Roberto Requião e Orlando Pessuti para o Palácio Iguazu, parecia anular as acusações oposicionistas de que a instalação da Ceasa em Ivaiporã era apenas uma promessa eleitoral.

Mas já há algum tempo, algumas perguntas eram repetidas entre agricultores familiares e população ivaiporaense em geral: como iria funcionar a CEASA, sem tradição de produção hortifrutigranjeira na região? A falta de produção regional se explicava pela falta da CEASA? Mas e se o CEASA ficasse pronta com 34 boxes para produtos orgânicos regionais, quanto tempo levaria para ter oferta para todo esse espaço? Iriam vender apenas o que viria de fora? Teria volume de negócios que justificassem essa nova Central? Sem produção convencional de hortifrutigranjeiros, como haveria volume de produção orgânica?

A busca por agricultura orgânica na região já contara com esforços anteriores. Em 14 de novembro de 2001 por exemplo, aconteceu o “1º Encontro Regional de Agricultura Orgânica”

com engenheiros agrônomos especializados em cultivo sem insumos agroquímicos e associativismo, além de apresentações de experiências de produtores. Na região de Ivaiporã, a produção de café, maracujá, milho, soja, feijão e leite no sistema orgânico já é uma realidade. A lavoura do agricultor João Frez é exemplo na região. Há dois anos, ele abandonou o uso de insumos químicos no pomar de maracujá. [...] João percebeu as

²⁸ Disponível em < <http://www.folhadelondrina.com.br/economia/unidade-da-ceasa-em-ivaipora-na-reta-final-584547.html> >. Acesso em 26 set. 2016.

vantagens do sistema quando viu que os produtos plantados organicamente tinham maior aceitação no mercado.²⁹

Para além do trabalho de reunir produtores orgânicos, a SEAB e a EMATER prestaram muita assistência técnica e extensão rural para converter agricultores à agroecologia, mas dos casos conhecidos de Ivaiporã, daqueles que se motivaram a aderir à produção com certificação orgânica, encontraríamos em nossa pesquisa, três deles associados à APRI e comercializando no Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, mas com produtos convencionais. Os históricos coincidiram: começaram a produzir orgânicos certificados pelo Instituto Biodinâmico nos primeiros anos do século XXI, mas logo abandonaram a certificação por não encontrarem comercialização justa para produtos que exigiam mais trabalho.

Se a CEASA tivesse sido implantada anos antes teria mantido agricultores certificados e motivado outros a converterem seus sistemas de produção. Em 2006, anunciava-se como instrumento para a viabilização da produção regional de hortifrutigranjeiros orgânicos para abastecer esta nova unidade da CEASA a constituição de um consórcio intermunicipal que reuniria Ivaiporã e outros 14 municípios, que colocariam suas secretarias municipais de agricultura para *"executar políticas de desenvolvimento no setor da produção e comercialização de hortigranjeiros, flores, plantas ornamentais e forrageiras."*³⁰

E embora já anunciassem a conclusão dos trabalhos de terraplanagem e arruamento, com a previsão para começar a operar no início do ano seguinte, a obra não prosseguiu e restou abandonada. Construíram apenas um barracão em estrutura metálica, com cobertura, mas sem ao menos fechamentos laterais ou divisórias dos box anunciados.

Em 2011, já no Governo Beto Richa, ouviu-se em audiência com a nova direção da CEASA que não havia mais interesse na retomada do projeto por várias razões. Primeiro porque a CEASA estava repensando completamente sua lógica de grandes centrais de abastecimento em função das grandes mudanças no mundo da logística. Segundo porque não havia produção de hortifrutigranjeiros na região de Ivaiporã que justificassem os investimentos, muito menos de produção orgânica como se previra inicialmente. Terceiro porque a obra foi locada nas antigas

²⁹ Jornal Paraná on-line, quinta-feira, 8 de novembro de 2001. Disponível <<http://www.agrisustentavel.com/san/ivaipora.htm>>. Acesso em 26 set. 2016.

³⁰ Disponível em <<http://www.agrisustentavel.com/san/ivaipora.htm>>. Acesso em 26 set. 2017.

instalações do extinto Instituto Brasileiro do Café – IBC, em bairro distante da rodovia, algo inadequado na perspectiva logística.

A desilusão com a CEASA, depois de décadas de expectativas e esforços, abriu a possibilidade de se conceber uma alternativa para a comercialização dos agricultores familiares de Ivaiporã. Este cenário coincidiu com a cobrança de agricultores e lideranças do CMDR e do STRI, por uma solução do poder público municipal, pois os agricultores estavam desmotivados em participar dos programas de compras institucionais, pois tornara-se economicamente desinteressante entregar os produtos separadamente em cada entidade beneficiária ou escola. Compreendiam que os programas indicavam essa forma de entrega para promover o encontro entre agricultor e cozinheira e os entendimentos possíveis dessa relação, mas queriam entregar seus produtos numa central, para que a renda da produção não se consumisse em gastos com logística.

Assim, os agricultores familiares, que estão na base da formação histórica de Ivaiporã, que já como caboclos safristas articulavam-se no grande mercado do suíno tipo banha, que resistiram mas se subordinaram à violenta colonização agrária, que se desenvolveram numa estrutura fundiária de pequenas propriedades, que viveram frustrações com a organização cooperativa, com as promessas políticas, que resistiram ao imenso êxodo rural, que viveram intensamente as transformações impostas pelo processo de modernização agrícola, estes agricultores familiares chegaram ao século XXI com dificuldades em participar no mercado ivaiporaense e regional com suas produções.

Por um lado uma agricultura de escala que avançou com o arrendamento de terras para o cultivo de *commodities*, impondo a subordinação aos pacotes tecnológicos intermediados pelas grandes empresas privadas, cooperativas ou não. De outro lado, o sistema agroalimentar dominante abastecendo, ou melhor, saturando o mercado local de hortifrutigranjeiros, com produtos vindos da CEASA de Londrina, fechando as portas para a maioria dos produtores locais.

São remanescentes destes agricultores familiares que viveram a experiência associativa do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. Fazer essa reconstituição histórica possibilita não apenas entender melhor o agricultor familiar que associou-se para participar do mercado local de hortifrutigranjeiros, como as circunstâncias em que funciona tal mercado, cenário no qual se desenvolveu a experiência de construção social de mercados que nos propusemos estudar.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

[...] a inserção ou a relação dos agricultores nos mercados é um fato dado e observável cotidianamente. Raros são os agricultores que vivem de forma autóctone e não realizam trocas simples ou até mesmo se relacionam com mercados mais complexos. Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivo para conflitos e protestos e disputas. Na medida em que os mercados assumem estas características sociais, eles reúnem as condições para serem interpretados como um fato social, que é toda a manifestação de caráter coletivo e coercitivo que influencia as atitudes, os valores e a ação dos indivíduos. Portanto, os mercados estão imersos em uma realidade social que cabe à sociologia analisar, especialmente a sociologia rural. (SCHNEIDER, 2016, p. 95).

No mito criacionista da tradição judaico-cristã, a expulsão de Adão e Eva do paraíso e o castigo de suar o próprio rosto para comer o pão de cada dia³¹, é representação simbólica da transição da caça e da coleta para o trabalho na pecuária e na agricultura. O conhecimento sobre a domesticação e reprodução de animais e plantas, descoberto inicialmente por mulheres, possibilitou à espécie humana se libertar paulatinamente das agruras da vida nômade e se sedentarizar, urbanizar os espaços da vida cotidiana, acumulando forças produtivas e cultura, dominando as relações com a natureza e em especial com a “mãe terra”.

Reside aí, na apropriação privada da terra, o pecado original das desigualdades sociais classificáveis. A revolução empreendida pelos povos pastores e agricultores, subordinava o outro, senão pelo feitiço do progresso material, pela força da pedra, do bronze e do ferro. A lei do mais forte demarcou a terra como propriedade de indivíduos, de famílias, de classes, de reinos e de impérios.

Desde a antiguidade, sinteticamente ilustrada pelos modos de produção asiático ou escravista, passando pela moderna “libertação” dos servos do jugo feudal, bem como nas contemporâneas relações sociais capitalistas que cercam a produção de alimentos, já não apenas com arame-farpado, mas com normas sanitárias, patentearias, etc.; a propriedade da terra sempre foi determinante para os modos de produção sociais dominantes e suas equivalentes formas de Estado.

Nesse mesmo sentido, as revoluções tecnológicas pelas quais passou a agricultura, sempre foram causa e consequência de grandes transformações das

³¹ Mito criacional da tradição religiosa judaico-cristã. (Gênesis 3, 19-24, Bíblia Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Corrigida. Ed. 1995. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004, 1564 p.)

estruturas sociais. Observada a lógica do *panis et circenses*³², onde se tentou governar com mais circo, a luta por mais pão logo se impôs pela fome. Isso ilustra a importância central da alimentação na reprodução social.

Na contemporaneidade capitalista, a produção do alimento atende majoritariamente à reprodução dos grandes contingentes urbanos, normalmente alienados da terra, dependendo diretamente de quem a cultiva para atender as necessidades elementares de nutrição. E o ponto de encontro dos produtos alimentares demandados pelo meio urbano e ofertados pelo meio rural é o mercado.

Ainda que os mercados possam versar sobre qualquer tipo de mercadoria, os mercados primeiros da história, e por muito tempo, ocuparam-se de alimentos e necessidades humanas mais elementares como o vestir-se. Assim surgiram mercados de cereais, frutas, animais, sedas, ferramentas, em diferentes lugares do Planeta onde a divisão do trabalho produzisse excedentes para a troca. Em algumas sociedades os mercados tiveram mais importância do que em outras. Em alguns casos uniu nações, em outros colocou-as em guerra.

É referência fundamental para explicar a gênese da modernidade na Europa, o movimento a partir das Cruzadas, de mercadores rumando à Constantinopla para adquirirem especiarias e um arsenal de produtos a serem revendidos no Ocidente, promovendo o Renascimento na velha estrutura feudal, do comércio em feiras que aglomeravam mercadores e consumidores, feiras que evoluíram e se tornaram cidades, onde (re)nasceriam com dinamismo a cultura e a arte alinhadas com o propósito de fortalecer os mercados locais.

Os habitantes destas primeiras cidades modernas, chamadas em muitos lugares de burgos, os burgueses, viveram um momento histórico de efervescência, como nunca se vira até então. É dessa efervescência, em torno dos mercados, que aflorou o mercantilismo como doutrina e política econômica para os Estados Nacionais Modernos em sua origem.

O surgimento da Espanha em 1492 da união entre Coroas objetivando somar investimentos para a epopeia da Expansão Marítima, apostando na tese de Cristóvão Colombo de que se chegaria ao Oriente viajando sempre ao Ocidente, é

³² Frase das Sátiras de Juvenal, alusiva a política romana do provimento de comida e diversão ao povo com objetivo de diminuir a insatisfação popular contra os governantes. O custo desta política foi enorme, causando elevação de impostos e sufocando a economia do Império. (Potter, D. e Mattingly, D. Life, Death, and Entertainment in the Roman Empire. Ann Arbor, 1999. Disponível em < pt.wikipedia.org/wiki/Panem_et_circenses >. Acesso em 26 set. 2017.

um sinal de como o mercado ganharia proporções mundiais com as novas rotas para as Índias. Desenvolvia-se a sociedade dos mercadores, sociedade de mercado, a sociedade capitalista que endeusa o mercado, reservando-lhe poderes quase que sobrenaturais.

Os liberais, normalmente identificados com os principais agentes econômicos dos mercados, signatários da ideologia de que a lei da oferta e da procura se basta para organizar a economia e a sociedade, tiveram seu momento de glória até a primeira debacle dos mercados capitalistas mundiais em 1929.

Dali em diante não apenas a teoria de John Maynard Keynes, mas as políticas econômicas nacionais, com destaque para *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt, demonstraram na prática, que o livre mercado fracassara e que só os fortes investimentos públicos em obras de infraestrutura, distribuição de renda através de previdência, seguro-desemprego e auxílio financeiro direto a famílias empobrecidas, seria capaz de reorganizar a demanda e o mercado para os produtos da indústria moderna, potencializada ao nível da organização fordista do trabalho.

Mas antes de Keynes, mesmo antes dos liberais esboçarem suas teses sobre a lei da oferta e da procura, antes dos fisiocratas, muito antes de qualquer esboço de ciência econômica, já existiam agricultores que se deparavam com a desvalorização do fruto do seu trabalho, justamente pelo fato de obterem grandes colheitas e vivenciarem situações econômicas de super ofertas e desvalorização de seus produtos agrícolas. Ainda hoje, depois de uma crise de oferta de tomate ou de feijão, quando os preços explodem, muitos agricultores, quase que mecanicamente lançam-se à aventura de plantar ou de ampliar suas plantações para a safra seguinte. Não é incomum assistir nestas circunstâncias, super colheitas e crises de superprodução, que derrubam preços abaixo do limite da racionalidade econômica.

E é neste cenário de livre mercado, que a humanidade ainda assiste, no terceiro milênio do calendário cristão, as irracionalidades da concorrência alimentar, da fome de grandes contingentes populacionais ou da obesidade para outro tanto.

E é neste cenário de insegurança alimentar que resiste um tipo de agricultura responsável por aproximadamente 4/5 da alimentação humana: a agricultura familiar, uma agricultura que se adapta ao modo de produção capitalista sem abrir mão de seu modo de produção doméstico.

As condições estruturais vão fazer com que os agricultores desenvolvam uma agricultura voltada prioritariamente para o abastecimento da família, de forma a satisfazer as suas necessidades vitais, ou de dieta alimentar. Os estudos sobre o campesinato tradicional, cuja designação regional difere (colonos, caipiras, sitiantes, agregados), mostram que os sistemas agrícolas eram diversificados, voltados à reprodução física e social da família. (BRANDENBURG, 2010, p. 419).

O conceito de agricultura familiar enseja a síntese de uma vastidão temporal e espacial de diversidade de experiências de produção agropecuária em regime familiar e doméstico. As ciências sociais e agrárias muito produziram sobre o tema, muito em função da importância econômica, social, política e cultural da tradição camponesa.

O desafio de estudar o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã nos faz aqui tecer uma reflexão teórica, para conseguirmos caracterizar os agricultores que se associaram na Associação dos Produtores Rurais de Ivaiporã - APRI.

Nesta perspectiva recorreremos aos trabalhos de quem tão bem versou sobre a questão conceitual da agricultura familiar na sociologia brasileira: Maria de Nazareth Baudel Wanderley³³.

Ela é referência para importantes estudos sobre a temática, bem como o livro “Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade”, de autoria do pesquisador franco-brasileiro Eric Sabourin (2009). Ela prefaciara a obra para a língua portuguesa, corroborando com a tese do autor, da permanência do campesinato no país e respectiva importância.

3.1 CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE CAMPONESES E AGRICULTORES FAMILIARES NO BRASIL

Sabourin (2009, p. 29), ao buscar historicizar o arcabouço teórico sobre “as origens da agricultura camponesa e familiar”, começa pela crítica à ortodoxia marxista e o eurocentrismo de Caio Prado Jr. (1942)³⁴ que afirmara não ter havido camponeses no Brasil, vez que por aqui não teria existido o feudalismo, restando queimada esta etapa histórica no país, onde se teria evoluído diretamente do trabalho escravo para o trabalho assalariado, sem conhecer o trabalho servil típico dos camponeses medievais. Contudo, observara o crítico franco-brasileiro que

³³ Maria Nazaré B. Wanderley é professora aposentada da UNICAMP e professora do PPGS/UFPE.

³⁴ PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942, 390 p. (capítulos “Grande Lavoura” e “Agricultura de subsistência”, pp. 130-167)

Prado Jr. reconheceu a existência de um certo “campesinato não assalariado, mais ou menos dependente do mercado e dos grandes proprietários.”

Baliza sua historicização do campesinato no pensamento social brasileiro, na ideia de Ciro Flamarion Cardoso (1979)³⁵ de que a “agricultura colonial escravista” deixara “uma brecha camponesa” (SABOURIN, 2009, p. 29), sendo o escravo, negro ou indígena, eles próprios, os “proto-camponeses” brasileiros na evolução da agricultura no país, ao desenvolverem seus pequenos roçados nas brechas ociosas do latifúndio.

Observa em José de Souza Martins (1981)³⁶ um retrato da evolução das formas dependentes de agricultura camponesa, em particular dos diversos tipos de arrendamento. Ele definira a existência de uma classe camponesa que corresponde aos agricultores excluídos do pacto político; em outros termos, os sem-vozes, os invisíveis. Segundo Martins (Ibid), o termo “camponês” era recente naquele Brasil dos idos de 1950. Sua origem era política, sendo associada às reivindicações da esquerda latino-americana em torno dos “*campesinos*” (SABOURIN, 2009, p. 29).

Para aproximar o foco teórico do contexto empírico dos agricultores ivaiporaenses que nos propusemos a estudar, foi importante o trabalho de Reginaldo Júnior Fernandes (2007), em “O Delito dos Proscritos: A marginalidade política em Londrina (1956-1967)”. Estudara o conflito fundiário no Norte do Paraná conhecido como Guerra de Porecatu, em que os camponeses foram liderados pelo PCB. Observou naquele contexto a utilização do conceito de camponês e uma metamorfose reveladora na classificação desta categoria social:

Na terminologia do PCB esse contingente social recebeu inicialmente a denominação de “camponês”, uma transposição da linguagem adotada pela III Internacional Comunista e apropriada pelo seu Bureau Latino Americano. Espelhando-se no uso dos termos *paysan* do francês e *campesino* do espanhol, o vocábulo português adquiriu, através do PCB, uma clara conotação política nos meios rurais brasileiros, popularizado pela irrupção das “Ligas Camponesas”, sobretudo as ligas sob liderança de Francisco Julião em Pernambuco, transformando-se na designação daqueles que lutavam pela reforma agrária.³⁷ (FERNANDES, 2007, p. 54).

³⁵ CARDOSO, C. F. S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979, pp.133-154.

³⁶ MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981, 186 p.

³⁷ Fernandes faz referência a HELLER DA SILVA, Osvaldo. Communistes e anticommunistes: l'enjeu du syndicalisme agricole dans l'état du Paraná de 1945 a la fin des années 70. 1993. Thèse (doctorat de sociologie) - Ecole des Hautes Etudes en sciences sociales, Paris.

Como já vimos, coincidem com esse contexto histórico de meados do século XX, outros conflitos agrários como o ocorrido no Grilo Ubá, objeto de nosso estudo. É fato significativo neste conflito, que camponeses tenham sido introduzidos na região pelo próprio Estado, sob um governo e, depois evadidos, despejados por jagunços da colonizadora, com escolta do mesmo Estado, sob outro governo. Na narrativa da STUL e aliados, só houvera conflito com rebeldes, pois a todos era dada oportunidade de se submeter ao pagamento pela terra em suaves prestações e, com contrato de compra e venda à ser escriturado e registrado no Cartório de Registro de Imóveis. Teriam promovido aqueles posseiros à condição de proprietários rurais.

Este é um exemplo de como tais conceitos são definidos em processos históricos, em embates sociais, econômicos e políticos, culturais, linguísticos, que implicam na adoção de novas denominações para as novas estruturas sociais. No caso em questão, a estrutura fundiária de pequenas propriedades rurais.

Mas aquela sociedade que emergira da colonização agrária em Ivaiporã não era constituída apenas de proprietários rurais. Especialmente a Frente Nortista, que chegara com a fronteira da cafeicultura trazendo novas relações sociais de trabalho, diversas, mas que podemos classificar em ao menos três categorias: colonos, parceiros e camaradas. (PRIORI et al., 2012, p. 106).

Em meio a diversidade de substantivos comuns e adjuntos adnominais

a figura do “camponês” foi sendo substituída pela expressão “trabalhador rural” que, se inicialmente designava aquele que exerce uma atividade rural mediante remuneração, em meados dos anos cinqüenta, subsumia num mesmo conceito todos aqueles que “trabalhavam a terra”, assimilando nessa definição os demais tipos de empregados rurais, aparentemente com o fito de abrigar uma diversidade de grupos sociais sob uma mesma identidade de classe, em oposição aos que “não trabalhavam na terra”, ou seja, os grandes fazendeiros. (FERNANDES, 2007, p. 56).

Evidencia-se que a denominação ou autodenominação de camponês ou trabalhador rural, utilizadas naquele momento histórico no Norte do Paraná e em todo o Brasil, estava sintonizada com as lutas das associações e dos sindicatos surgidos à época e, a estratégia de unificar e ao mesmo tempo diferenciar os atores rurais em relação às suas condições políticas e sociais nas relações de trabalho.³⁸

³⁸ A estrutura sindical brasileira contemporânea apresenta sindicatos de trabalhadores rurais, como o STRI, federações e confederação, como a FETAEP e a CONTAG, mas apresenta também sindicatos da agricultura familiar, federações como a FETRAF, confederação como a CONTRAF, o que mostra a dinâmica da construção da identidade destes atores sociais.

Sabourin (2009) também observara que ao chegar no Brasil como categoria política, o conceito de campesinato, diferente da “categoria científica do modelo camponês que teorizaram Wolf e Mendras”, acabou tendo uso e fim político, sendo “banido do vocabulário oficial após a repressão militar de 1964, que deu fim a experiência das primeiras organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais autônomos: as ligas camponesas”. (SABOURIN, 2009, p.30).

No histórico que faz sobre a permanência do campesinato no Brasil, mediante extenso trabalho de campo ao qual dedicara sua vida por uma década e meia, especialmente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Amazônica, junto a comunidades claramente identificadas nas características apontadas por Mendras,

Sabourin (2009, p. 30) destaca o pensamento da professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Com vasta produção dedicada a problematização sociológica sobre os agricultores familiares e o “patrimônio sócio-cultural” herdado dos camponeses tradicionais, a pesquisadora oferece um quadro histórico conceitual ontológico, que se estende dos estudos clássicos sobre o campesinato europeu medieval, até a agricultura familiar brasileira moderna. Por isso a escolha como referência para nosso estudo sobre o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã.

3.1.1 Raízes teóricas do campesinato

Wanderley (2014) identifica em Alexander V. Chayanov³⁹ uma dupla originalidade: a autoria de uma *“proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura”* e; a revelação da peculiaridade dos *“princípios de funcionamento da organização familiar na agricultura”*, distinguindo-a com suas peculiaridades de economia natural, em relação às unidades de produção capitalista.

Em economia natural a atividade econômica humana é dominada pela satisfação das necessidades de cada unidade de produção isolada – a qual é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Assim, a preparação de um orçamento é aqui, em larga medida, qualitativa: para cada necessidade de família tem de ser fornecido, em cada unidade econômica o produto qualitativamente correspondente *em gêneros*. (CHAYANOV, 2014, 103-104).

³⁹ Wanderley enaltece a contemporaneidade do pensamento de Chayanov, que produziu seus estudos há um século, no contexto da Revolução Russa, com uma leitura do Capitalismo e da construção do Socialismo.

E é significativo observar que caracteriza essa distinção o fato da empresa capitalista se organizar sobre a exploração do trabalho alheio, da mais valia, enquanto a unidade familiar agrícola está baseada sobre o trabalho do próprio proprietário dos meios de produção e de sua família.

O camponês ou o artesão que gere sua própria empresa, sem recursos ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma certa quantidade de produtos que depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto de sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, em outras palavras, o produto do trabalho dessa família. Esse produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento. Posto que o fenômeno social do salário não existe, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. É, portanto, impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro. (CHAYANOV, 2014, p. 105).

Assim, o agricultor familiar é um *“proprietário que trabalha”* com sua família e a propriedade da terra é também da família. A relação do agricultor familiar com o *“esforço físico e mental exigido pelo trabalho”* é diferente da mesma relação vivenciada pelo capitalista, que normalmente pode afastar-se do trabalho em si e apenas explorar mais valor do trabalho alheio (WANDERLEY, 1989, p. 143).

Mas a família agricultora precisa se reproduzir e para tanto, reproduzir seus meios de produção, preservando-os e mesmo ampliando-os. Mas o resultado econômico do processo de trabalho da unidade produtiva familiar não pode ser dividido, tal qual na contabilidade capitalista, onde se decompõe não apenas entre trabalho e capital, entre salário e mais valia, mas também a decomposição da mais valia entre diferentes classes exploradoras, atravessadoras.

Na unidade familiar de produção, pelo contrário, o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. (WANDERLEY, 1989, p. 139).

Wanderley (1989) desenha um quadro da família camponesa problematizada originalmente por Chayanov

O produtor efetua o que ele chama *um balanço entre o trabalho e o consumo*, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Ora, para Chayanov, a

relação entre o trabalho e o consumo é definida internamente no nível da própria composição da família. Com efeito, para ele, a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal, que, em geral, trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida. (WANDERLEY, 1989, p. 139).

A gestão desta empresa, da unidade de produção familiar camponesa, precisa acompanhar esta mutação no tempo

Em cada momento da evolução da família, sua composição determina a capacidade da força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo. Cabe ao chefe de família/empresa a responsabilidade de efetuar avaliações subjetivas, que permitam definir o grau e a intensidade da autoexploração de sua força de trabalho. (WANDERLEY, 1989, p. 140).

Wanderley lembra que o objetivo inicial de Chayanov era teorizar sobre as leis que regem a unidade de produção familiar, mas em meio a efervescência da Revolução Russa o pensador passa a refletir sobre questões para além das fronteiras do espaço de reprodução da família camponesa, precisamente a integração deste com o mundo, sintetizando três campos de estudos bem articulados, quais sejam: a integração dinâmica da agricultura ao processo global de acumulação; absorção crescente do progresso técnico pela agricultura e; as transformações na agricultura inseridas no projeto e no processo de construção do socialismo. (WANDERLEY, 1989, p. 140).

Wanderley revela de Chayanov o conceito de “integração vertical” que subordina a forma camponesa de organizar a produção cada vez mais ao modo de produção capitalista, às formas mais avançadas de capitalismo financeiro, apontando para uma concentração de capital tal, que a “integração horizontal” torna-se extremamente fácil, não sendo buscada pelo simples fato de que *“a exploração capitalista consegue uma porcentagem mais alta com a concentração vertical que com a horizontal. Além disso, transfere em grande medida ao agricultor os riscos da empresa do proprietário do capital”* (CHAYANOV, 1974, p. 312 apud WANDERLEY, 1989, p. 142).

Wanderley observa então que os estudos de Chayanov e de seus companheiros da Escola de Organização e Produção não ignoraram a dinâmica de

reprodução de capital e sua tendência de capitalização e concentração da produção, impondo uma “decomposição do campesinato”, mas demonstraram que mesmo nessas condições uma parcela significativa das unidades de produção familiar camponesa se reproduziam seguindo princípios de seu funcionamento interno.

Fica patente o caráter resiliente do camponês e sua capacidade de se adaptar com seus métodos às condições impostas pelo mercado capitalista, a despeito da lógica e da racionalidade adversa do capital. A adaptação da agricultura familiar pressupõe absorver progresso técnico e converter-se em agente de progresso.

Wanderley dedicara seu estudo *“Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro”* (1996) a seu Professor Henri Mendras⁴⁰, de quem empresta à análise os

cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.” (MENDRAS, 1976 apud WANDERLEY, 1996, p. 3).

Desdobrara a característica da autonomia camponesa especificando sua dinâmica *“demográfica, social e econômica”*, para focar nesta última como

capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar. (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Fizera neste trabalho importante ontologia sobre o conceito de campesinato, identificando-o *“como uma forma particular da agricultura familiar”*, discorrendo sobre as familiaridades e distinções entre os conceitos de campesinato e agricultura familiar no pensamento clássico e suas reflexões sobre a temática na realidade brasileira, do que procuramos extrair uma síntese que orienta nossa interpretação teórica sobre a agricultura familiar ivaiporaense.

⁴⁰ Neste seu trabalho apresentado no XX Encontro da ANPOCS, além da dedicatória formal, Wanderley explicita sua fundamentação teórica nos livros de Henri Mendras e nos trabalhos do *“Groupe de Sociologie Rurale”*, dirigido por ele nos anos 70, em especial os *“dois tomos que resultaram da pesquisa sobre as coletividades rurais francesas, realizada sob a direção de Marcel Jollivet e Henri Mendras. Cf. JOLLIVET e MENDRAS, dir. 1971 e JOLLIVET dir. 1974.”*

3.1.1.1 A essência do modo de produção camponês na agricultura familiar

Primeiramente é importante compreender os pontos de partida da professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley para explicar a agricultura familiar, expresso em suas hipóteses: i) agricultura familiar é conceito genérico; ii) campesinato é forma específica de agricultura familiar; iii) adaptabilidade da agricultura familiar às sociedades modernas; iv) permanência de características camponesas tradicionais no agricultor familiar moderno, especialmente a resiliência e a adaptabilidade; v) especificidades do campesinato brasileiro que se constituem em “patrimônio sócio-cultural”. (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Com esses pressupostos, Wanderley trata do trinômio “*família-produção-trabalho*” como definidor da essência da agricultura familiar, embora vacine o leitor para que não ignore a possibilidade da variação de formatos no tempo e no espaço.

E nesse diapasão descreve “*o campesinato tradicional como uma forma particular da agricultura familiar*” a partir de quatro características de seu modo de existência, do que procuramos interpretar cada qual com seus referenciais teóricos, com começo, meio e o fim de explicar qual é a essência do ser camponês, que influenciou ou permaneceu na racionalidade do agricultor familiar contemporâneo, ainda que metamorfoseado, adaptado.

3.2 CONCORRÊNCIA E MERCADOS ALTERNATIVOS

Mercados são locais em que, ou estruturas através das quais, bens e serviços são trocados. Os mercados conectam produtores e consumidores – seja direta ou indiretamente – de maneiras simples ou altamente complexas. Constituem os locais em que ocorrem as transações e os respectivos fluxos de mercadorias; ou os sistemas que organizam tais fluxos, de um ponto a outro, no espaço-tempo, muitas vezes por meio de transações complexas e inter-relacionadas. Do mesmo modo, os mercados (sejam eles espaços físicos ou sistemas de trocas) envolvem relações modelam os fluxos de bens e serviços através do tempo e do espaço. Tais modelos são adaptados a infraestruturas sociomateriais específicas. Bens e serviços fluem de modos específicos, segundo condições específicas, e existem benefícios e custos (custos de transação) específicos relacionados a esses modelos. A distribuição dos custos de transação entre as distintas partes e atores envolvidos, muitas vezes, difere e pode ser objeto de disputa, negociação e renegociação. (PLOEG, 2016, p. 21-22).

No senso comum convivemos com a abordagem sobre mercado que é reproduzida cotidianamente de forma propagandística pelos ditos especialistas em

economia na mídia política contemporânea. Apresentam o mercado como um ser quase sobrenatural, que com sua “mão invisível” regularia preços e até mesmo as relações sociais no *optimum* viável. Para conseguir se desvencilhar desta visão estreita sobre mercado ou sobre mercados, Sergio Schneider sugere objetivo recurso a uma decomposição de significados assumidos pelo mercado ao longo do tempo a partir de

três formas de definição, que são a) o mercado como um locus, um espaço físico determinado em que se realizam trocas materiais de produtos e mercadorias; b) o mercado como princípio ordenador da sociedade e da economia, tal como funciona o capitalismo; e c) o mercado como uma construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais. (SCHNEIDER, 2016, p. 97).

Schneider (2016) faz uma revisão teórica sobre mercados que por sua abrangência e didática ousamos aqui emprestá-la e interpretá-la. Começa por identificar em Shanin (1973) as duas primeiras distinções de mercados, com os conceitos de “*market places*” e “*market relations*”. Nas obras de Swedberg (1994) e Berthoud (2000), identificara “uma terceira forma de definir mercados, na qual se inscreve a emergente (nova) sociologia econômica que é quase uma sociologia dos estudos dos mercados (Lie, 1997).” (SCHNEIDER, 2016, p. 97).

Schneider serve-se da descrição de Swedberg (2005) que apresenta a história das trocas, constituída de três fases elementares. Pré-história, com as trocas realizadas entre grupos, étnicos ou tribais, de regiões distintas, indicando que no interior dos grupos, em vez de troca, existia partilha com respeito a “ritos cerimoniais”. História antiga, com as trocas entre grupos sociais de uma mesma sociedade, pressupondo sua organização na estrutura social mediante regras, institucionalizadas inclusive. Lembra que tanto nas cidades-estado gregas, como na Roma antiga existiam espaços de convívio público, destinados ao comércio, inclusive com alguma infraestrutura. História medieval, quando as feiras passaram a ser identificadas com mercados, abrigando trocas, manifestações culturais. Com a evolução das feiras como espaço de troca de produtos dos camponeses, dos artesãos e prestadores de serviços, passou-se a desenvolver a ideia de bolsa de produtos, apenas com amostras dos estoques a serem comercializados. A complexificação das relações de troca passaram a ensejar leis locais, depois nacionais, bem como a cobrança de impostos para os Estados Nacionais nascentes

regularem a circulação de mercadorias em geral, inclusive para restringir ou estimular fluxos de mercadorias. (SCHNEIDER, 2016, p. 98-99).

Aliás vale lembrar que os Estados Nacionais modernos nasceram justamente da aliança da burguesia – a classe dos mercadores – com os monarcas. O “Renascimento Comercial” enriquecia a burguesia, aumentava o volume de impostos confiados aos reis, que com poder econômico, passaram a centralizar o poder político até então fragmentado entre os senhores feudais. A contraprestação da aliança com a burguesia, pressupunha obviamente que os reis atendessem suas demandas, quais sejam: eliminar pedágios dos feudos para a realização de feiras ou para simples passagem dos mercadores (*laissez faire, laissez passer*), unificando o mercado em âmbito nacional com padronização de pesos e medidas e moeda única.

Schneider vê nesta evolução dois efeitos significativos para os camponeses: o próprio surgimento da burguesia, a classe dos comerciantes, que passou a intermediar as trocas entre produtores e consumidores e; o mercantilismo, com o aumento da demanda por determinadas mercadorias, seduzindo os camponeses a trocarem a produção voltada para a subsistência e comercialização dos excedentes, pela produção voltada para comercialização. (SCHNEIDER, 2016, p. 99).

Schneider destaca de Sabourin (2009) a percepção de que antes do capitalismo, trocas e mercado equivaliam-se, sendo o mercado apenas o espaço físico para a realização das trocas. A história moderna, marcada pelo mercantilismo, pela expansão marítima em busca de novas rotas para as especiarias das Índias, pelo mercado e tráfico de escravos, pelo colonialismo, descolara o mercado do espaço físico urbano, para uma dimensão desterritorializada e onipresente na vida das sociedades modernas. (SCHNEIDER, 2016, p. 99-100).

Lembra o pensamento de Karl Marx (1996) sobre a transformação do trabalho humano em mercadoria e, o pensamento de Karl Polanyi (2000) de que sob o “capitalismo a economia de mercado passou a ser a sociedade de mercado, subordinando a vida social à lógica econômica.” Relacionou essa leitura histórica com o conceito que Weber (2000) chamara de “racionalidade de mercado”, para explicar a dinâmica destas sociedades marcadas pela institucionalização da ideologia mercantilista da Idade Moderna, na forma de leis e da organização do Estado em sentido lato. (SCHNEIDER, 2016, p. 100-101).

Schneider observa que só nas últimas décadas as ciências sociais e, precisamente a sociologia, passou a estudar os mercados. O referencial clássico

para tais estudos conhecidos hoje como sociologia econômica, está dado na obra de Max Weber, inicialmente em “Ética Protestante e Espírito do Capitalismo” com o desenvolvimento do conceito de “ação social racional com interesses econômicos como sendo a responsável pelo desenvolvimento de valores e de um cálculo orientado ao ganho”, posteriormente em “Economia e Sociedade” analisando “as diferenças entre trocas e competição, mostrando que cada uma se liga a um determinado tipo de ação social ou racionalidade, que gera distintos tipos de interação social.” (SCHNEIDER, 2016, p. 101). Nesse sentido, John Wilkinson (2016, p. 59) ao buscar um referencial clássico para o binômio ética e mercado, identifica que Weber considerava a ideia de preço e comércio justos “reliquias medievais”, enquanto Durkheim sustentava a importância da ideia de “preço natural”.

Karl Marx embora não fosse precisamente um representante da sociologia clássica influenciou-a diretamente. Demonstrou como os produtos feitos para o uso adquirem valor-de-troca, desmistificando “o caráter fantasmagórico das mercadorias, mostrando como a troca incessante das mercadorias entre usuários faz parecer com que as mercadorias (que são trabalho morto) tenham vida própria, ocultando a identidade de quem as criou e produziu”. (SCHNEIDER, 2016, p. 101).

As análises de Marx, Weber e Polanyi sobre o mercado como princípio ordenador da sociedade e da economia são essencialmente críticas e sugerem ou sua aniquilação ou a regulação por meio de valores ou instituições. Ao contrário desses autores, o pensamento conservador forjado a partir de Adam Smith, e fortemente temperado pelos estudiosos liberais da escola da economia austríaca (especialmente Menger e Walras, e mais recentemente Garry Becker) neoclássica, vê o mercado como o espaço das relações sociais que permite a alocação ótima entre os agentes que ofertam e os que demandam, ou mesmo que cria um equilíbrio entre os agentes que competem, ou ainda que busca permanentemente pelo ajuste das regras do jogo da competição e da concorrência. (SCHNEIDER, 2016, p. 102).

Essa distinção teórica sobre os estudos dos mercados em dois campos importantes, o da extinção ou regulação dos mercados em oposição ao do livre mercado, não é a única indicada por Schneider. Pelo contrário, o autor serve-se desta ambivalência para afirmar em sua revisão teórica que

A terceira forma de definir os mercados emerge a partir da crítica ao entendimento dos mercados como um princípio social ordenador, seja do status quo baseado no individualismo dominante ou das alternativas à sua extinção pelo socialismo. A contribuição inicial de Polanyi e os trabalhos subsequentes de Granovetter e Bourdieu, na segunda metade do século XX, assim como os estudos mais recentes de Fligstein, Bagnasco, Di Maggio,

Swedberg, Beckert, Steiner, Zelizer e outros, conformaram o campo de estudos da sociologia econômica, que tem como um de seus temas centrais a discussão sobre a “construção social de mercados”. (SCHNEIDER, 2016, p. 103).

A diversidade de autores dedicados aos estudos sobre construção social de mercados, a partir de referenciais epistemológicos distintos, teriam em comum segundo Schneider “a retomada da ideia polanyiana de que os mercados são instituições sociais formadas pelos processos de interação social, econômica e cultural”, a ideia representada pelo conceito de imersão (*embeddedness*) dos mercados, que Granovetter chamara de “enraizamento”. (SCHNEIDER, 2016, p. 103).

Wilkinson (2016) corrobora com esta leitura de que os estudos e debates teóricos da emergente sociologia econômica sobre as distinções e até antagonismos entre mercados tradicionais e mercados alternativos “está fundada, tem afinidade ou é reforçada pela atual popularidade da análise magistral de Polanyi (1944) sobre os esforços (afinal, fracassados) para criar-se um sistema de mercado autossuficiente no século XIX.” (WILKINSON, 2016, p. 55).

Schneider ainda desenvolveu com Niederle e Schubert (2014) uma abordagem dos mercados “múltiplos e segmentados em convencionais e alternativo”.

O entendimento de que os mercados são socialmente construídos tornou-se largamente aceito. Vários autores mostram que a existência de relações de troca monetizadas, que implicam em pagamento em moeda ou outra forma de equivalente geral, não elimina a possibilidade das trocas ocorrerem a partir de outros princípios estruturantes, como a reciprocidade ou a solidariedade, em que há trocas e interação social, mas não pagamento em dinheiro. (SCHNEIDER, 2016, p. 104).

Com viés de interesse para nosso trabalho, observamos em Schneider que a abordagem da construção social de mercados passou a interessar os estudos rurais, não mais com as preocupações relacionadas aos riscos dos camponeses e agricultores familiares se inserirem nos mercados, mas uma vez inseridos, focar com olhar sociológico sobre as relações que estabelece no âmbito do mercado.

A discussão atual é diferente, pois centra-se na análise de inserção dos camponeses ou agricultores familiares nos mercados, com o intuito de saber como se dão essas relações, como esta interação é construída, quais são

os fatores que favorecem ou restringem as relações com os mercados, entre outras questões de natureza sociológica. (SCHNEIDER, 2016, p. 105).

Essa perspectiva pareceu ser a que permite melhor interpretação da experiência vivida pelos agricultores familiares de Ivaiporã que se associaram na APRI para gerirem e operarem o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. Compreender a forma como os agricultores construíram aquela experiência e porque a construção não se sustentou é o nosso desafio.

3.2.1 Mercados alternativos

Ao estudar “A Construção Social de Mecanismos Alternativos de Mercado no Âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia”, Perez-Cassarino (2012, p. 31) buscou duas referências importantes para a compreensão das noções de alternatividade e alternativas, respectivamente em Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos. A primeira designando “práticas e processos sociais portadores de mudanças sociais em favor da libertação das classes subalternas, em especial os processos educativos”. A segunda designando “práticas e movimentos sociais cujo traço em comum é colocar em andamento processos anti-hegemônicos, potencialmente construtores de emancipação social.” Perez-Cassarino viu conexão entre aquelas noções de alternatividade e alternativas e o fenômeno dos mercados alternativos agroalimentares, justamente por enfocarem experiências baseadas no local e no cotidiano, mas ensejarem potencial para reprodução em escala social e global. A partir dessas noções, faz importante reflexão sobre o embate ideológico em torno das alternativas contra-hegemônicas ao sistema capitalista que, tão logo identifica quaisquer alternativas ao seu padrão normativo, mais que depressa tenta sufocá-las, “tratá-las como algo totalmente deslocado, inviável e possível somente em realidades ou grupos sociais muito específicos” (PEREZ-CASSARINO 2012, p. 32).

A organização do sistema agroalimentar segue uma lógica hegemônica e faz parecer impossível fugir à sua lógica e racionalidade. As corporações estabelecem ou fazem estabelecer através de seus representantes no Estado, normas que regulam não apenas a produção em suas plantas industriais mas em todas as cadeias integradas, do que parece impossível desenvolver qualquer prática alternativa às práticas normatizadas. Assim pode ser compreendida a estratégia de distribuição do sistema agroalimentar com foco no consumo:

A dinâmica do processo de globalização neoliberal baseada na suposta “soberania do consumidor” encontra um eco imediato no trato da questão do alimento, sendo este o principal bem de consumo corrente e cotidiano da vida das pessoas, independente de classe social, poder aquisitivo ou perfil cultural. Dessa forma, o supermercado (como elemento representativo desta lógica) torna-se o espaço físico e simbólico onde o alimento ganha concretude para o cidadão e a partir deste espaço se cria o imaginário que estimula as demandas e (re)modela hábitos de consumo. No entanto, não são poucos os questionamentos e as críticas a essa visão de sociedade e a essa forma de se pensar o desenvolvimento, seja no âmbito mais geral do processo de globalização hegemônico, seja no âmbito das preocupações em torno da qualidade da alimentação, não são poucas as vozes que apontam para a necessidade de novos caminhos [...] (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 33).

Exemplos oportunos de como as lógicas e racionalidades dominantes sofrem fissuras e abrem seus flancos às “vozes” dissonantes neste campo, ocorreram no Brasil com repercussão geral em todo o mundo no ano de 2017. Situações como a deflagrada pela Polícia Federal do Brasil na chamada Operação Carne Fraca, que revelou uma vasta trama de subornos a fiscais responsáveis por vigilância sanitária, quase que concomitante com outras revelações à autoridades judiciais do país por diretores da JBS, a maior corporação de proteína animal do mundo. Delataram que um imenso esquema de corrupção alimentava com propina centenas de autoridades públicas brasileiras nos três poderes da República, abalando a credibilidade da sociedade brasileira e de dezenas de países compradores da carne brasileira. No caso do mercado brasileiro de carnes, a referida corporação abusara das verbas publicitárias nos anos anteriores, tentando passar a ideia de que só suas carnes mereceriam credibilidade, estrangendo concorrentes menores de escala local e regional. Após os escândalos, precisaram recorrer a apelos publicitários massificadores para dissipar riscos maiores para o mercado. É em circunstâncias como estas que a reflexão sobre a segurança alimentar possibilita a construção de alternativas entre produtores e consumidores.

3.2.1.1 Experiência italiana

Ao estudar “Os jogos políticos da realocização entre esfera pública e esfera de mercado”, Brunori e Malandrini lembram o impacto dos primeiros casos do “Mal da Vaca Louca”, que reduziu em 70% o consumo de carne bovina no mercado italiano e, na sequência, como não se comprovava a tal *Encefalopatia Espongiforme Bovina* nas empresas italianas, a segurança transmitida aos consumidores italianos

“levou a um forte aumento da demanda de carne bovina local e biológica (Brunori et al., 2008). Desde então, a convicção que a comida italiana era mais segura tornou-se uma percepção difundida na Itália.” (BRUNORI e MALANDRIN, 2016, p. 146).

Os italianos se serviram dos reconhecimentos e sucessos dos produtos locais para instrumentalizar as mobilizações pela construção de adequações dos padrões alimentares impostos pela UE às peculiaridades locais e tradicionais. Neste processo se deu “o surgimento do novo consenso sobre o alimento na esfera pública” ainda que sob conflitos. Este consenso na esfera pública fora premiado com o “reconhecimento da Unesco da Dieta Mediterrânea como Patrimônio Imaterial da Humanidade.” (BRUNORI e MALANDRIN, 2016, p. 148-149).

Analisando os movimentos entre as esferas de mercado e pública, Brunori e Malandrini exemplificam

a variedade de cadeias (ou redes) alimentares alternativas que tem se desenvolvido na Itália nos últimos anos por iniciativa de grupos da sociedade civil, de pequenos agricultores e de consumidores. O Presidio Slow Food (rede do Slow Food), os mercados camponeses, as lojas do comércio justo, as lojas para a venda direta em empresa, os distribuidores de leite automáticos, os Grupos de Aquisição Solidária (GAS) (Brunori et al., 2011) já são um nicho consolidado de mercado, e a força da sua comunicação – e, então, do seu potencial comercial – é muito maior do que o volume de produtos até hoje gerenciado. (2016, p. 151-152).

Brunori e Malandrini apontam a importância de relativa liberdade de interpretação como elemento fundamental para a construção do “novo consenso sobre o alimento” na Itália, coexistindo de forma tolerante diferentes ideologias em diferentes esferas do debate, embora vejam no tema da segurança alimentar perspectivas de discordâncias futuras. (BRUNORI e MALANDRIN, 2016, p. 153).

3.2.1.2 Mercados aninhados

Ploeg (2016) demonstra a complexidade dos mercados aninhados, apontando que os modelos dos grandes mercados agrícola e de alimentos, impõe retração à agricultura e induz a multifuncionalidade como recurso econômico e sociocultural de adaptação, de desenvolvimento de novos produtos e serviços, estabelecendo diferenciais ou revalorizando-os para a inserção e ou manutenção no mercado. Mas diferenciados produtos exigem estruturas e fluxos diferentes para sua distribuição, para penetrar e se aninhar nos vazios das estruturas dos modernizados

mercados agroalimentares, nas chamadas “lacunas estruturais”. Essas novas e diferenciadas estruturas sociomateriais abrem espaço para a vazão da multifuncionalidade, ampliando suas demandas, especialmente se se cumpre o propósito de garantir preços diferenciados e renda adicional à unidade produtiva familiar, do que podem derivar ciclos virtuosos de desenvolvimento rural. (PLOEG, 2016, p. 24).

Para esses mercados aninhados, “recursos de uso comum desempenham um papel central”.

O caráter diferencial de novos produtos e serviços não constitui propriedade privada, nem tampouco um bem coletivo. Ele é um recurso de uso comunitário que vincula diversas partes envolvidas: agricultores, processadores, distribuidores, clientes e – às vezes – autoridades e ONGs locais e regionais. (PLOEG, 2016, 25).

Ploeg explica que a diferenciação pode ser construída em aspectos quantificáveis e qualificáveis. Sobre a diferenciação de preço, pondera que podem ser muito mais baratos ou mais caros. Na perspectiva dos mais baratos cita o exemplo dos *mercati contadini* em Roma que ofertam produtos trazidos diretamente pelos camponeses e ofertam também informação impressa ou digital “comparando os preços médios de venda nos supermercados dos arredores e o preço médio de venda no próprio mercado dos agricultores [...] referido como *prezzo amico* [...] cerca de 30% abaixo.” (PLOEG, 2016, p. 25-26). Sobre a diferenciação de qualidade, observa tanto a tradição de determinados produtos em antigos e extensos mercados aninhados, quanto a emergências de muitos novos produtos de qualidade. Na diferenciação pelo processo de produção primário, cita os produtos orgânicos para exemplificar o quanto as peculiaridades do modo de produção de um dado produto pode diferenciá-lo. A diferenciação dada pela organização social do tempo e do espaço e respectivamente as importâncias do produto fresco em oposição ao vincendo e o de origem local variado pelo exótico. Por fim o diferencial da disponibilidade, vez que pela raridade o produto pode distinguir-se justamente por ser acessível a poucos. Assim se desenha a avaliação hexadimensional da diferenciação dos produtos no mercado, segundo Ploeg (PLOEG, 2016, p. 25-27).

Ploeg entende o diferencial numa perspectiva em que a singularidade é construída de forma sociomaterial como atributo do produto e enseja “cadeias de trocas multiniveladas”, onde o fluxo bidirecional do produto ir numa mão e o dinheiro voltar noutra, é revestido e intermeado por outros fluxos e relações. Assim, as

qualidades singulares são construídas nas relações entre produtor primário e consumidor final, e balizadas por confiança entre os atores. Assim, dedicam-se às trocas de expectativas de qualidade e a várias trocas simbólicas, que constituem a rede social que reveste e aninha as trocas materiais (PLOEG, 2016, p. 27-28).

Ploeg fala da necessidade de se considerar estas redes sociais no contexto de um “marco neoinstitucional, como custos de transação”, em geral mais baixos que nos mercados agrícolas e de alimentos convencionais, justamente pela proximidade entre os atores no mercado (SACCOMANDI, 1998 apud PLOEG, 2016, p. 29). Aponta para tanto vários exemplos, como da substituição de pesquisas de mercado ou de campanhas publicitárias pelo instrumento do boca-a-boca e pela transparência da relação direta entre produtores e consumidores.

Em resumo: enquanto os mercados gerais agrícola e de alimentos são, de modo geral, caracterizados por custos de transação relativamente altos, tais custos tendem a ser baixos nos mercados aninhados que comercializam produtos diferenciados. Eles podem, por vezes, ficar abaixo de zero, convertendo-se em benefícios positivos. A busca por um diferencial pode ser, eventualmente prazerosa – vivida como uma contribuição positiva para dada transação. (PLOEG, 2016, p. 29).

Ploeg enuncia que os mercados aninhados também assim são chamados justamente por aninharem-se em espaços do grande mercado, ofertando um diferencial inalcançável para o grande mercado que o abriga, como o artesanal, o local. Assim se estabelecem e se ramificam, diferenciando-se do mercado padronizado. São mercados com fronteiras permeáveis na perspectiva que permitem fluxo fluido de participantes ingressando ou deixando-o. Aliás a permeabilidade diferencia o ninho de mercado de nicho de mercado, vez que este último possui fronteiras mais rígidas. (PLOEG, 2016, p. 30).

Exemplificando as lacunas estruturais nos grandes mercados, onde abrem-se espaços para aninharem-se novos mercados inovadores. Ploeg aponta três dimensões para caracterizar estas lacunas nos “atuais mercados agrícola e de alimentos”. (PLOEG, 2016, p. 42).

A primeira, dada pela escala de agregação da indústria alimentícia e redes de produção, circulação, distribuição, que estica as distâncias entre produtores e consumidores. Onde o consumidor só encontra a gôndola, quando muito o repositor e o caixa do supermercado e o produtor não aparece. Bem num cenário assim que

surge espaço para o “mercado de agricultores”, como uma estrutura sociomaterial para promover “interação direta” entre produtor e consumidor. (PLOEG, 2016, p. 42).

A segunda dimensão das “lacunas estruturais é o temor da renovação”, verificado no comportamento de agroindústrias que asseguram suas fatias de participação no mercado segurando a apresentação de novos produtos sob o espírito conservador de que time que está ganhando não se mexe. (PLOEG, 2016, p. 43).

Uma terceira dimensão dessas lacunas nos grandes mercados agroalimentares refere-se “à organização social do tempo e do espaço.” Esses fatores elevados à escala das “grandes cadeias de supermercados, abastecidas por meio de sistemas de distribuição (trans)nacionais”, exigem muito tempo de espaço, seja nos momentos de transbordo entre diferentes modais, grandes centros de distribuição, expressando o alcance da “arte da logística” e seus eficazes sistemas de rastreamento e controle geral. (PLOEG, 2016, p. 43).

Mas as economias nos custos de transação com as movimentações em escala não podem pagar certos preços desse sistema como: qualidade duvidosa de produtos colhidos antes da maturação com “inegáveis perdas em sabor, aroma e qualidade”, perdas de até 30% no caso de frutas manuseadas ao longo da cadeia por pessoas que não têm muita familiaridade com tais produtos, além da padronização que faz desaparecer o excepcional. (PLOEG, 2016, p. 43-44).

Ploeg ainda diferencia lacuna estrutural no mercado daquilo que no senso comum chama-se de “brecha de mercado”, vez que esta surge ao acaso e, quando preenchida pelo inovador que empreende com um produto adequado, desaparece frente a restauração do ordenamento do mercado. Já a lacuna estrutural, diferente do acaso, está dada pelas próprias características do grande mercado dominante e para preenchê-la não basta um novo produto, mas um novo mercado, um mercado aninhado. (PLOEG, 2016, p. 46).

3.3 MERCADOS INSTITUCIONAIS

Esse quadro assustador vem piorando nos últimos anos com o crescimento do desemprego e o aumento das outras despesas não alimentares das famílias mais pobres (moradia, transporte, saúde, educação). Como mostram as pesquisas da Embrapa, nossos agricultores têm potencial para produzir toda a comida de que a população necessita. Existe fome não

porque faltam alimentos, mas porque falta dinheiro no bolso do trabalhador para poder comprá-los. (SILVA, 2010, p. 11).⁴¹

Um referencial importante para as reflexões contemporâneas sobre o tema é a promoção do Ano Internacional da Agricultura Familiar em 2014 pela ONU/FAO e a publicação do *The State of Food and Agriculture - SOFA*, o relatório anual que naquele ano, com o subtítulo de *Innovation in Family Farming*, mostrou que 80% dos alimentos consumidos pela humanidade são produzidos por pequenos proprietários rurais, predominantemente em regime de agricultura familiar.

Esta sintomática valorização da agricultura familiar ilustrada na apresentação do SOFA parece demonstrar certa esperança de que, da diversidade da agricultura familiar, possam brotar inovações capazes de salvar a humanidade de problemas como o aumento de preços dos alimentos e das mudanças climáticas, seja com a biodiversidade, seja com a resistência das espécies e sementes da agricultura camponesa tradicional, mais resistentes às vulnerabilidades do clima.

Este relatório mostra que no Brasil apenas 5% dos investimentos em inovação e desenvolvimento para agricultura são públicos e que menos de 10% das propriedades rurais acessam extensão agrícola. Números aparentemente tímidos para a produção de inovação e desenvolvimento num país em que 70% do abastecimento alimentar é produzido na agricultura familiar.

Mas foi neste ano 2014 que um outro relatório das Nações Unidas abriu uma outra perspectiva sobre o Brasil no mundo. O *State of Food Insecurity in the World - SOFI* relatou a redução drástica da fome, da desnutrição e da subalimentação.

Tal resultado vem ao encontro do que diversos estudos na temática, com diferentes indicadores, já apontavam, como o Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para citar alguns dos mais recentes. (FAO, 2014, p. 6).

⁴¹ Reproduzido de texto de Luís Inácio Lula da Silva pelo Instituto Cidadania em 2001, um ano antes de ser candidato pela quarta vez e se eleger Presidente da República Federativa do Brasil. “Nunca na história desse país” um indivíduo protagonizou e simbolizou políticas públicas de forma tão evidente como Lula o fez com o Programa Fome Zero. Mesmo sendo alvo de execração pública promovida cotidianamente nos últimos anos nos meios de comunicação de massa, acusado de corrupção, ainda assim é possível afirmar que sua liderança figurará nos resumos da história futura, quando se estudar políticas públicas de segurança alimentar no Brasil e no mundo.

Este feito, traduzido para o senso comum, como de que o Brasil deixara de figurar no Mapa da Fome da ONU, consolidou uma avaliação internacional positiva de que o país havia acertado nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional lastreadas e sincronizadas com políticas públicas para agricultura familiar.

A própria eleição para a Direção-Geral da FAO para o quadriênio 2012-2015 de José Graziano da Silva, que havia sido ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e responsável pela implantação do Programa Fome Zero, mostra o respeito internacional às tais políticas públicas brasileiras.

Renato Maluf fala da experiência de democracia participativa que marcou o processo brasileiro na primeira década do novo milênio, especialmente sobre a construção social do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), através do protagonismo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Descreve o movimento social que por duas décadas acumulara reflexões e ações em torno da segurança alimentar e que se encontrou na arena do Consea.

Remonta à primeira metade do século XX a existência de ações “voltadas para a condição alimentar e nutricional do indivíduos, famílias e grupos sociais no Brasil [destacando-se no período o] médico, sociólogo, geógrafo e político pernambucano Josué de Castro (1908-1973)” (MALUF, 2010, p. 266). Em sua obra “As Condições de Vida das Classes Operárias no Recife”, já em 1932 denunciava o flagelo da fome naquela parcela da população. Em 1946, lança sua obra-prima “Geografia da Fome”, que analisa as principais carências alimentares de cada uma das cinco regiões do Brasil. O livro choca e inova ao denunciar a fome e a subnutrição, como associadas à pobreza, e não efeitos naturais ou insuficiência de oferta.

Mas é em meados da “década perdida” que dois eventos deflagram o movimento de “construção da segurança alimentar e nutricional (SAN):

O primeiro deles consistiu na elaboração de um documento intitulado Segurança Alimentar – proposta de uma política de combate à fome no âmbito do Ministério da Agricultura, em 1985, no qual a ênfase maior era nas dimensões social e econômica. Já o segundo evento foi produto da mobilização social que levou à realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), em 1986, dando origem, entre outras, à agregação do qualificativo nutricional à noção convencional de segurança alimentar (MALUF, 2007 apud MALUF, 2010, p. 267)

Há de comum neste movimento a reivindicação por um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) com funcionamento que assegurasse a participação da sociedade civil, algo em sintonia com os movimentos mais amplos de redemocratização do país que culminariam com a dita Constituição Cidadã de 1988, assim chamada também por ter aditado a democracia participativa, com instituição de conselhos paritários em diferentes instâncias da vida republicana. A participação da população era a antítese “às concepções tecnocráticas e autoritárias de política pública, ampliando a noção de espaço público para além do estritamente governamental.” Também propunham a criação de um órgão executivo para coordenar ações e programas ligados à “SAN (agricultura, abastecimento, desenvolvimento agrário, saúde, alimentação e nutrição, educação, entre outros).” (MALUF, 2010, p. 267).

O Consea chegou a funcionar entre 1993 e 1994, a partir de proposta apresentada por Lula e o Instituto Cidadania apresentada ao então Presidente da República Itamar Franco em 1992. Mas no início do governo de Fernando Henrique Cardoso o Consea foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária. (PORTO et al, 2014, p. 37).

Mas há que se destacar nesse período dois aspectos marcantes: a “grande campanha nacional ‘contra a fome e a miséria e pela vida’ liderada por Hebert de Souza, o Betinho, e na realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Brasília, em 1994.” (MALUF, 2010, p. 267).

O movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida articulou e mobilizou comitês locais e estaduais que trabalhavam na arrecadação de alimentos, mas também roupas e material de construção, para destinar a entidades da sociedade civil para atender especialmente as famílias ou pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. (PORTO et al, 2014, p. 37).

Mas além dos movimentos em torno da alimentação sob a perspectiva do consumo, também merecem destaque os movimentos sob a perspectiva da produção da alimentação. Desde 1992 movimentos liderados pela Contag e pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, conquistaram a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – Provap em 1994. No ano seguinte, “fruto das mobilizações dos agricultores familiares no II Grito da Terra Brasil, o governo federal criou o Pronaf com Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), substituindo o Provap.” (PERACI e BITTENCOURT, 2010, p.192).

Novas demandas foram incorporadas ao espectro de atendimento do Pronaf em 1999, com ampliação do número de agricultores familiares que passaram a ser atendidos, classificados em quatro grupos – A, B, C e D – em função da renda e da mão de obra. Ainda que existam inúmeras críticas ao fato de que a mais importante política pública voltada à agricultura familiar no Brasil seja modulada pelo crédito, indicando a financeirização das relações entre Estado e os agricultores familiares, o Pronaf reconhecia e incorporava reivindicações dos “gritos da terra” pautados pelo movimento sindical e social dos trabalhadores rurais.

A luta social no campo avançava e provocava mudanças na sociedade civil, no meio rural e no meio urbano. Tais mudanças ilustram em parte mudanças sociais e políticas mais amplas como as vitórias eleitorais de partidos e candidatos de base popular, em especial a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República em 2002. Lula, o Partido dos Trabalhadores e outros partidos da chamada Frente Brasil Popular, constituíram-se como alternativa de poder, dentre outras estratégias, promovendo as chamadas Caravanas da Cidadania. Uma dessas caravanas por exemplo, esteve no Paraná em 2001 desenvolvendo uma nova forma de fazer política, ouvindo agricultores e suas organizações.

Assim, quando Lula em discurso de posse anuncia emocionado o Programa Fome Zero, isso tem um significado histórico para a Nação Brasileira: “Se, ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida” (trecho do primeiro discurso do Presidente eleito, em 20/10/2002) (TAKAGI, 2010, p. 53).

A equipe de transição de governo tratou de traduzir a ideia do combate à fome em uma estruturação institucional para aquele que viria ser chamado de Programa Fome Zero, que consistia inicialmente em recriar o Consea para assessorar a Presidência da República, criar o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (Mesa) e Combate à Fome, estímulo à participação popular e pactuação no Congresso Nacional para que a Lei Orçamentária Anual – LOA de 2003 fosse votada com a inclusão de R\$ 1,8 bilhão para a execução do Programa na estrutura existente da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária, com três novas ações: Programa Cartão Alimentação; Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e; outros programas do guarda-chuva Programa Fome Zero como de educação alimentar e melhoria das condições socioeconômicas das famílias. (TAKAGI, 2010, p. 53-54).

E se uma das primeiras medidas da estratégia Fome Zero foi a recriação do Consea, afirmando o caráter participativo das novas políticas públicas, o conselho por sua vez deliberou em sua primeira reunião já no início de 2003, a proposta de lançar o primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar, evidenciando a aliança simbiótica dos movimentos em torno da alimentação, entre os que representam a produção e os que representam o consumo. Além de crédito e seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural, um dos pressupostos para este primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar seria a “criação de instrumentos de comercialização específicos para o público da agricultura familiar e camponesa.” (PORTO et al, 2014, p. 38).

FIGURA 2 BOX 1: DESENHO INICIAL DO PROGRAMA FOME ZERO – PRIORIDADES 2003

Programas Estruturais
1) Reforma Agrária:
Elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).
Plano Emergencial de assentamento de 60 mil famílias acampadas.
Recuperação de assentamentos em situação precária, beneficiando 40 mil famílias.
2) Fortalecimento da Agricultura Familiar:
Ampliação do atendimento do Pronaf B para 200 famílias.
Financiamento para agricultura familiar na safrinha
3) Projeto Emergencial de Convivência com o Semiárido:
Seguro-safra.
Abastecimento emergencial de água.
Construção de pequenas obras hídricas: cisternas e barragens subterrâneas.
4) Programa de Superação do Analfabetismo:
Pré-alfabetização nos municípios atendidos pelo Projeto Fome Zero.
Programa de educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária.
5) Programa de Geração de Emprego:
Financiamento para habitação e saneamento.
Programas Específicos
1. Restaurantes Populares.
2. Bancos de Alimentos.
3. Ampliação da Alimentação Escolar.
4. Programa Cartão de Alimentação Emergencial.
5. Educação Alimentar.

Fonte: Quadro apresentado por Maya Takagi, 2010, p. 56.

Mas também não se tratava apenas de olhar para a agricultura familiar apenas como produtora de alimentos, mas de uma importante categoria social que demandava políticas públicas para sua reprodução social, como pode ser verificado já no panorama das primeiras concepções do Programa Fome Zero na Figura 2.

A partir de 2003 “uma grande safra de novas políticas públicas” passou a funcionar como marco legal, possibilitando controle e de participação social, diretamente ou “pelo empoderamento e fortalecimento de conselhos setoriais ou regionais que passam a ter responsabilidades delegadas sobre esses programas.” O Brasil tornou-se referência internacional em políticas para o fortalecimento da agricultura familiar (CAMPOS e BIANCHINI, 2014, p. 12-15).

Dado o caráter democrático e participativo do governo, bem como a formação do governo com quadros egressos das lutas democráticas, pessoas que se formaram nos sindicatos, associações e nas mais diversas organizações onde se gestavam propostas de oposição e superação a velhos dilemas, dentre eles o do caráter excludente da modernização agrícola, ou do “primeiro-damismo” nas políticas de assistência social.

Estas políticas públicas desenvolvidas a partir do Fome Zero traduzem uma construção histórica qualificada, de experiências, fracassos e acertos na engenharia social do desenvolvimento local e sustentável. Neste presente estudo, interessam especificamente políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento local e à constituição de mercados institucionais para produtos da agricultura familiar e, precisamente o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Desde o início do Governo Lula, em 2003, um novo tema ganhou espaço na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural: a construção de mercados institucionais para a agricultura familiar (PLOEG, 2011; NIEDERLE, 2011; NEE e INGRAM, 1998 apud GRISA e SCHIMITT, 2013, p. 232).

É importante compreender que estas políticas públicas estavam articuladas e coordenadas com mecanismos de participação social que garantiam dinâmica de inovação a partir das demandas, implicando em atualizações legislativas e normativas. Em 2006 duas leis aprovadas no Congresso Nacional vão marcar a aliança entre políticas públicas voltadas para a alimentação tanto pelo lado do consumo, como da produção.

A Lei 11.326/2006 que estabeleceu “diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”⁴², que tipificou o agricultor familiar como quem vive e trabalha no meio rural em área de até quatro módulos fiscais, com mão de obra majoritariamente da família, assim como a gestão própria do empreendimento pretensamente familiar. Inclusos na classificação de agricultores familiares silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores. A Lei 12.512/2011 acrescentou a este rol povos indígenas e quilombolas.

A Lei 11.346/2006 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Fortaleceu a construção ideológica e institucional do direito humano à alimentação saudável e adequada, que foi incorporado ao rol dos direitos constitucionais. Essas estratégias estavam associadas e articuladas a diversas outras normatizações e políticas públicas como a unificação dos programas de transferências de renda através do Programa Bolsa Família ou a ampliação ano após ano dos recursos destinados à alimentação escolar e à aquisição de alimentos para assistência a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. (CAMPOS e BIANCHINI, 2016, p.15).

A evolução das políticas públicas manteve durante os governos do PT que se sucederam, a articulação entre a mão visível do complemento de renda para os cidadãos comprarem alimento de um lado, como o Programa Bolsa Família e, de outro, a mão visível da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para distribuir às populações em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional em entidades de assistência social, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

3.3.1 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar que mereceria o segundo maior volume de recursos orçamentários do Programa Fome Zero, surgira das propostas apresentadas a equipe de transição do Governo Lula por movimentos sociais como o MPA e MST. (TAKAGI, *Ibidem*, p. 54).

Sua criação institucional seguiu a um senso de oportunidade heterodoxo, com a inserção de emenda de um artigo a projeto de lei que tramitava no Congresso Nacional com ementa dedicada a “repactuação e o alongamento de dívidas oriundas

⁴² Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em 20 jul. 2016.

de operações de crédito rural”. Assim o PAA originalmente está instituído pela Lei 10.696/2003 em seu artigo 19. Posteriormente esta legislação foi alterada pela Lei 12.512/2011. O programa ainda seria regulamentado por sucessivos decretos: Decreto 4.772/2003, Decreto 5.873/2006, Decreto 6.447/2008, Decreto 6.959/2009, Decreto 7.775/2012. (PERACI e BITTENCOURT, 2010, p. 199).

Não havia nenhuma inovação no fato do PAA colocar o Estado para comprar produção de agricultores, fazendo funcionar aquilo que convencionou-se chamar de mercado institucional. Há muito tempo no Brasil as instituições públicas são acionadas para oferecerem a “mão visível” do Estado para regular a insuficiência ou os excessos deixados pela “mão invisível” do mercado.

Ao estudarem a “Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental”, Grisa e Schmitt (2014) apresentam um histórico dos instrumentos jurídicos do mercado institucional agrícola no país desde a Revolução de 30. No entanto, deve-se retroagir à República Velha, precisamente desde o Convênio de Taubaté em 1906, quando os governadores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo decidiram estabelecer dentre outras medidas frente a crise de superprodução da safra 1906-1907, a aquisição dos excedentes de café segundo preços mínimos a serem pagos pelos Estados.

A aquisição e a queima de café na década de 1930, as Aquisições do Governo Federal (AGF) desde a década de 1940 por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), as aquisições para a alimentação escolar desde a década de 1960, e o Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos (PROCAB) em meados da década de 1970, são alguns exemplos de mercados institucionais de alimentos no Brasil. A particularidade do período recente deve-se à orientação dos mercados institucionais para a agricultura familiar e a sua relação com a construção da segurança alimentar e nutricional do país e com a temática da sustentabilidade. (GRISA e SCHMITT, 2014, p. 233).

Assim, o que há de novo nos mercados institucionais surgidos a partir do PAA é justamente seu funcionamento como interface entre a agricultura familiar produtora de alimentos, em muitos casos, carente de alguma assistência para se inserir e participar do mercado e as populações assistidas pelas instituições públicas com alimentação, na perspectiva de se garantir segurança alimentar e nutricional.

Os mercados institucionais surgidos a partir do PAA tornaram-se alternativa segura de comercialização para a agricultura familiar. As diferentes modalidades visavam atender diferentes demandas dos agricultores, inclusive especificidades

regionais, com limites de valores para cada agricultor operacionalizar por ano civil, como segue:

TABELA 5 MODALIDADES DO PAA, OBJETIVOS E GESTÃO

Modalidade	Objetivos	Parceria na gestão
Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar (PNAE)	No âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar rural ou suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.	Estados, DF, Municípios e Consórcios Intermunicipais
Compra com Doação Simultânea	Atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada.	Estados, DF, Municípios e Consórcios Intermunicipais
Compra Direta	Sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos e atendimento de acesso à programas de alimentação.	Conab
Apoio à Formação de Estoques	Constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços	Conab
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Aumentar consumo de leite de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção leiteira na agricultura familiar	Estados do Nordeste Norte de Minas Gerais
Compra Institucional	Possibilita aos Estados, Distrito Federal, Municípios, Órgãos Federais o uso dos mesmos instrumentos do PAA, dispensa de concorrência para compras da agricultura familiar	Estados, DF, Municípios e Consórcios Intermunicipais

Fonte: Organizado pelo autor a partir de informações publicadas em BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Brasília: MDA, s.d., 28 p. * Há um adicional para estimular a operação associativa ou cooperativa.

Com diferentes modalidades, o PAA também tem vários atores sociais envolvidos na sua execução. A Conab por exemplo, em suas operações

optou por uma metodologia que estabelece relação direta com as organizações econômicas dos agricultores familiares, visando à aquisição dos produtos, estimulando o protagonismo de suas organizações, no planejamento, na produção e na distribuição de gêneros alimentares para populações sob insegurança alimentar e nutricional e, ainda, no fornecimento de alimentos para formação dos estoques públicos. (PORTO et al., 2014, p. 39).

Assim, para além de constituir estoques, regular preços, distribuir alimento à população em situação de insegurança alimentar e nutricional, o PAA foi concebido como ação estruturante, podendo promover até mesmo a produção sustentável, como o faz por exemplo, remunerando com 30% e acréscimo os produtos orgânicos ou pagando um prêmio para as comercializações realizadas através de associação ou cooperativa.

Como mercado institucional, o PAA supera irracionalidades do livre mercado concorrencial, como fazer agricultores concorrerem na oferta de preços abaixo da racionalidade econômica. Com o PAA a instituição pública demandante reger-se-á por processo de dispensa de licitação, partindo de referências de preços como a lista da CONAB, para chamar os agricultores familiares interessados em ofertar seus produtos. Ao invés dos agricultores locais concorrerem com uma rede de supermercados, ou com um atacadista de hortifrutigranjeiros, a instituição pública pode comprar apenas dos agricultores familiares sem que eles tenha que concorrer mesmo entre si. Superada a lógica da necessidade da competição, pode-se promover a possibilidade da cooperação. É neste sentido que Porto et al. (2014, p. 24) afirmam que “comprar da agricultura familiar é uma estratégia ganha-ganha. Ganha o governo, ganha a agricultura familiar, o gestor e ganha o público atendido”.

Uma política pública de alcance nacional em um país de dimensões continentais, exigia subestratégias para sua implementação em âmbito local. Inicialmente, o PAA foi implantado em Ivaiporã e região a partir de 2005, na modalidade Compra Direta Com Doação Simultânea, através de contratação feita pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETEPS. Este órgão, com Escritório Regional em Ivaiporã, pactuou com o MDS e apresentou projetos por municípios, mas manteve-se na gestão das contratações.

Posteriormente, o município assumiria maior protagonismo na gestão do programa e desse modo, em julho de 2010 publicou um novo edital de contratação, realizou seminário com os agricultores e organizações não governamentais com potencial de se tornarem entidades beneficiárias, escolheu o Recanto dos Velinhos Lar Santo Antônio como entidade gestora e passou-se à elaboração dos projetos. A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento coordenou os trabalhos em parceria profícua com a SETEPS, EMATER e STRI envolvido na emissão de DAP aos agricultores, para muitos pela primeira vez.

Aprovada a proposta, também através de seminário foram apresentados e entregues os cronogramas de entrega de produtos por beneficiários fornecedores e respectivas entidades beneficiárias consumidoras. Neste seminários, que ocorreram em outras circunstâncias, falavam profissionais da agronomia, da nutrição ou da vigilância sanitária, com o objetivo de pactuar responsabilidades quanto a qualidade dos produtos e do funcionamento do programa.

Entre 2010 a 2013 foram 52 agricultores familiares participantes na condição de beneficiários fornecedores e 9 entidades beneficiárias consumidoras aqui destacadas: APAE; APMF do Colégio Bento Mossorunga; APMI; Albergue Bom Samaritano; IBAS; CAPS; Projeto Renascer; Hospital Municipal de Ivaiporã; Recanto dos Velinhos Lar Santo Antônio. O PAA na modalidade Compra Direta com Doação Simultânea funcionou como complemento às estratégias que estas entidades já dispunham para alimentar seus públicos beneficiários, de modo que em geral funcionou como melhora na qualidade alimentar e nutricional.

Além da gestão da Secretaria Municipal de Agricultura, o poder público municipal também acompanhou o PAA no município com a atuação de uma assistente social e uma nutricionista. Em cada entidade beneficiária consumidora havia uma pessoa responsável pelo recebimento, pesagem e avaliação da qualidade dos produtos entregues. Apesar da funcionalidade do encontro dos beneficiários fornecedores com os beneficiários consumidores no momento da entrega, com o tempo os agricultores passaram a reivindicar uma central logística para suas entregas, arguindo que gastavam tempo e dinheiro se deslocando para entregas fracionadas entre diferentes entidades.

3.3.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

A lógica da dispensa da concorrência para os agricultores familiares estendeu-se e fez surgir um grande mercado de compras públicas, inicialmente com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e, depois, ampliado com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passou a exigir de Estados e Municípios ao menos 30% das aquisições de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. (CAMPOS e BIANCHINI, 2013, p. 14).

O PNAE é de 1979, embora registre-se em 1955 a Campanha da Merenda Escolar. Mas foi somente em 2009, com a Lei n. 11.947 de 16 de junho, que

o governo federal ampliou a alimentação escolar para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos e estabeleceu um “elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional, mediada pela valorização da diversidade de hábitos alimentares (MALUF, 2009, p. 1).

Os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino passariam então a utilizar o mínimo de 30% dos recursos da alimentação escolar repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, inclusive com sobrevalorização de produtos orgânicos, mas não sem problemas. Municípios mais populosos e Estados tiveram dificuldades em operacionalizar a obrigatoriedade mínima. Por outro lado há exemplos de municípios que passaram comprar 100% da alimentação escolar diretamente da agricultura familiar.

A estudarem as “Políticas públicas e a construção de mercados: percepções a partir de iniciativas de merenda escolar”, Sonnino, Spayde e Ashe (2016) relacionam a importância do Estado frente “às forças de globalização” no uso de seu “poder de regulação” e “também o papel educacional” que pode exercer sobre diferentes grupos da sociedade civil. (SONNINO, SPAYDE e ASHE, 2016, p. 313).

uma genuína transformação do sistema alimentar exige não apenas uma *coletânea* de reformas, mas a *coordenação* delas em vários setores e níveis. Neste ponto, o Estado emerge como um ator poderoso: seu poder regulatório, orçamento gigantesco e, não menos importante, seu mandato para atuar em nome do interesse público o dotam de autoridade singular tanto sobre a oferta quanto sobre o consumo de alimentos. (Ibidem, p. 313).

Esse poder do Estado em normatizar e induzir condutas sociais desejáveis através da alimentação escolar fica evidente na Resolução 26/2013 do FNDE que dispôs sobre o PNAE, quando na definição das diretrizes da alimentação escolar, foram elencados princípios que vão do direito à alimentação saudável e adequada, respeitada a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica, participação da comunidade no controle social, apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos, e o direito à

alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social. (FNDE, 2013, Art. 2º).

Na arquitetura institucional do PNAE, temos o FNDE como repassador de recursos a Estados e Municípios, segundo número de alunos apontados em censo escolar. Os Estados podem ainda delegar aos Municípios o atendimento de seus alunos, autorizando que os recursos sejam repassados diretamente às Prefeituras Municipais. Os valores variam segundo número de alunos, nível de ensino e se a escola funciona em apenas um período ou em tempo integral.

TABELA 6 VALORES REPASSADOS ALUNO/DIA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Escola / Modalidade de Ensino	Valor Aluno/Dia R\$
Creche	1,07
Educação Infantil	0,53
Ensinos Fundamental, Médio e EJA	0,36
Escolas Indígenas e Quilombolas	0,64
Escolas de Período Integral	1,07*

Fonte: Organizada a partir de consulta em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>> em 07 set. 2017. * Valores acrescentados pelo Programa Mais Educação.

Os mecanismos de controle são exercidos pelo próprio órgão repassador, o FNDE, pelo TCU e pelo Ministério Público, além dos Conselhos de Alimentação Escolar com participação da sociedade civil.

Em Ivaiporã a implementação do PNAE encontraria obstáculos que contribuiriam para a reflexão e para a concepção do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. Quando se iniciaram as conversas com os agricultores sobre as portas que se abririam para a agricultura familiar na alimentação escolar, foram imediatas críticas à forma como estava sendo conduzido o PAA. A principal queixa dos agricultores, capitaneada pela representação do STRI e do CMDR, era de que ao se deslocarem para entregarem seus produtos nas diferentes instituições beneficiárias da compra direta com doação simultânea, os agricultores estavam deixando seus ganhos empatados em custo de transporte e por isso queriam entregar em uma central.

Em 2012, com o propósito de se absorver os produtos do PAA e PNAE no local tradicionalmente utilizado como depósito e central de distribuição da merenda

escolar encontrou frontal resistência de sua zelosa gestora, nutricionista efetiva da prefeitura municipal. Argumentava não haver mais espaço no local onde se acondicionava a merenda das escolas municipais e das escolas estaduais do Núcleo Regional de Ensino – NRE da Secretaria de Estado da Educação – SEED. Nos debates, a profissional também ponderava sobre dificuldades de se trabalhar com os produtos da agricultura familiar, comparativamente aos produtos industrializados da merenda escolar, em função da perecibilidade e da falta de padrão. Relatava inclusive reclamações das merendeiras quanto a dificuldades na manipulação de tais produtos, em geral sem padronização e classificação. (CORRÊA JR., 2013, p. 11)

Em 2017, a gestora da alimentação escolar no sistema municipal de ensino, escreve que haveria

possibilidade da Rede Estadual de Ensino e o Município em comum acordo optar pela municipalização da merenda, porém, no caso de Ivaiporã seria inviável devido à capacidade estrutural (espaço físico / recursos humanos, etc).⁴³

Repete o que dissera meia década antes, de que a gestão da merenda escolar de Ivaiporã apresentava dificuldades para realizar aquisições da agricultura familiar, por falta de espaço adequado ao armazenamento dos produtos, para posterior distribuição para as escolas e centros de educação infantil.

A criação do Mercado da Agricultura Familiar atendeu a esta motivação objetiva: servir como unidade logística de distribuição dos produtos adquiridos da agricultura familiar para o PAA e PNAE. Vale lembrar que a dissolução da APRI desarticulou essa parceria entre o Mercado e a Secretaria Municipal de Educação, recolocando o problema da falta de espaço e logística para as compras da agricultura familiar.

Contudo, os ganhos para a agricultura familiar local poderiam ir muito além. Ponto emblemático da legislação do PNAE de 2009 foi a utilização mínima de 30%, garantida a liberdade para uso de até 100% dos repasses do FNDE em aquisições de produtos da agricultura familiar. Para ilustrar tal possibilidade, a partir de 2013 alguns municípios paranaenses passaram a utilizar todos os recursos federais, mais recursos municipais nas compras da agricultura familiar, como se vê na Tabela 7:

⁴³ Informação concedida por *e-mail* pela nutricionista Daiane Beatriz Sales, repetindo sua preocupação com armazenamento e logística na operação com produtos da agricultura familiar.

TABELA 7 100% DOS REPASSES DO FNDE PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Municípios / % adquirido da AF	Repasse FNDE 2013 % adquirido da AF	Repasse FNDE 2014 % adquirido da AF
Esperança Nova	143,53	100,52
Guaporema	72,27	100,41
Mirador	57,64	100,43
Paraíso do Norte	46,96	112,46
Santana do Itararé	0,00	117,37
Santa Mônica	112,95	38,89

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>

É certo que há diversas circunstâncias que podem agir de forma incidental ou até acidental sobre as compras da alimentação escolar, especialmente quanto à alegada burocracia das compras públicas. A liberdade para se comprar da agricultura familiar para além dos 30% obrigatórios, pode ficar suscetível à discricionariedade de gestores, sofrer com descontinuidades administrativas, ou não ser acessada por desconhecimento e desmobilização dos agricultores familiares.

Em Ivaiporã, fica evidente a possibilidade de expansão do mercado institucional da alimentação escolar, avançando na substituição de compras do sistema agroalimentar globalizado, por alimentos da agricultura familiar local.

Viabilizada as condições estruturais para a municipalização da alimentação escolar dos estudantes ivaiporaenses matriculados nas redes de ensino municipal – PMI 3.215, estadual – SEED/NRE 3.279 e federal – IFPR 341, nas mais diferentes modalidades de ensino atendidos pelo PNAE; viabilizaria-se uma gestão unificada de 7.315 “alunos atendidos”.

Sobre os 3.215 “alunos atendidos” pela rede municipal de ensino no ano de 2016, conseguimos detalhar modalidades de ensino, refeições servidas, custo médio das refeições, recursos repassados pelo FNDE e recursos municipais investidos por ano, conforme Tabela 8, que poderia ser chamada de “mapa da mina”. Não nos ocupamos de obter informações detalhadas dos “alunos atendidos” na rede estadual (SEED/NRE) e federal (IFPR), mas entendemos que suas demandas e prestações de contas deveriam estar disponibilizadas numa mesma planilha, de acesso público, de modo a orientar as ações dos agricultores familiares.

Sob a ótica do desenvolvimento local, sustentável, o mercado institucional de compras da agricultura familiar poderia promover parcerias institucionais para gestão de todas as ações possíveis: PAA, PNAE, Compra Institucional da PMI e de

todos os órgãos públicos estaduais e federais com poder de compra, como regionais de Secretarias de Estado, Campus da UEM, Campus do IFPR, etc.

TABELA 8 PNAE IVAIPORÃ: ALUNOS / REFEIÇÕES / CUSTOS / 2011 – 2016

Modalidades / Alunos, refeições e custos / Anos		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Creche	Alunos atendidos	207	297	328	327	441	496
	Refeições servidas	124.200	237.600	262.400	235.600	352.800	396.800
	Custo médio refeição	0,38	0,39	0,34	0,45	0,45	0,53
	Repasses FNDE	24.840,00	49.896,00	65.600,00	65.400,00	88.200,00	108.020,00
	Recursos Municipais	20.423,00	40.573,43	24.433,12	40.000,00	70.141,23	102.000,00
Pré-Escola	Alunos atendidos	427	437	416	434	472	481
	Refeições servidas	83.400	262.200	332.800	283.600	234.200	192.400
	Custo médio refeição	0,31	0,23	0,46	0,3	0,5	0,62
	Repasses FNDE	25.020,00	36.708,00	68.100,00	70.900,00	70.500,00	78.550,00
	Recursos Municipais	0,00	21.677,14	20.000,00	15.000,00	48.000,00	40.000,00
Fundamental	Alunos atendidos	2.019	1.572	1.586	1.568	1.508	1.498
	Refeições servidas	378.400	314.400	317.200	455.200	301.600	299.600
	Custo médio refeição	0,31	0,31	0,35	0,37	0,47	0,54
	Repasses FNDE	113.520,00	92.670,00	95.160,00	143.640,00	90.480,00	98.928,00
	Recursos Municipais	0,00	0,00	16.289,00	25.600,00	50.000,00	62.746,79
Programa Mais Educação	Alunos atendidos	349	758	752	230	959	525
	Refeições servidas	106.794	454.800	451.200	138.000	575.400	236.250
	Custo médio refeição	0,3	0,22	0,22	0,33	0,28	0,5
	Repasses FNDE	20.940,00	63.480,00	81.216,00	17.904,00	108.888,00	117.708,00
	Recursos Municipais	10.000,00	35.508,67	16.289,80	27.000,00	50.000,00	0,00
EJA	Alunos atendidos	140	139	202	218	216	173
	Refeições servidas	28.000	27.800	40.400,00	43.600	43.200	34.600
	Custo médio refeição	0,31	0,31	0,41	0,41	0,53	0,63
	Repasses FNDE	8.400,00	8.340,00	12.120,00	13.080,00	12.960,00	11.676,00
	Recursos Municipais	0,00	0,00	4.433,12	5.000,00	10.000,00	10.000,00
Atendimento Educacional Especial	Alunos atendidos	0	0	87	149	79	62
	Refeições servidas	0,00	0,00	34.800,00	59.600,00	47.400,00	24.800,00
	Custo médio refeição	0,00	0,00	0,25	0,33	0,38	0,48
	Repasses FNDE	0,00	0,00	8.700,00	14.900,00	7.900,00	6.990,00
	Recursos Municipais	0,00	0,00	0,00	5.000,00	10.000,00	5.000,00
Totais	Alunos atendidos	3.203	3203	3.371	2.926	3.675	3.235
	Refeições servidas	720.794	1.296.800	1.438.800	1.215.600	1.554.600	1.184.450
	Custo médio refeição	0,31	0,27	0,29	0,34	0,39	0,54
	Repasses FNDE	193.428,00	252.744,00	330.896,00	292.272,00	373.968,00	421.872,00
	Recursos Municipais	30.423,00	97.759,24	81.444,24	117.600,00	238.141,23	219.746,79
	Valor aquisições	223.851,00	350.503,24	412.340,24	409.872,00	612.109,23	641.618,79
	Valor aquisições AF	36.063,24	58.092,25	40.240,00	100.395,21	111.163,97	130.887,69
	% adquirido AF / IVP	18,64	22,98	12,16	34,35	29,70	31,00

Fonte: Organizada com dados da Gestão da Merenda Escolar da PMI, extraídos do SIGPC/FNDE.

A fragmentação organizacional contemporânea só interessa aos mercados concorrenciais. A planificação, a sistematização das compras institucionais, interessa à economia solidária e, interessa à organização produtiva da agricultura familiar a partir de uma outra racionalidade: da associação, da cooperação.

“Mapas das minas”, planilhados, com a atualidade dos hipertextos das redes sociais, para diferentes dispositivos, expondo em tempo real, de um lado, a oferta quantificada, precificada e, de outro, a demanda pormenorizada, dos mercados institucionais, demandas das famílias, de atacados; precisam ser publicizados de modo a contribuir com a coordenação das ações coletivas e individuais para o comércio direto, o mais direto possível entre agricultores e consumidores.

4 MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IVAIPORÃ

Iniciemos nossa análise da locução “mercado da agricultura familiar” de Ivaiporã, tratando-a como substantivo comum e, tentemos enxergar nele os seus agentes, especialmente os agricultores.

A contemporânea agricultura familiar está em Ivaiporã, como em todo o Brasil, cada vez mais cercada pelo agronegócio produtor de *commodities*. A febre da soja que se intensificou neste primeiro quinto do século XXI, levou agricultores capitalizados e com acesso a crédito subsidiado a arrendar mais e mais terras a cada safra, virando pastos, cafezais, pomares, tudo: em soja.

Vestígios de policultura e de gente no meio rural, vão sendo tombados: casas de madeira, tulhas, mangueiras, cercas, poços, etc. A agricultura vai virando monocultura e agronegócio: retira-se a cultura e fica o agro, mais afeiçoado ao negócio, ao “*tecno*”, ao “*pop*”.⁴⁴

Uma referência importante de como avançou essa lógica da chamada modernização agrícola em Ivaiporã e região, e de seus impactos no esvaziamento demográfico, especialmente com o êxodo de agricultores familiares com dificuldades de se adaptar as exigências do mercado agrícola voltado para a produção mecanizada e em grande escala, está posta no trabalho de Cleiton Denez, “A dinâmica populacional na região de Ivaiporã PR (1970-2010)”:

O esvaziamento populacional se apresentou de forma intensa na área rural, houve crescimento da população urbana na região, porém, se comparado com queda da população rural foi de pequena proporção. A partir da década de 1980 a queda da população rural foi intensa. (2011, p. 142)

O quadro dos pequenos sítios habitados apenas pelo casal de agricultores familiares já com idade avançada, que resistiram aos êxodos que levaram seus filhos e netos a buscarem nas cidades perspectivas de vida bem distintas da tradição de subsistência camponesa, tornou-se símbolo de saudosismo e retrato da mudança que atingiu o meio rural ivaiporaense. Em alguns casos ainda resiste

⁴⁴ Impossível ignorar propaganda massiva e agressiva disseminada a partir do ano de 2015 pela Rede Globo de Televisão, mais assistido canal da TV aberta brasileira. A campanha publicitária trabalha com o bordão “agro é tecno, agro é pop” e mais uma porção de adjetivos que esterilizam ideologicamente a agricultura, despindo-lhe de qualquer cultura. Não faltam patrocínios à campanha publicitária.

apenas a velha casa de madeira em meio ao pasto ou plantio de soja arrendado. Este é um quadro recorrente na Ivaiporã retratada em sua modernização agrícola.

Não há como caracterizar o mercado da agricultura familiar ignorando impactos no lado da oferta, com o êxodo rural que reduziu a população rural de Ivaiporã em 82,29% entre 1980 e 2010. Por certo que estes são números genéricos que não explicam aqueles que se mantiveram na agricultura mas passaram a residir na cidade, ou a própria diminuição do tamanho das famílias.

Mas se tais ponderações minimizam a gravidade da perda de população rural na oferta da agricultura familiar no mercado local, a modernização agrícola e a monocultura maximizaram restrições, com a crescente produção de *commodities* para o mercado globalizado avançando sobre as terras da agricultura familiar.

A modernização agrícola afetou o mercado local da agricultura familiar pelo lado da oferta, não apenas em função da redução drástica da população rural, mas em função das mudanças nos hábitos alimentares que acompanharam a modernização agrícola. Em Ivaiporã e região, a oferta de assistência técnica e extensão rural voltada a produção de hortifrutigranjeiros ou de produtos artesanais, para que os agricultores se atualizassem com os novos padrões de classificação demandados pelo mercado, apesar de esforços inovadores, inclusive em agricultura orgânica, não conseguiu se estender ao conjunto dos agricultores familiares.

Afetou também pelo lado da demanda, já que a mudança de hábitos alimentares levou à valorização de industrializados e pré processados pelos consumidores. E embora a população urbana de Ivaiporã tenha crescido 17,93% entre 1980 e 2010, não pode ser ignorada a contração da demanda, pela própria diminuição da população total de Ivaiporã na ordem de 33,71% no mesmo período.

O mercado alimentar em Ivaiporã, onde poderiam fluir produtos da agricultura familiar, seguiu a lógica do mercado alimentar globalizado. Com tendência ao consumo de produtos industrializados, processados e *in natura*, provenientes de centrais de abastecimento como a CEASA de Londrina, produziu-se ao longo do tempo um sufocamento das ofertas da agricultura familiar local.

Na década de 1980 existiam os “Caminhões de Frutas” que estacionados lado-a-lado constituíam uma importante feira de hortifrutigranjeiros. A feira tradicional de Ivaiporã nos anos 1990 reunia bancas que podiam ser contadas nos dedos de uma mão, não sendo poucas as vezes de realizar-se apenas com a banca de um único produtor resistente. Quando se investiu na Feira Sol e Lua nos finais daquela

década, estimulou-se a participação de produtores de hortifrutigranjeiros, mas a maioria das bancas acabou sendo instaladas por não-agricultores, oferecendo produtos semi-processados como sucos e frituras.

Quando em 2012 se começou a debater a instalação do “Mercado da Agricultura Familiar” em Ivaiporã, os grandes volumes de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, *in natura* e artesanais, circulava nas bancas de supermercados e estabelecimentos conhecidos por frutarias, quitandas ou sacolões.

Com exceção dos produtores de folhosas, os agricultores familiares de Ivaiporã não encontravam espaço para seus produtos nestas empresas, com inúmeros relatos de desprezo pela produção local.

Mas mesmo avançada a modernização agrícola na região de Ivaiporã, com seus impactos no mercado local de alimentos, tanto pelo lado da oferta como da demanda, o fato é que há algum tempo este paradigma apresenta problemas estruturais, pontos de gargalo e saturação. Sobre isso, Darolt (2013) cita o relatório do IAASTAD de 2008 que denuncia a diminuição da produção de alimentos e da diversidade alimentar para os mercados internos de muitos países, em função da volatilidade de preços (p. 141). São justamente os sinais de saturação do paradigma da modernização agrícola que abriram o debate para novas proposições de desenvolvimento local que buscam ir além de fatores técnico-produtivos, econômicos e ambientais, incorporando reflexões éticas, sociais e culturais.

Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais podem ser incorporados nas relações entre produção e consumo. Os circuitos curtos de comercialização são iniciativas que buscam retomar o contrato entre produtores e consumidores (DAROLT, 2013, p. 164).

Sintonizada com a modernização agrícola, Ivaiporã também viu vicejar estes novos valores com certa repercussão e, é neste contexto que iniciamos nossa análise da locução “Mercado da Agricultura Familiar” em Ivaiporã como um substantivo próprio, denominador da experiência de construção social de mercado, sob o poder associado de agricultoras e agricultores familiares locais, institucionalizado através da Associação dos Produtores Rurais de Ivaiporã – APRI.

Todavia, esta experiência não se deu apenas pelo voluntarismo empreendedor dos agricultores locais. Abordando a “construção social dos mercados [...] de nicho, redes alternativas e mercados encaixados”, SCHMITT e

GRISA observam que em geral, experiências análogas não são

resultado, unicamente, da mobilização de “atores privados”. Implica também a atuação do Estado na formação, manutenção e regulação desses circuitos de troca envolvendo também, em muitos casos, “atores não-econômicos” (ONGs, movimentos sociais, associações de consumidores, entre outros), mediante redes e formas organizacionais híbridas: econômicas e não econômicas, públicas e privadas, diretamente envolvidas em operações de mercado ou atuando como agentes intermediários, na coordenação ou regulação desses distintos circuitos de produção e consumo. (SCHMITT e GRISA, 2013, p. 227).

O caráter social da construção do “Mercado da Agricultura Familiar” em Ivaiporã está expresso na influência da implantação do PAA e PNAE, políticas públicas de âmbito nacional que, aplicadas no âmbito municipal fomentaram agricultores a participarem inicialmente do mercado institucional, preparando-os para a participação no mercado concorrencial. Está expresso na co-participação do poder público, através da Prefeitura Municipal, EMATER e SEBRAE na organização associativa dos agricultores familiares, até então desarticulados pela concorrência do mercado. Está expresso na participação das organizações e representações coletivas dos próprios agricultores, como STRI, CRESOL e CMDR.

4.1 ANTES DA ASSOCIAÇÃO: NO PRINCÍPIO ERA O VERBO, CONCORRER

A agricultura familiar de Ivaiporã começou a experimentar o mercado institucional com o PAA a partir de 2005, na modalidade Compra Direta Com Doação Simultânea em projetos desenvolvidos inicialmente pela SETEPS. Em 2010 a PMI assumiu a elaboração dos projetos que receberam aditivos sucessivos até 2013, quando o programa deixou de funcionar em Ivaiporã, dado o forte refluxo do PAA em função da Operação Agro-fantasma⁴⁵ deflagrada pela Polícia Federal.

Mas é inegável que enquanto funcionou em Ivaiporã, o PAA serviu como estímulo para agricultoras e agricultores familiares produzirem para comercializar no mercado local de alimentos. Pelo histórico da agricultura ivaiporaense em sentido

⁴⁵ Partiu-se do pressuposto do “mau gerenciamento do PAA, considerando principalmente que a forma com que vinha sendo conduzido era ilícita. Muitas das alegações diziam respeito a acordos entre produtor, entidade e coordenação para entregar menos produtos, mas recebendo como se estivesse entregando a mais para compensar o baixo valor pago, compra ou empréstimo de produtos de terceiros para entrega no projeto, troca de produtos não autorizada pela CONAB, produtos constando como sendo entregues em grandes quantidades em períodos climáticos desfavoráveis para sua produção (ex.: produtos de verão entregues no inverno), entre outras.” (GRISA e TRICHES, 2013, p. 11)

lato, a modernização agrícola estimulara, porque não dizer que conduziu, a todos para a monocultura de *commodities*. Os agricultores familiares que não conseguiram ou simplesmente não seguiram a conversão à mecanização, ou temendo perder autonomia não quiseram arrendar suas terras, também não tinham muita opção de produção para trocas mercantis, já que o sistema agroalimentar dominara o mercado local de hortifrutigranjeiros com produtos trazidos de fora.

A Compra Direta Com Doação Simultânea, trazendo recursos do Tesouro Nacional para o âmbito municipal, diretamente em conta bancária vinculada à finalidade, gerida por entidade beneficiária da recebedora, que com outras entidades da sociedade civil, atuantes na alimentação de populações em situação de vulnerabilidade alimentar, compram da agricultura familiar local alimentos frescos, *in natura* e mesmo processados, estabelecendo relações diretas entre agricultores e consumidores, entre campo e cidade, constituiu-se em arquitetura institucional inovadora, indutora da construção social de mercados locais, não por acaso, premiada e replicada em todo o mundo.⁴⁶

Há que se observar na Tabela 9 dois aspectos importantes. Primeiro, que a execução do PAA se dava a partir de projetos, o que é positivo pela ótica da previsibilidade. Mas a evidente falta de regularidade nos períodos de vigência sugerem algum imprevisto, que anulam a possibilidade da projeção e da planificação da produção aos agricultores familiares. Segundo, que entre o projeto do ano de 2010 e seus aditivos, há uma diminuição pela metade no número de produtores participantes, o que expressa alguma contradição de caráter excludente, talvez a própria falta de previsibilidade que se esperava do programa.

O PNAE também representou um “mercado cativo” para dezenas de agricultores ivaiporaenses. Para se ter uma ideia da demanda institucional por alimentação escolar, no ano de 2011, quando foi implantado o programa no município, a Rede Municipal de Ensino de Ivaiporã atendeu 3.203 alunos servindo-lhes 720.794 refeições, ao custo médio de R\$ 0,31 cada refeição. Para tanto, em

⁴⁶ “O Brasil é referência mundial no combate à fome e à miséria. E o país não tem se negado à responsabilidade de compartilhar seu conhecimento”, declarou o diretor-geral do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO, o brasileiro José Graziano, durante painel no Seminário Internacional PAA + Aquisição de Alimentos no Ano Internacional da Agricultura Familiar, realizado em Brasília, no ano de 2014. Foi neste ano que o Brasil apareceu no Relatório denominado “Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil (SOFI na sigla em inglês) com redução de índices de extrema pobreza e da fome a níveis suficiente para retirar o país do “mapa da fome no mundo”. Disponível em <<https://www.fao.org/scAIAF10PAA.asp>>. Acesso em 09 ago. 2017.

valores da época, o FNDE repassou R\$ 193.428,00 e foram utilizados R\$ 36.063,24 em aquisições de produtos da agricultura familiar, precisamente 18,64% do montante repassado. Vale lembrar que a PMI aportou R\$ 30.423,00 e que embora a lei exigisse um mínimo de 30% dos repasses do FNDE em aquisições dos agricultores familiares, nada impedia que o montante de R\$ 223.851,00 fosse investido 100% na compra de alimentação escolar produzida pela agricultura familiar. Mas para além da legalidade, há outras dificuldades para esta conversão.

TABELA 9 PAA EM IVAIPORÃ ENTRE 2010 E 2014

PAA Projetos / Contratações	Número de Produtores	Valor do Projeto (R\$)	Média por Produtor (R\$)
Projeto (2010)	30	114.983,80	3.832,79
1º Aditivo (2011)	5	17.993,75	3.598,75
2º Aditivo (2012)	18	70.285,72	3.904,70
3º Aditivo (2012)	15	59.788,25	3.985,88
4º Aditivo (2013)	15	54.106,71	3.607,11

Fonte: Relatório de Cumprimento do Projeto, Lar dos Velhinhos, s. d.

Para o ano de 2012, havia o desafio de ampliar esta participação da agricultura familiar na alimentação escolar e na arena de debates do CMDR ouviram-se os desafios apontados pelos agricultores e seus representantes: a principal queixa dos agricultores, capitaneada pela representação do STRI era de que ao se deslocarem para entregarem seus produtos nas diferentes instituições beneficiárias do Compra Direta Com Doação Simultânea, e agora com as entregas pulverizadas em diferentes escolas, os agricultores estavam deixando seus ganhos empatados em transporte, demandando portanto, local para centralizar entregas.⁴⁷

Mas o propósito de absorver os produtos do PAA e PNAE no local tradicionalmente utilizado como depósito e central de distribuição da merenda escolar, encontrou resistência da gestão da unidade. Argumentava-se não haver mais espaço no local onde se acondicionava a merenda das escolas municipais e das escolas estaduais do Núcleo Regional de Ensino – NRE da Secretaria de Estado da Educação – SEED. Ponderava-se sobre reclamações das merendeiras sobre dificuldades na manipulação dos produtos da agricultura familiar na merenda

⁴⁷ Inicialmente as políticas públicas ligadas à aquisição da agricultura familiar celebraram a possibilidade do encontro de agricultores e cozinheiras ou merendeiras na recepção dos produtos, como espaço e momento para avaliações entre ofertantes e demandantes. Mas tal idealização parece ter sido relevada, como se vê na indicação de centrais logísticas de abastecimento local, na publicação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Manual de Implantação: Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar. Brasília, março, 2011.

escolar, quando comparados com produtos industrializados, seja por falta de padronização, classificação, ou por serem perecíveis. (CORRÊA JR., 2013, p. 11).

A servidora pública gestora e responsável técnica pela nutrição de todas as alimentações servidas pelas instituições educacionais e de saúde da municipalidade, qualificou o debate sobre os desafios que se tinha para a ampliação do mercado institucional da agricultura familiar. Das reflexões ali postas, surgiu a concepção do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã.

Na época tinha muita dificuldade, dentro do Programa de Alimentação Escolar. O produtor colhia o produto lá, trazia na cidade, tinha que entregar de escola em escola. E o Mercado, a gente conseguiu passar por dentro do Mercado aquela produção. Mesmo sem ser associado, ele trazia no Mercado, e dali fazia a distribuição através da Prefeitura. Então o Mercado era uma referência, que quem não era associado trazia ali e, principalmente o associado. Então facilitou muito a questão da alimentação escolar e a gente conseguiu atingir os 30% mínimo que era necessário. (MENDES, 2016).

Mas se haviam ponderações críticas às aquisições da agricultura familiar, haviam também aspectos que potencializariam o sucesso do PNAE em Ivaiporã. Especialmente o fato das matrículas na Educação Infantil terem saltado de 341 em 2009 para mais de 734 em 2012, além de terem sido ampliadas as turmas de Educação de Jovens e Adultos de duas para dez e, sete das dez escolas municipais ofertantes das séries iniciais do Ensino Fundamental, passarem a acolher seus alunos em período integral em sintonia com a estratégia “Mais Educação” do MEC, aumentando o número de refeições servidas na rede escolar municipal, que saltaram de 720.794 no ano de 2011 para 1.184.450 em 2016.

E se a exploração do potencial do mercado institucional da agricultura familiar não avançou como poderia, o fato é que a implantação do PNAE e a dificuldade em armazenar os produtos a serem entregues pelos agricultores familiares, para posterior distribuição nas escolas municipais, fez brotar a ideia de uma unidade logística a ser instalada em salão comercial locado pela PMI, recém-desocupado na época, com transferência da Biblioteca Municipal para sede própria. Em 2 de março de 2012, um grupo de agricultores foi conhecer o espaço com a ideia de instalar o pretendido Mercado da Agricultura Familiar ali, na avenida Castelo Branco, no centro da cidade. Em improvisada, mas histórica reunião, houve um encantamento com o espaço, mas soube-se *a posteriori* que o novo proprietário do imóvel não o alugaria mais para a Prefeitura.

FOTO 1 VISITA À RECÉM-DESOCUPADA BIBLIOTECA PÚBLICA



Foto: Ivan Mandonado, 2012.

Mesmo com a primeira frustração, seguia o movimento em torno da ideia lançada. Dias depois, a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços de Ivaiporã organizou uma excursão técnica para levar os agricultores mobilizados ao município de Nova Aurora, para conhecerem e trocarem informações sobre as experiências da agricultura familiar local. Nova Aurora, com 11.753 habitantes (IBGE, 2010) dispunha naquele momento de um Centro de Comercialização da Agricultura Familiar e 17 agroindústrias, responsáveis por dezenas de empregos e pela geração de renda aos agricultores.

Com as ideias na cabeça, os agricultores acabaram encontrando um outro salão comercial, na mesma avenida, em local arborizado e com amplas possibilidades de estacionamento. Levaram a proposta do local à PMI, que aprovou e encaminhou à Câmara de Vereadores projeto de lei que se converteria na Lei 2.162, de 16 de maio de 2012, que dispôs:

sobre a locação e posterior concessão de uso de imóvel, em caráter excepcional, mediante locação de prédio e/ou barracão, conforme dispõe o art. 41, da Lei Municipal nº 1.940, de 19/04/2011, ainda, de encontro com a Política Agrícola estabelecida na Lei Orgânica do Município de Ivaiporã/PR

O imóvel foi locado pela PMI para ser cedido para uso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Ivaiporã – CMDR, “para a instalação e implantação do MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE

IVAIPORÃ”. Com salvaguardas, como de que o imóvel se destinaria “única e exclusivamente, para fins de comércio de produtos agrícolas”, ou de que “o cessionário, de forma imediata, terá que dar início às atividades comerciais, sob pena de revogação da cessão”, a lei assegurou ainda que as despesas com água e luz correriam por conta do Município. Os agricultores também obtiveram compromisso do poder público local da cessão de um servidor público municipal para atuar em atividades administrativas do Mercado.

Estes fatos estão entremeados de movimentações diversas entre diferentes atores individuais e coletivos, do poder público e da sociedade civil: Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços, Secretaria Municipal de Educação, EMATER, SEBRAE, CMDR, STRI, CRESOL.

FOTO 2 REUNIÕES PREPARATÓRIAS PARA CONSTRUÇÃO DO MERCADO



Foto: Ivan Maldonado, 2012.

As reuniões preparatórias à fundação do Mercado haviam debatido a adequação do formato associativo ou cooperativo. Pela natureza econômica do empreendimento, considerava-se a cooperativa mais adequada, justamente pela natureza jurídica da finalidade. Venceu a associação sem fins econômicos, após

ponderações quanto aos encargos burocráticos de cada tipo jurídico e a expectativa, depois confirmada, de que não se alcançaria o mínimo de 20 membros exigidos legalmente para a constituição de sociedades cooperativas.

4.1.1 A institucionalização do associar-se: a fundação da APRI

Vários analistas têm afirmado que a teorização sobre os movimentos sociais é a parte mais difícil, na qual se encontra as grandes lacunas na produção acadêmica. Por quê? Porque, concordando com Melucci, eles são "parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é portadora imediata de tessitura relacional da sociedade e do seu sentido" (MELUCCI, 1994 apud GOHN, 1997, p. 12).

Existiam até então diferentes tipos de medos por parte daqueles agricultores em formalizar uma associação, qualquer que fosse sua natureza. Mas agora, com as contrapartidas do poder público e a cessão de uso do imóvel locado ao CMDR, já que não existia uma entidade própria para a gestão do Mercado da Agricultura Familiar, estava maturada a ideia de que era necessária a institucionalização de uma associação que representasse aquele movimento e seus objetivos.

A assembleia geral de constituição da Associação dos Produtores Rurais de Ivaiporã aconteceu na noite de 23 de maio de 2012, na Câmara Municipal de Vereadores, com a participação de 32 subscreventes na folha de presenças. Devidamente publicado o edital de convocação no Jornal Tribuna do Norte com antecedência necessária, a assembleia foi presidida pelo Presidente do STRI, Donizete Santos Pires e deliberou pela fundação da APRI, com o Estatuto Social aprovado por 31 votos e 1 abstenção e o Regimento Interno por unanimidade. As minutas dos documentos haviam sido elaboradas pela EMATER.

Nem todos os participantes na assembleia quiseram figurar como associados-fundadores. Dos 32 votantes, apenas 21 aceitaram este desafio. Na sequência, apenas 17 se dispuseram a subscrever "100 quotas no valor total de R\$ 100,00 (cem reais)", que foi a joia estipulada para a associação dos fundadores, joia essa aumentada para um salário-mínimo⁴⁸ para aqueles que quisessem se associar a posteriori. Por óbvio que a subscrição das quotas totalizaram "(Dois Mil e Cem Reais), integralizados pelos associados, em moeda corrente nacional, a ser dividido

⁴⁸ O valor do Salário Mínimo definido pelo Decreto Federal 7655 de 23 de dezembro de 2011 para o ano de 2012 era de R\$ 622,00. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7655.htm>. Acesso em 18 mar. 2017.

igualmente entre os associados desta associação”. (ATA 1, 2012)

Se observarmos as informações sobre a participação dos agricultores familiares de Ivaiporã no PAA, no PNAE e na APRI à época em que esta foi criada, chegamos ao número de 70 agricultores. Há neste rol agricultores de uma mesma família, mas todos com aquilo que os caracterizam junto ao Estado, para participação nas políticas públicas: a DAP. Houve um trabalho de arregimentação de interessados, inicialmente com organizações públicas e da sociedade civil, posteriormente com os agricultores familiares em geral. As subtrações entre os convidados, os que foram à assembleia, os que subscreveram como fundadores e os 17 agricultores familiares que se dispuseram a integrar a APRI, expressam no mínimo a desconfiança com o que viria a ser o empreendimento coletivo.

Constituída a APRI, a assembleia tratou de eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal da associação, com a seguinte estrutura organizacional: Diretoria constituída de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro; Conselho Fiscal, com três Titulares e três Suplentes. Com exceção do 1º Secretário, Anivaldo Mendes, eleito para a função certamente por sua experiência no mesmo encargo no CMDR e no STRI, os demais dirigentes eleitos demonstrariam durante a gestão da APRI forte comercialização de seus produtos no Mercado.

Ficou consignada na ATA 01 também, a declaração dos subscritores “a inexistência de parentesco até o 2º Grau em linha reta ou colateral, entre conselheiros eleitos assim como com os conselheiros para a administração.” Uma racionalidade inserida para neutralizar relações familiares no Mercado da Agricultura Familiar, ao menos na gestão.

Inicialmente com 17 associados à APRI chegou a 28 em seu apogeu. Na impossibilidade de chegar a todos, entrevistamos 12 destes sócios, dois deles que se mantiveram apenas como dirigentes e 10 que foram, precisamente, aqueles que mais operaram no Mercado da Agricultura Familiar e que permaneceram, depois da dissolução da APRI, participando do mercado local de hortifrutigranjeiros, através de duas sociedades civis distintas, como veremos adiante. A partir dessa amostra representativa, revela-se uma caracterização possível do quadro social da APRI.

A escolaridade da maioria dos associados entrevistados é de ensino médio completo, mas há também aqueles que não conseguiram concluir o ensino fundamental. Há também quem concluiu o ensino superior, inclusive tendo atuado no mercado de trabalho com a profissão na qual se habilitara e, depois, voltara para a

vida de agricultor, experimentada desde a infância.

Perguntados sobre os meios através dos quais buscam informação e formam opinião, a quase totalidade disse ter a televisão como principal fonte, aparecendo bem posicionada em segunda colocação a internet. Jornais e o rádio, apenas para a minoria. Alguns lamentaram não ter sinal de celular e de internet. Houve quem dissesse que se informa e busca opinião nas conversas na cidade.

TABELA 10 CARACTERIZAÇÃO AGRICULTORES ASSOCIADOS / AMOSTRAGEM

QUESTÕES ESTIMULADAS	AGRICULTORES ENTREVISTADOS [LETRAS] E RESPOSTAS [NÚMEROS]									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Gênero – 1. feminino; 2. masculino; 3. outro	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2
Cor ou raça – 1. branca; 2. preta; 3. amarela; 4. parda; 5. indígena; 6. sem declaração.	1	1	1	1	1	4	1	1	4	1
Religião – 1. católica; 2. evangélica. 3. espírita; 4. matriz africana; 5. outras.	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1
Escolaridade – 1. analfabeta; 2. fundamental incompleto; 3. fundamental completo; 4. médio incompleto; 5. médio completo; 6. superior incompleto; 7. superior completo; 8. outro.	5	5	7	2	4	5	5	4	2	3
Rendimento nominal mensal – 1. até ½ s.m.; 2. mais de ½ a 1 s.m.; 3. mais de 1 a 2 s.m.; 4. mais de 2 a 5 s.m.; 5. mais de 5 a 10 s.m.; 6. mais de 10 a 20 s.m.; 7. mais de 20 s.m.; 8. sem rendimento; 9. sem declaração.	2	3	4	5	4	4	6	3	3	4
Atividades econômicas – 1. estudante; 2. trabalho na horta; 3. trabalho com animais; 4. trabalho logístico; 5. trabalho com comércio; 6. trabalho no Mercado da AF Ivaiporã; 7. aposentado; 8. outros.	2 4 5	4 5	2 3 4 5	2 3 4 5	2 3 4 6 8	2 4 5	2 4 8	2 3 4 5 6	2 4 8	2 3 4 5 6 8
Atividades sociais – Participação na Associação do Mercado da AF de Ivaiporã – 1. membro; 2. dirigente; 3. funcionário; 4. apoio eventual.	1 2 4	1 2 4	1 4	1 2 4	1 2	1 4	1 2 4	2 4	1 4	1 2 3
Atividades sociais – Participação em outras Associações – 1. estudantil; 2. sindical; 3. cooperativa; 4. econômica; 5. política; 6. outras.	2 3 4	2 3	4	-	2 3 4	-	2 3 4	-	2 3 4 6	2 3 3 4
Informação e opinião – Você se informa e forma sua opinião por meio de – 1. rádio; 2. televisão; 3. internet; 4. jornais; 5. outros.	2 3	1 2	1 3	1 2 4	2 3 4	2 3	1 2 4 5	1 2 3	1 2	1 2 5

Fonte: Entrevistas com grupo de dez agricultoras e agricultores associados à APRI.

A renda familiar mais frequentemente verificada, está entre dois e cinco salários mínimos, mas há aqueles que declaram viver com uma renda familiar entre meio e um salário mínimo, assim como há quem declare renda familiar de vinte salários mínimos obtidos apenas da agricultura e da comercialização do que produz.

Nenhum dos entrevistados disse ser estudante, atividade considerada aqui no rol das atividades de natureza econômica. Praticamente todos declararam desenvolver atividades na horta, exceto quem trabalha com a indústria caseira de panificação. Menos que a metade atua diretamente com animais, enquanto a ampla maioria desenvolve alguma atividade vinculada à logística inerente à produção, seja buscando insumos, seja levando a produção para ser comercializada na cidade. A maioria se reconhece no trabalho com o comércio. Há quem desenvolva outra atividade principal “fora”, mas mantém dedicação significativa à agricultura.

Indagados sobre atividades sociais das quais participassem, para além da APRI, metade respondeu ser filiada ao STRI, chamando a atenção o fato de que a filiação é individual e que normalmente entre as famílias há apenas um que se reconhece como sindicalizado. Em situações em que a família, ou ao menos o casal estava junto no momento da entrevista, ficou a impressão de que o sindicato poderia fortalecer seu capital social se a sindicalização em vez de individual fosse familiar.

Sobre o associativismo identificou-se significativa participação dos associados nas associações das comunidades e ou bairros rurais, como as do Santa Terezinha, da Água do Milagre, do Ouro Verde. Em 2016 estavam ativas em Ivaiporã 10 associações destas, que indicam representantes para a participação no CMDR. Este, por sua vez, durante muitos anos e em diferentes governos municipais, foi o conselho municipal de representação paritária entre poder público e sociedade civil com funcionamento mais regular no município de Ivaiporã. Um retrato importante do trabalho do CMDR é revelado na fala de seu presidente, José Luiz de Paula Dias, também associado à APRI:

Eu levei doze anos brigando lá dentro do Conselho pra conseguir colocar o Conselho numa linha reta. Tá com dois anos que eu consegui. Não digo assim 100%, mas de quem saiu de zero pra chegar aos 90, 85, 90%, eu acho que já é uma grande coisa. Porque as associações, de primeiro você falava em prestação de contas, desde quando eu era conselheiro, um dia, lá no IBC eu brigando em cima da prestação de contas: - A associação precisa prestar contas, não só prestar contas para o seu associado, mas pro conhecimento do poder público. Não tem que esconder nada. Aí os caras, resistência, resistência, mas como que você vai obrigar o cara? E eu falei: - Não é uma questão de obrigar. É uma questão de consciência, eu estou

tentando conscientizar que é necessário, vai ser necessário fazer isso aí. - E não consegue, não consegue. De repente cheguei à presidência, batendo em cima, batendo em cima, agora há uns dois anos atrás, está indo aí para o terceiro ano, a gente conseguiu implantar um sistema dentro do Conselho pra que as associações prestasse contas. Agora no ano passado [2016] eu achei que não era mais necessário. Mês de outubro, setembro, outubro do ano passado, aí o pessoal trouxe os relatórios, meio a contento, aí eu fiz, passei para o prefeito, tudo certinho, a situação física de cada associação. Aí eu achei, olha, agora não precisa mais vocês estarem trazendo mais este formulário para mim mês a mês. Vocês fazem o apanhado de tudo que vocês fazem, no final do ano vocês me trazem um anual. Aí de repente eu “trupico” com o cara do MAPA que vieram para uma fiscalização. A primeira associação que a gente chegou, subiram no trator, fotografaram o painel do trator, a quantia de horas tudo certinho, o cara desceu de cima do trator e disse: - Seu Zé, o senhor tem algum controle do funcionamento desses equipamentos dentro do município? Eu falei: - Tenho. E se eu não tenho? Aí por sorte o nosso material tinha acabado, eu tinha pegado uma cópia da nota e ia passar na gráfica para imprimir mais talão né. Aí eu enfiei a mão no bolso e disse: - Ó, a gente utiliza esse daqui. Não tem do aluguel dos equipamentos, mas do trator a gente utiliza este formulário aqui ó. Tem isso, tem hora, tem nome do produtor, tudo, tem endereço, tem tudo. Aí ele falou: - Muito bem! Veja, está lá em Brasília. Aí já na reunião de novembro eu disse: - Olha, vocês esquecem aquilo que eu falei na reunião do mês passado para vocês, eu quero o formulário todo mês, enquanto presidente for. Uma coisa que talvez passe um ano, passe dois, passe dez, o Conselho vai ser cobrado. Não até pelo Conselho. Até pela questão da administração pública. Pois como que a administração pública vai jogar equipamentos na mão do agricultor sem controle nenhum. Daqui a pouco o caboclo está vendendo patrimônio do município. (DIAS, 2017)

Evidencia-se que a existência das pessoas jurídicas das associações, pressupõe a existência de pessoas físicas que dedicam tempo de suas vidas, de seus trabalhos, de suas famílias, para a motivação e para a organização de seus pares nas ações da associação, da comunidade, ou do conjunto das associações, como é o caso do “seu Zé Luís” à frente da Associação da Água do Milagre e do CMDR. Agricultor familiar, arrendatário, há anos encontra tempo e motivação para mediar as demandas do associativismo local da agricultura familiar, de um lado, e de outro, as concessões e os controles do poder público.

Vale observar que as associações dos bairros rurais congregadas no CMDR foram estimuladas e criadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, principalmente no ano de 2001, para a transferência das chamadas Patrulhas Rurais, constituídas de tratores e implementos agrícolas para uso comunitário. A transferência de recursos do Orçamento Geral da União – OGU para os municípios adquirirem equipamentos para os agricultores familiares, seja com recursos do MAPA ou do MDA, exigia a transferência desses equipamentos em cessão de uso, comodato à associações constituídas para a gestão compartilhada de tais equipamentos, sob o ateste do CMDR. Um mecanismo de empoderamento de agricultores familiares e

entidades, de estímulo ao associativismo e à democracia participativa, buscando superar velhas práticas clientelistas e patrimonialistas, tradicionais no poder político administrativo entre as diversas unidades da federação, principalmente municipal.

Sabourin observa no mesmo fenômeno uma outra leitura, de que o Estado buscava desincumbir-se de suas responsabilidades, transferindo-as para a sociedade civil organizada.

A abordagem “participativa” do desenvolvimento “sustentável”, o desengajamento do Estado de seus apoios diretos para a agricultura familiar e a segmentação dos programas públicos levaram as organizações de agricultores a assumir novos papéis, substituindo os poderes públicos (SABOURIN, 2009, p. 248).

Neste esteio, observa também agências de desenvolvimento justificando esse formato em função das “virtudes associadas ao capital social das comunidades rurais e de suas organizações.”

Retomado pelos economistas e pelas instituições internacionais, o capital social se tornou uma característica dos grupos e organizações, ou até mesmo um atributo dos territórios rurais (Abromovay, 2002). Assim, a noção de capital social das comunidades foi reconhecida e promovida pelas agências de desenvolvimento nacionais (Incra, 1999; MDA-Condraf, 2003) e internacionais (World Bank, 1997, 2000; PNUD, 2000), para louvar os méritos da cooperação e da organização, como o fora antes a noção de redução dos custos de transação (North, 1977; Williamson, 1979). (SABOURIN, 2009, p. 249)

A criação de associações tornou-se praticamente uma política pública, visto ser exigência para o acesso a recursos concedidos pelo Estado. E proliferaram-se.

A associação de produtores é o modelo de organização local dos agricultores que mais se desenvolveu durante os últimos trinta anos. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; a atuação de atores externos, tais como a Igreja, as ONGs, os serviços de extensão rural e os projetos públicos; a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos). (SABOURIN, 2009, p. 88)

Associações como do Alto São Luís, que existira para a gestão do poço artesiano, de um engenho de cana e máquina de arroz que se dissolveram no tempo. Mas o fato é que a maioria destas associações permaneceram existindo e, ainda que algumas tenham existência apenas formal, outras ganharam dinamicidade e progrediram, indo além de equipamentos transferidos pelo poder público,

passaram a cotizar não apenas custos de manutenção, mas também investimentos, como a aquisição de outros equipamentos, reduzindo custos nas compras coletivas de insumos, ou nas contratações de serviços.

A Associação de Produtores Rurais da Água do Milagre, é exemplo de associação de bairro rural que deu certo em Ivaiporã. Acabou atraindo associados de bairros vizinhos, dada a organicidade de seu funcionamento, com famosa assembleia anual de prestação de contas, eleições para o período seguinte e um grande almoço para as famílias de agricultores associados e convidados. Via de regra, um sábado dedicado à associação. Convidam prefeito, secretários municipais, vereadores e outras lideranças comunitárias com o interesse maior de dar publicidade ao trabalho realizado no último período e renovar compromissos.

O desafio de ter uma personalidade jurídica para acessar o crédito e políticas públicas, ou para gerir equipamentos de uso coletivo, vale igualmente para acessar o mercado com alguma economia na aquisição de insumos ou de melhores condições para a comercialização da produção.

Ainda sobre o associativismo e precisamente sobre o cooperativismo, identificou-se entre os associados à APRI quem compusesse o quadro social da COAMO, focado na comercialização de grãos em paralelo à comercialização de hortifrutigranjeiros. Quase metade dos associados declararam-se cooperados da CRESOL, com foco no crédito solidário.

E além da personificação jurídica de caráter coletivo, como associações e cooperativas, encontramos entre os associados à APRI quem também experimentou a condição jurídica de Micro Empreendedor Individual – MEI, para se adequar a exigências jurídicas na comercialização de seus produtos.

Indagados sobre a participação na vida da APRI, alguns associados relataram ter realizado entregas do Mercado eventualmente, assim como buscas de produtos na CEASA em Londrina, como lembranças de participação pautada pela reciprocidade em relação à associação.

Mas de forma significativa, identificamos que no início do funcionamento do Mercado algumas atividades que envolveram a participação direta dos associados em regime de “mutirão”, como na pintura ou arrumação para a inauguração. Mas também numa escala de serviços de limpeza, utilizada inicialmente para poupar gastos com contratação de terceiros, para a qual os associados levavam familiares para o cumprimento das tarefas. Com o sucesso do Mercado, eles mesmo passaram

a indicar contratação de funcionários para poupá-los do trabalho em “mutirão”. Talvez a permanência do “mutirão” pudesse ter exercitado os associados para responsabilidades não mercantilizadas, reforçando elementos de solidariedade.

Há aqui uma reflexão que remonta a problema inicial e central do presente estudo, que aqui desdobramos: qual é a relação da agricultura familiar ivaiporaense com o associativismo? Há uma herança do processo de formação histórica e social de Ivaiporã que tenha levado os agricultores familiares locais a predisposições ou aversões ao associativismo? O que aconteceu entre o passado camponês dos safristas, suas tradições de cooperação de vizinhança marcadas pelo “mutirão” e a contemporaneidade da agricultura familiar marcada pela racionalidade da terceirização de responsabilidades?

Com as respostas colhidas no campo, há algumas observações, reflexões e respostas possíveis neste momento em que se discute o antes da APRI:

b) Dos argumentos da ponderação enunciada, desdobra-se também a leitura de que a agricultura familiar em Ivaiporã tem inúmeras relações com o associativismo. Não se poderia dizer que a experiência estudada da APRI fosse fato isolado. Modo geral, os agricultores participam de associações ou cooperativas de forma pragmática, segundo necessidades e oportunidades.

c) Neste sentido, aquela experiência da COPIVA descrita no capítulo 1 (Formação histórica e social da agricultura familiar Ivaiporaense), mostra um pioneirismo local em relação ao cooperativismo que vicejou no Brasil e no Paraná no processo de modernização agrícola e, apesar do final dramático daquela experiência, não parece ter restado aversão ao associativismo e cooperativismo. Embora exista uma crítica ao modelo verticalizado de cooperativismo desenvolvido pela COAMO, que incorporara a COPIVA, o fato é que os agricultores familiares ivaiporaenses têm como referencial de cooperativa a maior da América Latina⁴⁹.

d) O que aconteceu entre os mutirões dos camponeses safristas dos primeiros momentos da história de Ivaiporã e a contemporânea inclinação à terceirização de trabalho no âmbito da APRI e do Mercado da Agricultura Familiar, não é pouca coisa. É só a segunda metade do século XX, com todas as

⁴⁹ No ano de 2016 a COAMO, “maior cooperativa da América Latina fatura R\$ 11,4 bilhões” e distribuiu mais de R\$ 338 milhões em “sobras” aos cooperados. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/mercado/paranaense-maior-cooperativa-da-america-latina-fatura-r-114-bilhoes-em-2016-dbiwalhk9rtwxrbambek98aol>> Acesso em 26 ago. 2017.

transformações processadas no campo tecnológico e organizacional do trabalho, às quais os agricultores ivaiporaenses não estiveram nem estão alheios. Fascínio com o que ouvem no rádio ou assistem na televisão e, vibram com o que vivem cotidianamente imersos no processo de modernização agrícola. Não cabe aqui lamentar o desuso das práticas horizontalizadas do “mutirão”, mas tentar entender e revelar se subsiste uma herança cultural da “ajuda mútua” e da “reciprocidade” na racionalidade da divisão social do trabalho entre agricultores, que pudesse contribuir com o associativismo. Entendemos que sim, que subsistem traços culturais do “mutirão”, mas que já não têm caráter dominante, senão recessivo.

Em Ivaiporã, terra outrora comandada pelo cacique guarani Tayaoba⁵⁰, o mutirão foi caindo em desuso ao longo do tempo. Não, não é possível estabelecer relação de causa e efeito entre o “*potiron*” – provavelmente usual entre os guaranis liderados por Tayaobá e catequizados pelos jesuítas de Montoya – e os raros usos do mutirão na Ivaiporã contemporânea. Mas serve para ilustrar a secular dinâmica da imposição de interesses e modelos estrangeiros, desagregadores das tradições locais. Se os jesuítas respeitaram certas tradições guaranis, especialmente aquelas relacionadas ao modo de organização do trabalho nas reduções, o mesmo não aconteceu por parte dos bandeirantes. Se os kaingangs dominaram a região posteriormente e se serviram da prática do “*potiron*”, também restaram em condição recessiva com sua cultura, reduzidos a reservas territoriais. Se os caboclos safristas reproduziram as velhas práticas indígenas de “ajuda mútua”, foram subordinados à racionalidade da colonização agrária. Se os primeiros proprietários rurais da estrutura fundiária ivaiporaense preservaram como puderam as relações de reciprocidade do mutirão, a racionalidade imposta pela modernização agrícola potencializou recessividade do mutirão como traço cultural.

4.1.1.1 Razão econômica

Dentro dos esforços em contextualizar o “antes da associação do mercado”, buscou-se captar as motivações que levaram os agricultores a fundarem a APRI e o

⁵⁰ A saga do povo de Tayaoba está retratada pelo padre jesuíta Antonio Ruiz Montoya em a Conquista Espiritual. Não seria possível estabelecer ligação entre os Guaranis de Tayaobá e o presente da região, visto que os registros históricos de Montoya demonstram que os ataques dos bandeirantes paulistas às Missões Jesuítas entre o Corumbataí e o Ivaí na segunda e terceira décadas do século XVII, empurraram os guaranis para o grande êxodo rumo ao sul rumo as regiões do Tape e dos Sete Povos das Missões.

Mercado da Agricultura Familiar. Era necessário captar a percepção dos agricultores, atores, agentes do empreendimento, sobre “o que mais influenciou a criação da ‘Associação do Mercado’.” Como em outros temas da pesquisa, foram estimuladas respostas, mas sempre com a alternativa de resposta “outra” e a possibilidade de arguição subjetiva, como se vê na Tabela 9 e na análise que se segue:

Estimulados a se posicionarem sobre o que mais teria influenciado na criação da APRI e do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, ouviu-se que a experiência com o PAA e PNAE teria sido a maior influência, ao menos para aqueles que efetivamente haviam participado dos programas e tão somente eles. Entre os 10 pesquisados, 6 participaram do PAA e 5 do PNAE, tendo 3 deles participado de ambos os programas. Estes atribuíram aos programas de compras públicas a influência predominante na mobilização dos agricultores para associarem-se para a criação do Mercado. No conjunto dos 28 associados à APRI, verificou-se que 17 deles participaram do PAA e 13 participaram do PNAE.

TABELA 11 INFLUÊNCIAS NA CRIAÇÃO DA “ASSOCIAÇÃO DO MERCADO”

QUESTÃO E RESPOSTAS ESTIMULADAS	AGRICULTORES ENTREVISTADOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
O que mais influenciou a criação da “Associação do Mercado” foi –										
1. a experiência com o PAA e o PNAE;		X					X	X	X	X
2. a luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;	X				X				X	X
3. a luta do Conselho de Desenvolvimento Rural;	X								X	
4. a desilusão com a CEASA;	X		X	X			X	X	X	X
5. outra (qual);			X			X	X			

Fonte: Entrevistas com grupo de dez agricultoras e agricultores associados à APRI.

Teve quem se identificasse com a ideia de que a maior influência teria sido das lutas do STRI, ou das lideranças das associações de comunidades no CMDR. Mas mais da metade escolheu a posição de que a desilusão com a CEASA é o que mais teria influenciado. O número elevado de respostas de que a “desilusão com a CEASA” teria sido o que mais influenciou a criação da “associação do Mercado” mostrou que de fato, os agricultores esperaram muito tempo por uma alternativa de comercialização para suas produções. A promessa da CEASA parece ter alienado os agentes da agricultura de Ivaiporã, de pensar uma outra solução local e sustentável para a comercialização da produção da agricultura familiar.

Entre os que consideraram as respostas estimuladas, mas escolheram a

alternativa “outra”, para falar de sua própria impressão, teve quem arguisse que a influência maior veio do próprio “interesse do sócio, por meio de trabalho e financeiro”. Teve também quem apontasse a “dificuldade de comercialização antes do Mercado, com baixos preços e condições ruins”, como força motriz para a criação da APRI e do Mercado da Agricultura Familiar. E viu-se também quem ingressou depois da fundação, buscando resposta “outra”, para falar do Mercado como “forma de colocar o produto no mercado, porta de entrada no mercado”.

Estas respostas que foram além das alternativas estimuladas, exprimem a racionalidade prática, típica do comportamento do agricultor familiar em suas estratégias de reprodução social, conforme correlações observadas por Souza e Brandenburg (2012) nas obras de Lamarche (1993, 1998), Wanderley (1989, 1996, 2000) e Bourdieu (1990):

Essas estratégias consistem na capacidade de invenção permanente, indispensável para que o sujeito se adapte às situações diversas, sempre variadas e nunca perfeitamente idênticas. Em outras palavras, a estratégia é o produto do senso prático, que leva o ator a fazer o que deve ser feito, o que o jogo social exige de forma a conservar sua posição, sua situação no universo social em questão ou, simplesmente, garantir sua reprodução social. (SOUZA e BRANDEMBURG, 2012, p. 257).

O conceito de senso prático e estratégico do agricultor familiar não deve, no entanto, ser visto como chave que tudo abre nas análises sobre o tema. Ele está correlacionado ao conceito de habitus de Bourdieu, que descreve como as estruturas sociais são internalizadas pelo indivíduo e reproduzidas no pensamento e na ação. Assim, o senso prático e estratégico dos agricultores deve ser analisado no processo de reprodução social, para além da mera reprodução econômica, compreendido

como um processo mais amplo no qual sociedades inteiras e suas características culturais, estruturais e ecológicas são reproduzidas (transmitidas) no tempo e no espaço. Nesta concepção, ela inclui, além das relações sociais de produção, as instituições, as linguagens e outros produtos culturais. (SOUZA e BRANDEMBURG, 2013, p. 257).

Souza e Brandenburg (2013) compartilham da ideia de reprodução social de Renk (2000) como movimento dos processos de curta e de longa duração, ponderando que aqueles estão em sintonia com estes, expressando a essência da reprodução social: a “continuidade das relações sociais no tempo”. (p. 258-259).

Assim, mesmo quando parecem focar uma racionalidade econômica para explicar a construção da associação do Mercado, os agricultores o fazem a partir da história da vida vivida, por eles próprios, por suas famílias, por suas comunidades. E na arena da vida social contemporânea, os agricultores familiares de Ivaiporã não estão alheios ao processo de reprodução social de amplitude globalizada. Reproduzem suas estratégias de tradição camponesa, marcadas pela subsistência e adaptação, onde a experiência do Mercado funcionaria como porteira/portal de acessos e trocas, não apenas econômicas, mas também simbólicas.

Mas enfim, quais eram as ideias do Mercado a ser construído? Como se chegou à estratégia de uma associação para gerir o mercado? Desde os tempos mais remotos, nos registros de diferentes civilizações em diferentes lugares do mundo, percebe-se a associação no ato de vender, especialmente produtos agroalimentares. Feiras de agricultores, mercados abertos a produtores de dada região, caravanas de mercadores, expedições rateadas, etc.

O ato de vender, muitas vezes exige custos que podem ser divididos entre diversos produtores, ou entre diversos comerciantes de diversos produtos. Se observarmos no capitalismo contemporâneo os “templos do consumo”, os *shoppings centers*, veremos uma forma de associação absolutamente racionalizada: o condomínio. Cada condômino, contribuindo com uma parcela dos custos da estrutura que serve à coletividade das empresas comerciantes. A parcela referente ao espaço de uso privativo da loja, a parcela referente ao espaço de uso comum do shopping, a parcela referente aos serviços para a atração de consumidores. Ainda que uma associação na desigualdade, na assimetria, uma associação justa e coerente com as determinantes capitalistas.

Estes “templos do consumo” servem de paradigma para o comércio em geral. O pequeno empreendedor do comércio, que não conhece necessariamente as ciências da administração, da organização e métodos, do marketing, constitui sua empresa comercial a partir de sua visão de mundo e do senso comum sobre a arte do comércio. Em nosso tempo o arquétipo do shopping center é o modelo para estruturas físicas de comércio, embora pareça perder importância se comparado com outros modelos emergentes, como das estruturas virtuais de comércio, que suprimem dispêndios com estruturas físicas de ponto, vitrines, balcões e, principalmente, reduzem drasticamente e em geral o trabalho necessário a realização da comercialização. Os modelos de comércio digital parecem estruturar

novas e diversas relações comerciais.

Mas há sempre uma preponderância da estrutura sobre o indivíduo em suas decisões cotidianas, principalmente quando o quesito é econômico. Se alguém vai investir seu pecúlio, sua poupança, seu trabalho, certamente vai se pautar pelos modelos existentes, seus sucessos e seus fracassos, ainda que aparentes.

E se o indivíduo não tem perspectivas de empreender sozinho aquilo que ele vê como modelo de eficácia, dada a necessidade de capital inicial do qual não dispõe, a alternativa da associação se mostra promissora. Mas não poderia o indivíduo lançar mão de promissória e captar crédito para obter o capital inicial necessário para investir em seu empreendimento sozinho ou no máximo com sua família? Talvez pudesse, se se resolvesse a equação crédito possível e investimento necessário. Todavia, o empreendimento não se faz apenas de capital inicial, mas também de capital de giro, de trabalho cotidiano e de riscos. A associação permite a divisão: de custos, trabalho e riscos.

É certo que há inúmeras alternativas em técnicas de comercialização para circuitos curtos de comercialização em mercados alimentares como o de Ivaiporã, mas o Mercado da Agricultura Familiar oferecia a diversidade necessária para poder concorrer de “igual para igual” com os mecanismos convencionais já estabelecidos no mercado local de hortifrutigranjeiros. Aqui talvez estivesse dada uma das razões do fracasso do Mercado da Agricultura Familiar como experiência associativa.

Na perspectiva de Ploeg (2016) da virtuosidade dos mercados aninhados, que são marcados pelo diferencial que podem oferecer não apenas em preço, mas também em qualidade, indica que tais mercados

exigem o desenvolvimento de infraestruturas sociomateriais que possibilitem o fluxo de produtos e serviços. Essas infraestruturas não são apenas diferentes daquelas que imperam nos mercados gerais de alimentos e produtos agrícolas – elas conectam estrategicamente os vazios estruturais que caracterizam estes últimos. (PLOEG, 2016, p. 24)

Evidente que existiam diferenciais no Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, a começar pelo modelo associativo de gestão. Mas talvez se pudesse explorar melhor os diferenciais em vez de querer concorrer “em pé de igualdade” com as estruturas existentes em âmbito local. Outros modelos já experimentavam sucesso em centros urbanos maiores no país e no mundo. Na perspectiva de Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), construída a partir do estudo “A diversidade dos

circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês”, aponta-se para relações de causalidade entre maior ocorrência de agricultura familiar e “vendas diretas”, assim como entre oferta de feiras próximas a domicílios e maior consumo de alimentos ecológicos. Isso mostra que há uma dinâmica simbiótica na construção de adequações entre oferta e procura de alimentos.

Relacionando mercados aninhados e redes sociais, Ploeg (2016) fala de identidade construída entre produtores e consumidores, entre os que produzem incorporando atributos distintivos, diferenciados e os que reconhecem o capital cultural embutido no produto e o adquirem, estabelecendo “relações recíprocas de um dar e receber simbólico que vincula produtores e consumidores em uma rede social.” (Ibidem, p. 27).

Mas quais as razões que levaram os agricultores familiares e seus parceiros institucionais a projetar a construção social do Mercado da Agricultura Familiar como um empreendimento à imagem e semelhança dos estabelecimentos existentes seguiu a lógica da reprodução simbólica. Decidiram orientando-se pelos modelos do mercado conhecidos até então, como sacolões, quitandas, feirinhas no interior dos supermercados, a feira Sol e Lua, a feira “quase solitária” dos sábados e domingos, alguma venda porta-a-porta.

A figura do agricultor e familiares vendendo verduras “porta-a-porta” foi marcante na cidade de Ivaiporã ao longo de décadas. Existiram os verdureiros que mantinham suas hortas em agricultura periurbana, nas franjas da cidade. Mas também existiram os sitiantes que vinham para a cidade no tempo da charrete, da Camionete F75 com botijão de gás na carroceria, do Fusca, da Brasília ou da Kombi.

Essas práticas comerciais porta-a-porta do verdureiro são hoje reinventadas, com técnicas que possibilitam o atendimento por demanda, em relação sob comunicação interativa entre produtores e consumidores, através de celular, redes sociais digitais, e-mail, etc.

A cada ano, inovações em circuitos curtos criam diferentes formas de distribuição (cestas diversificadas; feiras de produtores noturnas; lojas virtuais por internet; vendas e degustação na propriedade; restaurantes com cardápios orgânicos; merenda escolar ecológica; acolhida na propriedade), o que demanda cada vez mais treinamento e informação qualificada para produtores e consumidores. (DAROLT, LAMINE e BRANDEMBURG, 2013, p. 13)

A venda a domicílio é revigorada em nosso tempo e poderia ser utilizada

com eficiência por todos os associados à APRI. Todavia, dificilmente poderia cada um ofertar a diversidade encontrada pelos consumidores nos estabelecimentos do mercado local de hortifrutigranjeiros. O Mercado da Agricultura Familiar constituir-se-ia, viabilizado justamente pelo coletivo de produtos ofertados pela agricultura familiar local, mas complementado pela oferta de produtos outros, buscados na CEASA.

Como vimos, a APRI viveu em sua origem o dilema de decidir entre sustentar-se apenas com as produções locais dos associados ou ampliar em diversidade suficiente para atender as necessidades da clientela do Mercado. Em reunião dos agricultores com parceiros, da administração pública municipal, EMATER, SEBRAE, STRI, CMDR, preparatória para a inauguração, ocasião em que começavam a rascunhar o que cada família tinha para expor nas bancas para vender, logo se percebeu que o que tinham para ofertar coletivamente ainda era pouco em quantidade e principalmente em variedade. Quando decidiram que buscariam mercadorias do CEASA de Londrina para suprirem as bancas.

A extensionista rural da EMATER, que acompanhava a criação e organização da associação arguiu que a busca de produtos na CEASA rompia o caráter de agricultura familiar do Mercado. Os agricultores, rapidamente defenderam a tese de que deveriam agradar os clientes, que de outra forma procurariam nos concorrentes a comodidade de se ter tudo num só lugar. E disseram os agricultores que trariam da CEASA apenas enquanto não estivessem produzindo localmente, sugerindo que a partir do funcionamento do mercado, monitorariam a demanda e promoveriam uma espécie de “substituição de importações”. Alguns dias depois, o Mercado abriria suas portas. Alguns anos depois a APRI encerraria suas atividades, com dívidas financeiras junto a CEASA.

TABELA 12 COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ANTES DO “MERCADO”

QUESTÃO E RESPOSTAS ESTIMULADAS	AGRICULTORES ENTREVISTADOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Antes do “Mercado” a comercialização de sua produção era –										
1. inexistente;										
2. insuficiente, com pouca variedade e pouco volume;	X	X	X		X	X		X	X	
3. suficiente, com variedade e volume;				X			X			X
4. mais diversa e com mais volume;										
5. outra (qual).							X			

Fonte: Entrevistas com grupo de dez agricultoras e agricultores associados da APRI.

Enfim, para dimensionar as razões econômicas dos agricultores que se associaram a APRI, auscultamos mediante entrevistas a percepção dos agricultores quanto a comercialização da produção de “antes” da associação do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. A definição do marco temporal metodológico entre “o antes” e “o durante” a existência do Mercado da Agricultura Familiar, uma passagem, sugere na verdade uma leitura dinâmica do impacto do Mercado na comercialização da produção dos agricultores em movimento, avaliada a variação do volume e da diversidade nos períodos em tela.

Assim, ao pedir para que categorizasse sua produção “antes” do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, teve quem identificasse como “suficiente, com variedade e volume” a produção de que já dispunha; assim como teve quem buscasse a alternativa “outra”, para especificar seu caso, de que a vantagem do Mercado para si foi poder concentrar a comercialização em Ivaiporã; mas teve a grande maioria dizendo que antes do Mercado sua produção era “insuficiente, com pouca variedade e pouco volume”, do que se depreende, na razão inversa, que o Mercado promoveu a produção agrícola, aumentando-a e diversificando-a.

Uma vez que infraestruturas sociomateriais adequadas sido desenvolvidas, estas podem fortalecer consideravelmente o impacto e o desenvolvimento futuro da multifuncionalidade no âmbito do estabelecimento agrícola, criando, possivelmente, um círculo virtuoso [...]. Renda adicional é auferida, a qual poderia desencadear a criação e o desenvolvimento de uma ampla gama de novos produtos e serviços (ou aprimorar ainda mais os existentes); os mercados aninhados consolidam-se possibilitando maior volume de negócios e/ou mais variedade de produtos e serviços; os mesmos mercados permitem novas explorações de mercados (a maior parte delas através do ‘aprender fazendo’), o que possibilita mais crescimento; e a reputação conquistada ajuda a ampliar a diferenciação dos produtos e serviços envolvidos. (PLOEG, 2016, p. 24-25)

Os ganhos das famílias associadas se tornaram peça de propaganda, fazendo afluir agricultores interessados em associarem-se e clientes fiéis a produtos locais. Em Ivaiporã ainda se observam gerações urbanas de grandes famílias camponesas, donde surgem clientes interessados em comprar no Mercado, onde o compadre ou o primo são associados. A construção do Mercado da Agricultura Familiar de forma aninhada no mercado local de hortifrutigranjeiros, construiu uma reputação positiva da agricultura familiar, da produção local, do associar-se.

4.2 DURANTE A ASSOCIAÇÃO: PLANTAR, COLHER, ASSOCIAR-SE E VENDER

Com mecanismos de marketing que variaram do “boca-a-boca”, à pregação no culto ou na missa, à divulgação na rádio comunitária Esperança FM, ou nas comerciais Ivaiporã FM ou Ubá AM, a inauguração do Mercado da Agricultura Familiar em setembro de 2012, foi além das expectativas como afirma Antonio Zeferino, popular Xaranga, presidente da APRI da fundação até perto da dissolução:

Eu nunca esqueço o primeiro dia em que a gente começou e cada um levou suas coisinhas. Quando foi dez e meia da manhã não tinha o que vender. Meu Deus do céu. E agora? A cara ficou no chão. E agora o que nós vamos vender? Vendemos tudo as mercadorias. Bom, vamos para o outro dia. Daí já foi uma correria. Liguei para o japonês para trazer alguma coisa do CEASA pra nós, que não tinha mercadoria. E nós catar o que nós tinha. - E vamos levar gente. Gritei pro meu povo: - Gente, traz as coisas pra amanhã que a gente não tem. Aí todo mundo ficou doido. (ENTREVISTA Antônio Zeferino, Presidente da APRI e Gerente do Mercado).

Sucesso à primeira vista, os associados perceberam que a teoria na prática era ainda melhor. Ficava mais nítida a dimensão da demanda. Poderia estar ali a oportunidade da redenção para aquelas famílias “da agricultura”, que agora eram também “do comércio”. Algo novo na vida daquelas pessoas que se associaram para vender. Novos compromissos, novos horários, novas metas, novos sonhos.

No começo foi, não só o começo, o tempo inteiro foi uma benção pra nós. Mas o começo era coisa surpreendente, um ponto daquele vendendo daquele jeito. E nós começamos, logo foi ficando pequeno, a gente teve que abrir espaço, tinha feito só a metade, teve que abrir o espaço. Abriu o espaço, logo ficou pequeno, a gente teve que alugar outra parte para aumentar o espaço. E o sonho nosso estava a mil por hora. (ENTREVISTA Antônio Zeferino, Presidente da APRI e Gerente do Mercado).

A administração municipal havia locado um salão comercial que inicialmente foi utilizado apenas em parte, até porque não tinham produtos para expor e preencher bancas pelo espaço todo. Entusiasmados com os primeiros resultados, os associados entenderam que deveriam investir para acumular maiores sucessos.

4.2.1 Crescimento do empreendimento e incremento logístico

Em poucos meses de funcionamento o Mercado abriu todo o espaço físico do salão locado para seu funcionamento, com bancas completamente abastecidas

de hortifrutigranjeiros. Logo em seguida, a APRI locou outro salão anexo, às expensas dos associados, para ampliar bancas e produtos em exposição.

FOTO 3 INTERIOR DO MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR



Foto: Ivan Maldonado, 2012.

Se na assembleia de fundação participaram 32 agricultores, dos quais 21 subscreverem a criação da APRI e, apenas 17 integralizaram a joia de R\$100,00 exigida dos fundadores, evidenciava-se, no mínimo, a desconfiança de alguns em relação ao empreendimento coletivo; depois, mesmo com a joia elevada para um salário mínimo, surgiram muitos interessados em associarem-se, causando até mesmo algum conflito, ainda que velado, sobre a admissão de novos associados.

Tanto que despertou interesse que a gente aqui no Sindicato, recebia muitas pessoas interessadas a associar lá, mas que a gente não tinha como, enfim, colocar lá dentro do Mercado porque daí tinha que passar por uma administração. Embora eu fazendo parte da Diretoria, eu não tinha essa autonomia de associar ele, passava pela Presidência. E como já tinha alguns produtos ali que tava suprindo o mercado. Então a pessoa interessada chegava ali e dizia: - Eu quero associar no Mercado e eles não estão querendo deixar eu associar lá. Vinha conversar comigo. Eu ia lá, daí me diziam: - Não, o cara quer produzir alface. Alface a gente já está bem, com a demanda suficiente. - Ah, eu quero produzir repolho. - Repolho também já tem. - Quero produzir tomate. - Nós já temos três sócios com

estufas aqui produzindo tomate. - Ah, quero produzir pão e bolacha. - Já temos quatro produtores produzindo pão e bolacha que é produto artesanal. Então, isso aí foi tirando a possibilidade de associar mais gente. Só que o mercado podia expandir mais, então, a ideia de trazer esse técnico para fazer esse cronograma era exatamente para isso, para a gente não perder essas pessoas que estavam querendo se associar. (ENTREVISTADO 11, dirigente Anivaldo Mendes, Secretário do STRI, do CMDR e da APRI)

O rápido crescimento no volume e na diversidade de produtos na comercialização de cada associado e respectiva repercussão, provocavam ainda mais a oferta de interessados em ingressar na associação ou ao menos comercializar no Mercado. As circunstâncias exigiam uma regulação, e ela se deu, no sentido de reservar o mercado, barrando a associação de quem produzisse o que já era produzido suficientemente entre os associados.

Na percepção do dirigente o caminho era a inclusão de novos associados sustentada na expansão das vendas. Idealizara o apoio da assistência técnica na planificação com cronogramas dos fluxos de produção e comercialização dos associados. Acreditava ser possível ampliar a participação no mercado local de hortifrutigranjeiros com a ampliação do número de associados e conseqüente ampliação do poder em diversidade, volume e preço. Acreditava inclusive na ampliação dessa participação para o mercado regional e, até mesmo para a comercialização em escala na CEASA. (ENTREVISTADO 1)

Assim, a opção pela reserva de mercado a quem já estava associado e a postura conservadora na admissibilidade de novos sócios explicitava um gradiente sobre o qual a associação deveria estabelecer funcionamento regular tendo em conta as ofertas dos associados, novos associados, terceiros, CEASA e, contudo, a comercialização sem perdas.

A taxa de administração de 10% sobre o preço de banca nos produtos dos associados, ou mesmo o lucro sobre preços das aquisições de terceiros ou da CEASA, trariam resultados financeiros muito positivos à APRI.

Sintoma deste sucesso do Mercado foi a aquisição com recursos próprios da APRI, de um veículo utilitário, modelo Camionete Strada, da marca Fiat, ano de fabricação 2010, feito que fez com que a APRI conquistasse maior autonomia e deixasse de depender de terceiros na busca de produtos na CEASA. De 2013 a 2015, foi esta caminhonete que cumpriu o desafio logístico de buscar em Londrina a oferta do que não dispunham para suprir as bancas.

Essa operação entre Ivaiporã e Londrina não era apenas logística, mas

comercial. Pressupunha uma boa compra na CEASA em Londrina para uma boa venda no Mercado em Ivaiporã. Pressupunha um saldo financeiro positivo. Por óbvio que os custos da logística, trabalho, combustíveis e manutenção do veículo deveriam estar computados neste saldo da operação entre CEASA e Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. E a operação poderia ser ainda mais potencializada quando a Associação passasse a utilizar o “caminhão furgão”, podendo movimentar maiores volumes de mercadorias.

O caminhão furgão recebido da prefeitura municipal em maio de 2015, em cessão de uso, já era esperado há bastante tempo, pois com um mês de funcionamento do Mercado, os associados haviam recebido a visita do deputado federal Assis do Couto, à época filiado ao PT, que comprometeu-se com emenda parlamentar ao OGU, para aquisição de caminhão furgão para a logística da APRI.

FOTO 4 MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR RECEBE DEPUTADO



Foto: Ivan Maldonado, 2012.

Esta morosidade entre setembro de 2012 e maio de 2015, mostra em parte a ineficiência do Estado brasileiro nas respostas às demandas da agricultura familiar. O deputado cumpriu seu compromisso com os agricultores associados na sequência daquela visita, destinando duzentos mil reais, através de emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União de 2013 que estava sendo votado naquele momento.

Esta iniciativa só se converteria em convênio entre o MAPA e o Município de Ivaiporã um ano depois, em 04/11/2013, sendo liberados os recursos em 11/04/2014. Só um outro ano depois seriam vencidas as tarefas de realizar a licitação e aquisição do Caminhão Baú pela PMI para ser transferido em cessão de uso à APRI, mas só depois que a APRI contratasse seguro do caminhão, para poder retirá-lo do pátio da prefeitura. Uma conta de dois anos e meio entre o anúncio do deputado e o efetivo uso do caminhão. Exigem-se respostas mais curtas no tempo e nos trâmites.

Quando a APRI enfim pode contar com o caminhão furgão, para fazer suas compras na CEASA em Londrina, buscou otimizar seus custos operacionais consorciando compras de outros agentes do mercado regional de hortifrutigranjeiros:

O quê que aconteceu com esse caminhão? **O caminhão era salvação nossa. Era a salvação.** Tá, dentro da Associação a gente tinha um sócio que ele já trabalhava lá e, eu falei pra ele: - Ó, esse caminhão na tua mão, lembra de uma coisa, esse caminhão tem que pagar as contas da associação e sobrar dinheiro. (ENTREVISTADO 2).

Na operação logística de buscar a oferta do que não produziam, a APRI buscou uma lucratividade *per si*, uma lucratividade da própria operação. Esta expectativa do presidente da associação e dos associados, poderia, no entanto, se chocar com as expectativas da administração municipal em relação ao caminhão, que indicavam como finalidade para o veículo apenas a exportação dos excedentes da agricultura familiar local, vedada a importação de fora para o mercado local.

Antes mesmo da concessão de uso do caminhão, já quando mudara a gestão da administração municipal em 2013, o presidente lembra da conversa com o novo Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Aí eu já tinha falado com o povo, se ele vier e disser que vai fechar, ele não fecha. Eles vão tirar, podem tirar o aluguel, tudo ali, o que eles estão pagando, a energia e tudo, mas fechar eles não fecham. Nós começamos, nós vamos continuar. Aí quando eu vejo é o Adir. Querendo ou não nós tem uma amizade de muitos anos. Deve ser uns trinta e cinco anos ou mais que a gente se conhece. Então eu sempre tive amizade, a gente conversava muito, a gente se dava bem. Ele chegou e ah... É você? Eu lembro até hoje ele falou, eu disse seu Adir, tá uma conversa aí de fecha, não fecha. - Não Xaranga. Tem uma conversa, tem uns aí que estão pedindo. E eu só queria saber uma coisa de você Xaranga. Vocês estão trazendo alface do CEASA? Falei assim: - Adir, alface não. Aí também é palhaçada de quem falou. Nós estamos maçã, abacaxi, eu falei, muitas coisas que a gente não tem aqui e não produz na nossa região, nós estamos trazendo do CEASA. Daí ele falou assim: - Ah! Pode trazer alface também se vocês quiserem, podem trazer também, porque eu libero pra vocês. Eu assumo isso aqui. Aí deu força pra nós. (ENTREVISTADO 2).

O Secretário certamente se referia a outros agentes do mercado local de hortifrutigranjeiros que desde o princípio se opuseram ao apoio do poder público ao empreendimento do Mercado. Mas observe-se que se havia uma preocupação com as relações políticas relativas a alternância no poder público municipal, na visão do dirigente da APRI prevaleceram relações mais profundas e duradouras, como sua amizade com o novo Secretário Municipal.

Depois, quando o caminhão ia ser transferido em cessão de uso à APRI, uma outra reunião diplomática para pacificar a tese do direito dos agricultores poderem trazer da CEASA complementação para a oferta de seus produtos.

Até, eu fui lá conversar com o Gil [Prefeito], porque falaram que a gente não podia trazer nada daquele caminhão, era pra ficar levando as coisas. Podia trazer assim, pra nossa associação assim ó, mas para outros lugares assim, não podia trazer. Só pra nós. Aí eu fui lá ele perguntou pra mim. - O quê que nós íamos fazer com o caminhão? Eu falei Gil, o negócio é o seguinte. Esse caminhão é pra nós levarmos as coisas que nós produzimos aqui. O que precisar, a gente leva. E a gente vai em Londrina e vamos trazer mercadoria do Ceasa. E falei: - Tem uma coisa, como esse caminhão vai vir vazio, a gente tem ideia de pegar alguma mercearia, algum mercado aqui, algum ponto aqui, pra gente trazer alguma coisa, porque o caminhão vai vir batendo lata? E é um dinheirinho pra nós, pra nós investir. Falei: - Você tem alguma coisa contra isso que a gente vai fazer? Ele deu uma pensada assim, ele falou assim: - É, bem certinho, o caminhão, a minha intenção desse caminhão é que vocês trabalhem com ele e levem as coisas pra lá. O que vocês vão trazer de lá pra cá? Vocês se virem. (ENTREVISTADO 2).

Estava consolidada a tese de que os agricultores associados à experiência do Mercado precisavam de autonomia para comprar fora o que não produziam localmente, como forma de abastecer o Mercado da Agricultura Familiar com diversidade de ofertas para a satisfação de seus clientes.

Mas reforçava-se a tese de que o objetivo maior para o caminhão, pensando no desenvolvimento local sustentável, seria transportar o máximo de “exportações” e o mínimo de “importações”. Antes da comercialização deveria ser priorizada a produção local. E infelizmente o que era para ser regra foi exceção.

Na perspectiva utilitarista de máximo uso da capacidade ocupada do caminhão, até mesmo para custear ou ratear os custos do caminhão que já iria a CEASA em Londrina duas ou três vezes por semana buscar produtos para o Mercado, utilizaram o caminhão para o comércio atacadista para trazer produtos para outros estabelecimentos do mercado regional de hortifrutigranjeiros.

Aí eu consegui dois fregueses de Manoel Ribas, pra gente trazer, trazer bastante volume pra eles, sabe? No começo aí, até uns 60 volumes vinha,

sabe. Eu fui no Jardim Alegre, que eu, antes da Associação, um pouco antes, eu entregava em tudo aqueles mercados [...] eu conheci tudo aquele pessoal dos mercados, amizades com tudo eles e fui um por um. (Ibidem)

O Antonio Zeferino sintetiza as expectativas em pretérito perfeito: “o caminhão era a salvação nossa.” Rapidamente foi com o associado que dirigiria o caminhão, a mercados de municípios vizinhos e pactuaram parcerias para trazerem produtos da CEASA de Londrina, realizando as compras conforme listas de pedidos e cobrando um valor por caixa transportada. Um dos mercados pediu num primeiro dia 15 itens para experimentar e no dia seguinte já passou a pedir mais de 50 itens, aprovando a parceria e abandonando o atacadista que até então o servira.

Mas com o tempo, os horários de entrega dos produtos nos estabelecimentos dos parceiros começaram a falhar e o caminhão voltou a andar apenas com os produtos do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. Com um pouco mais de tempo se percebeu que esta logística estava dando prejuízo.

Antes, o Mercado crescera, se capitalizara e adquirira a camionete Strada para cumprir esta operação logística entre Ivaiporã e Londrina por mais de dois anos. Agora, com a concessão de uso do caminhão furgão, tinham uma ferramenta para além de suas necessidades, com aumento de custos que exigiam aumento de receitas financeiras com a operação. A ousadia atacadista poderia resolver esta equação e, embora tenha funcionado bem inicialmente, não se sustentou.

Para falar dos motivos que o levaram a entregar a presidência da APRI e a gerência do Mercado, Antonio Zeferino cita episódio em que sentiu sua autoridade desrespeitada na relação com o associado responsável pelo caminhão furgão. Em 11 de janeiro de 2016, uma chuva muito forte no norte e noroeste do Paraná havia derrubado pontes no caminho para Londrina. Dois dias depois, uma quarta-feira, o caminhão estava carregado com uma carga de 72 caixas de maracujá de agricultores do distrito de Jacutinga, para serem levados à CEASA. Nas viagens das semanas anteriores já haviam sido levadas 150 caixas de maracujá dos mesmos agricultores. Entendendo que poderiam ser utilizadas estradas alternativas até Londrina, o presidente insistiu diante da resistência:

Não, você vai sim. Nós temos 72 caixas de maracujá daqueles rapazes lá, e se elas ficarem dentro desse furgão, vai chegar sexta-feira, nós vamos ter que jogar tudo fora. Você vai pagar o maracujá deles? Quando assume um compromisso, nós temos que cumprir.

O associado responsável pelo caminhão saiu para Londrina e no dia seguinte quando foi dar a notícia de que realmente a estrada estava bloqueada e não só não fora levada a carga de maracujá como não foram trazidos produtos para abastecer as bancas do Mercado, Antônio Zeferino já tinha ligado para o compadre proprietário de sacolão, para perguntar se tinha ido à Londrina. Ouvira que “estava bom de comprar. As coisas estavam até baratas porque muita gente não foi.”

Para o dia seguinte então a determinação era para que o caminhão fosse para a CEASA na madrugada ao invés da tarde, como de costume, encurtando o tempo do maracujá no furgão e poderia chegar no começo da manhã da sexta-feira para abastecer as bancas do Mercado. Ao amanhecer, o caminhão chegou ao Mercado e não era para descarregar, mas ainda para partir para Londrina.

O presidente Antonio Zeferino foi ao STRI, entidade parceira e presente na APRI desde o princípio, e anunciou que deixaria a presidência e a gerência do Mercado: *“Ou sai eu, ou sai tudo de lá. Então para não sair tudo, sai eu que tenho onde sobreviver.”* (ENTREVISTADO 2). O caminhão que era esperança para os negócios da APRI, transformou-se em prejuízo e discórdia para sua gestão.

A exaustão do conflito entre o presidente da APRI e gerente do Mercado, contra o associado responsável pela condução do caminhão, expressa o esgarçamento de relações de confiança que haviam se estabelecido não apenas entre eles, mas entre eles e clientes compradores da operação atacadista que trazia produtos da CEASA, e clientes vendedores, como no caso do maracujá, ou mesmo associados, como em caso citado de repolhos.

Se aplicariam aqui os modos de coordenação da ação coletiva de Ostrom. Faltaram regras adequadas? Faltou aprendizagem das regras. Faltou cumprimento das responsabilidades delegadas? Numa análise com maior profundidade, as razões do conflito poderiam ser diagnosticadas em problemas na interdependência, na confiança, na reputação ou na percepção comum. (SABOURIN, 2009, p. 92)

É didático observar as ferramentas na análise do caso concreto para perceber que as camadas mais profundas sobre as quais se constrói a ação coletiva precisam ser cultivadas para coesão, pois de outra forma podem se converter em independência desagregadora, desconfiança, desprestígio e desentendimento.

Não se pode ignorar a possibilidade de relações estabelecidas sobre regras de reciprocidade inadequadas para a ação coletiva compartilhada, como na persistência de regras de reciprocidade próprias de relações familiares tradicionais,

inadequadas para grupos sociais mais amplos, como a APRI. Parece se enquadrar nesta análise, observações feitas por Sabourin (2009):

Há uma continuidade de esquemas e práticas paternalistas, enquanto as relações de reciprocidade (e cooperação) se mantêm assimétricas. É o caso das relações bilaterais desiguais entre o presidente, a direção e os membros. Estas relações podem também ser alienadas por um sistema de reciprocidade centralizado em torno do poder do chefe. (p. 86)

As relações em torno da gestão da logística do caminhão furgão, como de todo o Mercado da Agricultura Familiar, deveriam estar regidas por regras específicas, para que se dependesse menos dos improvisos de seus agentes, no caso do gerente e presidente da APRI e, do associado motorista do caminhão. No momento de crise na coordenação da ação coletiva, a elaboração de novas regras, a aprendizagem e novas delegações deveriam ser acionadas.

4.2.2 Mercado na prática: consignações, compras, vendas, logística e gestão

Perguntados sobre a renda anual auferida no Mercado, ouvimos várias referências sobre valores anuais, mensais e muitas referências à positividade dos pagamentos quinzenais realizados pelo Mercado aos associados. Sintetizamos os dados e os reunimos na Tabela 11 na forma de valores médios mensais auferidos pelos associados, segundo eles próprios, bem como o percentual que essa comercialização no Mercado representava, de toda a comercialização da família.

TABELA 13 COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO SEGUNDO AGRICULTORES

Agricultores Entrevistados	Valor médio mensal (R\$)	% comercialização no Mercado / total
1	500,00	33 %
2	1.450,00	70 %
3	1.350,00	30 %
4	3.200,00	15 %
5	3.500,00	85 %
6	3.000,00	80 %
7	7.000,00	25 %
8	4.850,00	80 %
9	1.500,00	15 %
10	14.000,00	95 %

Fonte: Entrevistas com grupo de dez agricultoras e agricultores associados da APRI, ao longo de 2016 e 2017, com valores nominais referentes a 2015, quando o salário mínimo foi de R\$788,00.

O Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã abriu-se como oportunidade

de comercialização para os agricultores associados. Inicialmente 17 associados fundadores, chegando posteriormente a 28 agricultores associados à APRI. Uma diversidade de verbos e números passaram a fazer parte das reflexões cotidianas dos associados da APRI em torno do funcionamento do Mercado. Se no princípio era o verbo concorrer, com oferta de qualidade e preço atrativo a quem procura; agora, associados, as reflexões dos agricultores se ocupariam de outras ações.

As ações já conhecidas começaram a ser experimentadas sob outras formas. As relações sociais em torno da venda da produção e da lógica do escoamento, mudaram. Os agricultores se tornaram também comerciantes, associando-se para a venda direta de varejo. Deixaram de negociar com o atravessador para negociarem entre associados e diretamente com o consumidor.

Através da experiência associativa, venderam, compraram, no varejo e no atacado, consignaram, transportaram, geriram. Agora, além de plantar, cultivar e colher, aqueles agricultores passaram a associar-se para vender e para outras ações para as quais não estavam devidamente preparados. E se essas ações realizadas pela APRI não fossem adequadamente organizadas em regras, apreendidas pelos associados, poderiam resultar no descontrole da ação coletiva.

A venda associada era a razão social da existência da APRI e do Mercado da Agricultura Familiar. Era a libertação dos agricultores familiares, era a porta que se abria para que não sobrassem sem ação, diante da porta do atravessador. Associar-se para vender a própria produção diretamente ao consumidor, sem o atravessador, foi um ato que mudou o julgamento daqueles agricultores sobre o alcance de suas iniciativas, em especial sob ação coletiva.

A venda do associado se processava segundo fluxo iniciado na colheita, a depender do produto, no entardecer da véspera ou amanhecer do dia da entrega. A entrega deveria ser feita entre as 7 e as 9 horas da manhã, regra esta estabelecida para disciplinar o fluxo de recepção dos produtos dos associados, de modo a evitar conflito com o fluxo de recepção dos consumidores. Neste ato, os agricultores associados deveriam também recolher seus produtos que porventura não tivessem sido e não pudessem mais ser vendidos, para levar embora para o sítio. Assim, mesmo não precisando ir ao Mercado todos os dias, senão na responsabilidade de repor mercadorias, nos dias que fosse, respeitaria este horário de chegada, descarga e organização dos produtos na banca.

A venda seria combinada com a gerência do Mercado, que arbitraria o preço

pela racionalidade da possibilidade: entre a avaliação do produtor, quanto a remuneração do trabalho da família e, a avaliação do consumidor, quanto a conveniência da compra levada em conta a racionalidade econômica do preço.

O preço só seria alterado após nova combinação com a gerência do Mercado, que identificando dificuldade de venda, contactava o associado para recombinar o preço para melhorar a oferta do produto. Da mesma forma, ao perceber que um preço praticado estivesse muito aquém de preços verificados na CEASA ou em outros estabelecimentos do mercado local, o preço poderia ser recombinado a qualquer tempo entre gerência do Mercado e agricultor associado.

O preço a ser cobrado do consumidor no caixa do Mercado conteria o valor da remuneração da pessoa física do agricultor e sua família e a taxa de 10% destinada à remuneração da pessoa jurídica da APRI, a mantenedora do Mercado da Agricultura Familiar. Em momento de crise financeira da APRI, uma das medidas aprovadas pelos associados foi o aumento da taxa de administração de 10 para 15% sobre o valor de suas comercializações. (ENTREVISTA 11)

Os preços praticados pelo Mercado não eram apenas os combinados entre os agricultores associados e a gerência. O Mercado não vendia apenas produtos de seus associados. Vendia também produtos comprados na CEASA ou de outros agricultores de Ivaiporã e região. Combinava preço quem fosse a Londrina comprar, ou a gerência, ao comprar em negócios de ocasião. Eventualmente uma doação, como de fruta a uma criança kaingang que em mais de uma vez acompanhara seus pais viajando por Ivaiporã, isto não tinha preço. (ENTREVISTA 10)

A compra, inicialmente idealizada apenas para complementar as bancas com produtos de consumo básico não produzidos pelos associados, garantindo diversidade suficiente à clientela e evitando procura na concorrência, acabou significando um grande fluxo de comercialização do Mercado da Agricultura familiar.

As compras no âmbito da CEASA não permitiam muita margem para negociação de preços por quem estivesse lá representando a APRI no ato da compra. Naquele ambiente econômico, a procura do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã tinha impacto relativamente baixo. Eventualmente ligavam antes, nos fornecedores habituais, para consultar preços. Não fizeram uso, até porque desconheciam a consulta via internet, de serviços de apoio à comercialização, como informações de mercado, que permitiriam avaliar a evolução de volumes negociados nas unidades atacadistas, estatísticas dos produtos comercializados, calendário de

comercialização, cotações diárias por produto, etc. Saberiam melhor com quem estavam lidando, de quem estavam comprando ou para quem poderiam vender. Teriam uma melhor compreensão sobre o mercado ao qual estavam conectados.

TABELA 14 QUANTIDADE DE HORTIGRANJEIROS COMERCIALIZADOS NOS MERCADOS ATACADISTAS, POR REGIÃO, EM 2016. [REGIÃO SUL]

ENTREPOSTO ATACADISTA	Hortigranjeiros			
	Volume (Kg) 2016	% em relação a 2015	Valor (R\$) 2016	% em relação a 2015
CEASA-PR – Curitiba	664.577.885	4,59%	1.508.023.971,60	22,05%
CEASA-PR – Maringá	125.362.486	4,61%	322.744.323,05	15,32%
CEASA-PR – Foz do Iguaçu	73.223.404	- 5,29%	125.362.486,00	- 22,40%
CEASA-PR – Londrina	63.775.857	- 7,41%	167.577.401,45	22,62%
CEASA-PR – Cascavel	54.597.850	- 1,17%	156.993.246,16	19,66%
CEASA-PR – Porto Alegre	566.884.507	0,30%	1.447.282.309,38	22,90%
CEASA-PR – Caxias do Sul	32.483.058	2,31%	79.272.479,12	12,99%
CEASA-PR – Florianópolis	354.272.651	3,09%	717.224.332,27	47,44%
Subtotal Região Sul	1.935.177.668	2,00%	4.524.480.549,03	22,98%
Total Brasil	14.262.937.548	- 3,32%	33.333.429.740,67	14,62%

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento. Boletim Hortigranjeiro. Brasília: Conab, 2017, v.3, n.8. Consultado em http://www.ceasa.gov.br/dados/publicacao/Boletim_Hortigranjeiro_Agosto_2017.pdf, em 8/9/2017. “Tabela 1: Quantidade de Hortigranjeiros Comercializados nos Mercados Atacadistas, por região, em 2016”, fração selecionada da [REGIÃO SUL].

As compras, especialmente em um mercado dinâmico como o de hortifrutigranjeiros, só podem ser efetivamente avaliadas após a venda. Para ilustrar as contradições possíveis neste mercado observemos na Tabela 12 que o ponto de ligação do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã com esse sistema maior dos mercados atacadistas, a CEASA de Londrina, mesmo comercializando um volume menor em 2016 em relação ao ano anterior, -7,41%, movimentou +22,62% mais dinheiro no mesmo período. Haveria uma infinidade de avaliações possíveis, desde que se pudesse contar com outras variáveis para a análise, mas o fato é que os números mostram um aumento global de preços num ano em que a produção interna bruta do país, o PIB, variou negativamente -3,6%, agravando os -3,8% do ano anterior, a maior depressão econômica já registrada na histórica econômica do Brasil.⁵¹ É neste cenário que os agricultores familiares associados à APRI estavam

⁵¹ Dois indicadores agudizam o contexto de crise neste cenário macroeconômico do ano de 2016. O decréscimo econômico de -6,6% no setor agropecuário e de -4,2% na demanda das famílias. Consultado em 8/9/2017: <http://www.valor.com.br/brasil/4890204/pib-do-brasil-recua-36-em-2016>.

negociando na CEASA em Londrina até maio de 2016, quando dissolveram a associação, não sem antes celebrarem o faturamento de R\$ 1,4 milhão em 2015⁵².

A compra de terceiros, como ficaram denominadas as compras de agricultores não associados à APRI, que chegavam no Mercado as vezes de forma inusitada, ofertando uma caixa de quiabo, caixas de ponkã, pencas de banana, uma safra de laranja caipira, ou de um abacate “sem igual”, perdendo no pasto. Negócios de ocasião. Relato de agricultor humilde, que veio do município de Nova Tebas e suplicava para que lhe comprassem o produto que tinha à mão, para que pudesse pagar a passagem de volta. A compra de terceiros listou 54 fornecedores, que preferencialmente desejavam vender para o mercado e receber imediatamente, mas poderiam combinar outras condições como vimos com Anivaldo Mendes que gerenciou o Mercado e explicou que para

a maioria dos terceiros, pagava preço a vista e o Mercado ficava responsável por perdas e danos. Mas o preço era um preço de atacado. A gente jogava lá uns 30, 35% como uma margem de lucro. Para outros, condicional, a gente jogava uns 20, 25%, só que era condicional. A gente não se responsabilizava pelo produto dele que não vendia, mas pagava um preço melhor que o atacado. (ENTREVISTA 11)

As compras de terceiros poderiam ser feitas então de duas formas: sob pagamento a vista, ou sob condicional, consignação. Compras à vista, com a assunção de riscos de perdas, sob preço de atacado, com maiores percentuais de ganhos, que não poderiam ser tratados imediatamente como lucro, antes de serem descontados outros custos da operação de comercialização do Mercado.

A consignação era a condição oferecida aos agricultores associados e estendida a vários não associados, os chamados terceiros. Trata-se de um contrato entre quem entrega sua mercadoria para ser vendida, o consignador e quem fica incumbido de comercializá-la, o consignatário. O Mercado, como consignatário, atribuía um preço a ser pago pela mercadoria consignada caso se efetivasse a venda, um preço intermediário entre o que era pago aos sócios e os preços de atacado, pagos a vista pelo Mercado, em negócios de ocasião. Caso sobrasse mercadoria não vendida, caberia ao consignador recolhê-la repôr mercadoria nova se se entendesse com a gerência do Mercado na manutenção da parceria.

⁵² Embora o presente trabalho não se ocupe de análise da movimentação financeira e contábil da APRI, alguns dos entrevistados fizeram referência a este faturamento como símbolo da grandiosidade do que foi a APRI e o Mercado da Agricultura Familiar.

E alguns, mais da região aqui, que a gente era mais conhecido, a gente falava: - Deixa o produto aí que a gente vai vender por um determinado preço e o que nós não vender, você repõe. Principalmente laranja, porque época de laranja aqui, essa laranja rosa, essa laranja comum aí, produz bastante. Bastante gente tem oferta, limão. Então trazia o produto, outro trazia, a gente: - Não, deixa aí. A gente controlava também para não pegar de todo mundo e colocava na banca daí não vendia. Tinha esse controle. Abacate. Mas esses produtos são mais temporão, uma época só. Não é o ano todo. Então, o que a gente precisava era ter essa técnica para produzir, por exemplo o abacate, laranja, mexerica, o ano todo, e a gente não tinha esse controle. Não era um produto que o associado, ele se programou pra produzir. Já tinha na propriedade lá então ele dizia: - Vou vender. Não tinha a responsabilidade. A gente queria desenvolver essa responsabilidade: - Eu vou produzir laranja porque eu tenho que vender. Eu vou produzir ponkã porque eu tenho a responsabilidade de vender. (ENTREVISTA 11)

A consignação prestava-se a estabelecer uma condição diferenciada com o terceiro. Se ele arcava com os riscos, mereceria um preço melhor que o de atacado, pagos em compras a vista de outros terceiros, que tinha como referência os preços pagos nas compras feitas na CEASA em Londrina.

Os pagamentos aos agricultores familiares associados eram feitos muitas vezes em espécie, com o dinheiro disponível no caixa do Mercado e conforme preços anteriormente combinados. Foi marcante nos trabalhos de campo a referência positiva aos pagamentos quinzenais.

O atacado foi experimentado em três formatos: vendas maiores e regulares para clientes especiais, como restaurantes, lanchonetes e eventos; venda de produtos de agricultores locais na CEASA em Londrina e; compra de produtos na CEASA para outros estabelecimentos da região cobrando-lhes R\$3,50 de taxa por caixa transportada, de modo a ratear gastos logísticos do transporte do caminhão.

A logística projetada para o caminhão, como já vimos, buscava “salvar a Associação”. Antes do caminhão a APRI foi capaz de adquirir com recursos próprios o veículo utilitário modelo Fiat Strada, com o qual realizaram a logística das compras na CEASA em Londrina e entregas a clientes. A cessão de uso do Caminhão Furgão, na garantia, sem custos senão o de um plano de seguro, abastecimentos e manutenção, fez com que acreditassem em sucesso maior agora. Mas já nos abastecimentos perceberiam que o Caminhão potencializaria o transporte, mas aumentaria os custos absolutos desta logística. Daí a ideia de relativizar este aumento no custo de transporte com seu potencial: ampliar a capacidade ocupada do Caminhão, encontrando parceiros dispostos a pagar R\$3,50 por caixa trazida da CEASA, três dias por semana. Daí a importância de ocupar esta capacidade de

transporte também na ida, no caminho inverso, para levar a produção dos associados para vendas de atacado na CEASA, como se idealizara desde o princípio e fora cobrado na cessão de uso do Caminhão.

A logística empregada neste fluxo entre Ivaiporã e Londrina passou a ser julgada sob a lógica do dilema inicialmente posto, de que as compras na CEASA poderiam descaracterizar o Mercado como espaço de produtos da agricultura familiar. As mercadorias vindas da CEASA variaram entre 30 e 40% de todo o volume comercializado no Mercado da Agricultura Familiar. Em geral, produtos não produzidos pelos associados e por isso, seja pela raridade, seja pelos custos agregados de logística, produtos de maior valor de troca. Partia-se de Ivaiporã pela manhã rumo a viagem de 160 km ao norte, em estrada com manutenção razoável e sem pedágios. Poderiam ir na madrugada e pegar as primeiras ofertas do dia na CEASA, com produtos mais frescos. Mas no decorrer do dia os preços diminuem, especialmente na parte da tarde, quando os produtores que atuam na “Pedra” liquidam o que ainda não venderam para voltar à propriedade e à produção.

A gestão do Mercado ocupava-se, dentre tantas tarefas, em garantir a lógica da regulação e do planejamento das ofertas dos associados, de modo a distribuir oportunidades de cultivo e evitar concorrência entre os próprios associados. Existiram conflitos, ainda que latentes, em relação às cotas de produção de cada associado. Havia quem quisesse entregar alface, mas não poderia porque o produto já estava suprido de ofertas. Poderia julgar seu produto com melhor qualidade para agradar a clientela. Deflagravam-se embates de subjetividades. E quem pretendia ingressar na APRI e era barrado por cultivar e ofertar produtos considerados saturados, também se indignava. Este arbitramento desgastava a gestão. Quanto mais este arbitramento estivesse alicerçado em regras apreendidas por todos os associados e terceiros participantes da vida do Mercado e menos embaraço a pessoas do Gerente teria para gerenciar.

A gestão do Mercado poderia ter contado com o trabalho de apoio das organizações envolvidas na construção social do Mercado da Agricultura Familiar: um monitoramento permanente das relações entre os associados, entre os associados e seus parceiros no funcionamento do Mercado, de modo a identificar conflitos derivados de descumprimento de regras, contribuir com correção de regras em disfunção, a educação para o convívio e para o controle dos riscos. Monitoramento com focos em relações estabelecidas nas compras, vendas,

consignações, pagamentos, transportes, gestão associativa, produção familiar, tentando enxergar a sociabilidade entre os associados, com foco nas percepções de todos os agentes do Mercado: agricultores familiares associados, ou terceiros não associados, CEASA e seus agentes específicos, assim como os consumidores, clientes, e os parceiros institucionais.

4.2.3 Cultivo orientado pela demanda: diversificação e volume

A diversificação é um mandamento da agricultura familiar, seja pelas motivações econômicas, mas também pelas ambientais. Todavia, o paradigma taylorista fordista, embutido no paradigma da modernização agrícola, promoveu também entre os agricultores familiares uma busca pela especialização monocultora e produtivista, que por muito tempo ignorou a importância sistêmica da diversificação e a importância da demanda daquilo que se produz.

Alienados dos complexos sistemas logísticos de comercialização atacadista de produtos hortifrutigranjeiros cultivados em larga escala, que foram se constituindo ao longo do processo da modernização agrícola, os agricultores ivaiporaenses se viam quase que totalmente excluídos do mercado local de hortifrutigranjeiros, dominado especialmente por produtos vindos da CEASA de Londrina.

A criação do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã como uma porta para a comercialização da produção dos associados à APRI e de “terceiros” da agricultura familiar de Ivaiporã e região, poderia e deveria funcionar como instrumento de regulação e planejamento das produções de todos esses fornecedores locais, como observa Anivaldo Mendes que presidira a APRI nos últimos momentos de sua existência:

O que que a gente buscava, na época que eu estive ali, que tinha que buscar em Londrina: batata-doce, cará, inhame, tantas outras coisas que podiam ser produzidas aqui. Mas eles não tinham essa visão. A visão maior era produzir folha. E folha já estava sendo suprido. (ENTREVISTADO 1).

Anivaldo Mendes relata iniciativa do STRI de tentar trazer para Ivaiporã o extensionista rural Odair Suzin da EMATER, lotado no município de Borrazópolis, dedicado a parceria com a Delegacia Regional da FETAEP para apoio à agricultura familiar. O propósito seria justamente o de desenvolver um planejamento que conciliasse a produção dos associados da APRI às demandas do Mercado da

Agricultura Familiar. Por outro lado, que incluísse novos associados, orientando-os a produzirem o que até então era buscado fora e que podia ser produzido localmente.

TABELA 15 COMERCIALIZAÇÃO DO MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR POR CATEGORIAS, ORIGEM DA PRODUÇÃO E “EXPORTAÇÃO”

CATEGORIAS	PRODUÇÃO LOCAL	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
Artesanato	Bordados em fita, Pano de prato, Tapetes, Toalha	-	-
Cereais	Feijão, Feijão de Corda, Milho seco, Milho verde	-	-
Frutas	Abacate, Acerola, Atemóia, Banana, Caqui, Graviola, Jaboticaba, Laranja Lima, Laranja Pera, Laranja Rosa, Lichia, Maracujá, Morango, Ponkã, Tomate	Abacaxi, Maça, Melão, Pera, Pêssego, Nectarina, Laranja, Uva	Maracujá, Tomate, Melancia
Indústria Caseira	Bolachas, Café, Colorau, Doce de abóbora, Doce de banana, Doce de mamão, Geleia de mamão, Geleia de Jaboticaba, Pães, Polpa de maracujá, Polpa de Morango, Quirera	-	-
Inusitado	Pena de Pavão	-	-
Legumes	Abóbora, Abobrinha, Beringela, Chuchu, Giló, Pepino, Pimenta	-	-
Olerícolas	Alface, Almeirão, Brócolis, Cheiro verde, Chicória, Couve, Quiabo, Repolho, Rúcula, Vagem	-	Repolho
Origem Animal	Mel, Ovo, Queijo	-	-
Outros	Cana, Palmito Pupunha	-	-
Tubérculos	Alho, Alho Poró, Batata-doce, Beterraba, Cará, Cebola, Cenoura, Inhame, Mandioca	Batata, Batata-doce, Cará	Batata-doce

Fonte: Entrevistas com associados e dirigentes da APRI.

O Mercado poderia funcionar como uma válvula para regular a diversidade de produtos, bem como os volumes a serem produzidos. Feito de forma associativa, transparente e pactuada, os agricultores poderiam aproveitar as oportunidades de produzir novas variedades, eliminando ou diminuindo drasticamente os riscos inerentes ao ato de entrar em um novo mercado ou produzir uma nova mercadoria.

E ainda que muito aquém do possível, esse mecanismo funcionou. Ao serem perguntados sobre a comercialização de sua produção antes da existência do

Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, a maioria respondeu que antes, a comercialização da produção era “insuficiente, com pouca variedade e pouco volume”. Depois da APRI e das possibilidades de comercialização do Mercado, os agricultores aumentaram suas produções não apenas em volume, mas em variedades cultivadas. O Mercado promoveu diversificação.

Se durante muito tempo, agricultores ivaiporaenses eliminaram os pomares nos sítios por não ter para quem vender as frutas que se perdiam, agora passaram a coletá-las para vender no Mercado. Nestes casos nem se poderia dizer que o Mercado tivesse promovido diversificação de espécies cultivadas, mas o aproveitamento daquilo que já existia, sem valor de troca, e que a qualquer tempo poderia ser eliminado para virar mais terra mecanizável coberta de soja.

Um exemplo elucidativo da importância do Mercado como oportunidade para novos negócios para a agricultura familiar local, vem de um casal de agricultores, que no passado investira na propriedade dos pais com os quais viviam, ao ponto de certificarem-na como uma unidade produtiva orgânica. Com uma grande quantidade de frutas e especialmente de tomates orgânicos, não encontraram mercado que remunerasse adequadamente a produção e abandonaram até mesmo o pagamento das auditorias que asseguravam o selo orgânico.

O casal buscou outras estratégias de reprodução, ambos ingressaram por concurso no serviço público, passaram a ter uma vida mais urbana. Mas com a oportunidade do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, associaram-se à APRI e retomaram os cultivos do que haviam abandonado: abacate, alho poró, atemóia, banana, batata-doce, cana, caqui, cará, chuchu, graviola, inhame, laranja lima, laranja pera, laranja rosa, lichia, mandioca, mel, pena de pavão, ponkã e pupunha.

Até a inusitada pena de pavão. Explica o agricultor que os pavões trocam de pena no final do ano, justamente em época de festas natalinas, e que, ao ver a imensa quantidade de penas de pavão ao chão, coletou-as e levou-as para o Mercado para vendê-las ao custo de R\$1,00, sem que desse para quem quisesse.

O dilema vivenciado em reunião realizada poucos dias antes da abertura do Mercado, se deveriam ou não buscar na CEASA em Londrina produtos que não produziam, continuou assombrando a associação até sua última assembleia. Como dito naquele primeiro encontro com o dilema, os associados poderiam passar a produzir localmente aquilo que estivesse sendo trazido de fora, a partir da análise do comportamento da demanda.

Entre os associados entrevistados surgiram críticas à condução desta relação, das quais podemos extrair um caso Casal que antes de ingressar na APRI comercializava apenas café em sacas, estando suscetível à alternância bienal de boas safras, às geadas que eventualmente assolam a cafeicultura em Ivaiporã, às oscilações de preços no mercado internacional da *commoditie*; estrearam no Mercado como fornecedores de um único produto: café. Já não mais em sacas de 60 kg, mas torrado, moído e empacotado em sacos de 1 kg.

O sucesso em poder ter uma renda quinzenal em vez de anual, de ganhar pelo café a valorização agregada dos processos de beneficiamento, motivou o casal a participar de forma mais efetiva do Mercado. Ela se associou à APRI e começou a aproveitar o que já existia no sítio para comercializar outros produtos, como queijo, geleias de mamão e jabuticaba e doces de banana e abóbora, produtos de uma indústria caseira do aproveitamento do leite e das frutas de estação disponíveis. Ele se orientou pela comercialização no Mercado, para ir além da lavoura do café e dar outro sentido ao cultivo de espécies como o abacate, batata-doce e maracujá.

E na batata-doce encontraram um produto de fácil manejo, preços compensatórios e demandas convidativas. Colhiam a batata-doce e “*com um jato suave da wap*” lavavam sem danificar, dando-lhe boa apresentação. Levavam em caixas ao Mercado e como os demais associados, organizavam o produto na banca.

Lamentaram quando, ao retornarem para repor produtos novos e recolher sobras que já não pudessem mais ser comercializadas, debitando o peso do volume recolhido do peso depositado, apurando os valores a serem recebidos, depararam-se com batatas-doce “esfoladas”, bem diferentes daquelas que foram cultivadas, colhidas, lavadas e transportadas com cuidado até a banca. Possivelmente era um problema de gestão de quem deveria saber das ofertas dos associados no momento da formulação da lista de produtos a serem procurados e adquiridos na CEASA.

Lamentaram duplamente: por terem que concorrer com batatas-doces vindas da CEASA e ainda absorver suas sobras, descontando de sua própria produção. Sentindo-se perdedores, levaram para casa as batatas. Depois, continuaram comercializando batatas-doces com outros estabelecimentos do comércio local de hortifrutigranjeiros e logo deixaram de comercializar com o Mercado. Frustraram-se com suas expectativas de que o Mercado da Agricultura Familiar funcionaria vendendo a produção local em suas bancas e levando os excedentes para fora, para a CEASA em Londrina ou em outros mercados,

precisamente o inverso do que aconteceu na história da batata-doce.

Assim, o Mercado da Agricultura Familiar, que havia sido tão importante para o casal naquele momento em que a geada destruíra as expectativas de uma safra de café, convertera-se em injustiça para o casal ao permanecer comprando de fora, aquilo que eles passaram a produzir localmente e com melhor qualidade.

Contudo, embora o caso seja didático, façamos uma análise panorâmica da percepção dos agricultores familiares associados sobre a “Associação do Mercado durante a experiência de participação”:

TABELA 16 EFEITOS DO “MERCADO” NO TRABALHO, RENDA E AUTOESTIMA

QUESTÃO E RESPOSTAS ESTIMULADAS	AGRICULTORES ENTREVISTADOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Durante a experiência de participação na “Associação do Mercado” –										
1. aumentou o trabalho, a renda e autoestima da família;	X		X		X	X	X	X	X	X
2. aumentou o trabalho e a renda;		X								
3. aumentou o trabalho;				X						
4. pouco ou nada afetou sua vida;										
5. outro (qual/satisfação pessoal?);										

Fonte: Entrevistas com grupo de dez agricultoras e agricultores associados da APRI.

Todos os entrevistados escolheram alternativas que indicam aumento do trabalho, tendo um percebido apenas aumento de trabalho, outro de trabalho e renda, enquanto oito perceberam aumento de trabalho, renda e autoestima da família. Poderiam ter optado em responder que “pouco ou nada afetou sua vida”.

Como já observado no pensamento de PLOEG (2016) o sucesso com as “infraestruturas sociomateriais” de mercados aninhados, normalmente impactam positivamente no desenvolvimento da multifuncionalidade no estabelecimento rural, na renda, na diversificação de produtos e serviços e na reputação que em círculo virtuoso potencializa a diversificação. (p. 24-25).

O cara produzia um feijão semi-orgânico, que para ser orgânico tem que ter registro, colocava lá e o pessoal dava preferência. Eu mesmo aqui produzi, levei lá e o quanto levava vendia. É, milho de bulhão, quanto ponhar, hoje não tá tendo, não sei porque que eles pararam. Quirerinha do milho, moído, pega lá três tipos de quirera. O que colocava ali vendia. Abóbora madura, a gente cortava e colocava na bandeijinha. Cebolinha, salsinha, levava lá e ia embora. (ENTREVISTA 9)

Assim é compreensível o apontamento quanto ao aumento de trabalho, de renda e especialmente da autoestima da família proporcionada para a ampla maioria

dos entrevistados. E cabe outra consideração deste fenômeno à luz do pensamento de Chayanov (2014), que ao teorizar sobre “sistemas econômicos não capitalistas” e abordar as peculiaridades do modo de produção doméstico, observara que

a exploração camponesa familiar tem de tirar partido da situação do mercado e das condições naturais, de modo a assegurar à família um equilíbrio interno compatível com o máximo de bem-estar possível. Tal objetivo é atingido introduzindo no plano de organização da exploração um investimento em trabalho suficiente para permitir uma remuneração por unidade de trabalho que seja a mais elevada possível. (p. 108)

Se aumentou o trabalho e a renda, se o aumento da fadiga familiar foi acompanhado de recompensas financeiras, é importante dizer que em julgamentos mais amplos, o aumento da autoestima familiar pode significar que “valeu a pena” e que estas famílias melhoraram de vida, ao menos em seus próprios julgamentos.

5 O EPÍLOGO DA ASSOCIAÇÃO

Em 31 de maio de 2016, 19 associados iniciaram com uma oração a reunião que deliberaria sobre a dissolução da Associação. Sob a liderança do presidente do STRI, Donizete Pires, que *“fez um relato dos bens móveis e o veículo da Associação conforme solicitado em reunião anterior, ressaltando que, ficou faltando o saldo bancário, após a apresentação, todos os associados presentes aprovou o relatório.”*

Todos os débitos pendentes foram apresentados, com seus respectivos credores, num total de R\$38.687,48 sem computar os acertos trabalhistas com os 6 funcionários que trabalharam até o último momento no Mercado. Igualmente, foram apresentados os créditos a receber, que totalizavam R\$15.015,20.

Passando a palavra a Sra. Sonia, a mesma disse que em sua opinião, não era possível mais continuar com a Associação da forma que está e que o caminho seria mesmo o encerramento das atividades como Associação, opinião esta que foi acatada por todos os associados presentes, apenas o Sr. José Antonio Vieira acrescentou que era importante o grupo que assumiria se comprometessem a continuar mantendo todos os fornecedores que até por hora fornecem a Associação. (Ata de 31/05/2016).

Relevante a preocupação de se manter as portas abertas a todos os fornecedores que participaram da experiência do Mercado da Agricultura Familiar. Remetia aos tempos de “antes” da “Associação do Mercado”, quando os agricultores familiares de Ivaiporã se viam excluídos do mercado local de hortifrutigranjeiros.

Apresentados os números a palavra continuou aberta, com a indagação se alguém estaria disposto *“a assumir o encerramento da Associação”*.

pedindo a palavra o Sr. Antonio Zeferino, representando um grupo de 05 associados, disse que assumiria a responsabilidade, uma vez dado baixa, com o propósito de montar um novo ponto comercial de cunho particular com o grupo.

[...]

Pedindo a palavra, os Srs. Silvio e Jurandir, disseram que nessas condições também possuem interesse de assumir as responsabilidades e o encerramento da Associação.

[...]

Na sequência, o Sr. Antonio que representava o outro grupo, disse que abriria a mão, passando toda e qualquer responsabilidade aos Srs. Silvio e Jurandir.

[...]

a quitação dos débitos já anteriormente citados, sendo que com o prazo até dia 06 de Junho de 2016 das dívidas referente aos associados; quitação de todas as dívidas da Associação que venha vencer nos determinados prazos; o custo da baixa junto a Receita Federal e Estadual e o Escritório Iguaçu, aluguel, enfim, todas as pendências da Associação. E por último, a quitação de todas as dívidas dos funcionários. (Ata de 31/05/2016)

Consolidara-se a divisão que se desenvolvera na APRI durante o funcionamento do Mercado. Ficaram com o compromisso de saldar os passivos da Associação, bem como assumir os ativos e continuar as atividades do Mercado da Agricultura Familiar, os associados Jurandir Stresser, Silvio Benites, Sérgio Paulo Sanches e José Antonio Vieira. O outro grupo, que pretendia assumir o Mercado da Agricultura Familiar, formado por Sonia Crozato, Antonio Zeferino, Paulo Sergio, Hesron, Irmãos Verenka, criaria dias depois, um outro empreendimento de comércio varejista de hortifrutigranjeiros: a Frutaria do Xaranga. Foi observado que em questão de meses, as duas organizações passaram por novas reduções em seus respectivos quadros societários, concentrando em um número menor de sócios a propriedade das empresas hortifrutigranjeiras.

Mas é relevante observar que, apesar de se constituírem em “sociedades civis limitadas”, os dois novos empreendimentos permaneceram sob o controle de agricultores familiares, comprando de dezenas de outros agricultores familiares de Ivaiporã e do Vale do Ivaí, mantendo abertos os canais de comercialização da produção, que não existiam “antes” da criação da APRI em 2012.

As agricultoras e agricultores pesquisados mostraram que a morte da APRI não foi o fim da venda de seus produtos no mercado local. Ao se indagar às agricultoras e agricultores sobre como ficou a comercialização da produção “depois” da “Associação do Mercado”, encontramos sim um que respondeu que “acabou”, mas ponderou que a agricultura já não era mais atividade econômica principal da família. (ENTREVISTA 5). De que na verdade só haviam voltado a produzir com foco na comercialização em função da oportunidade da associação e do Mercado.

TABELA 17 COMERCIALIZAÇÃO DEPOIS DA “ASSOCIAÇÃO DO MERCADO”

QUESTÃO E RESPOSTAS ESTIMULADAS	AGRICULTORES ENTREVISTADOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Depois do “Mercado” a comercialização de sua produção										
1. acabou					X					
2. diminuiu em diversidade e volume		X						X		
3. manteve-se em diversidade e volume	X			X		X	X		X	
4. aumentou em diversidade e volume			X							X
5. outro										

Fonte: Entrevistas com grupo de dez agricultoras e agricultores associados à APRI.

Das duas respostas de que “diminuiu em diversidade e volume”, uma delas justificou a diminuição de volume em função da “divisão de uma frutaria em duas”. Sobre tal divisão, lamentou ainda como injustiça, o grupo que assumiu as dívidas da APRI manterem o domínio do nome de fantasia Mercado da Agricultura Familiar, uma marca nome que era de todos. (ENTREVISTA 2). A resposta mais frequente foi de que a comercialização da produção “manteve-se em diversidade e volume” mesmo após a dissolução da APRI. E houve também quem afirmasse que “aumentou em diversidade e volume”, mas que fez questão de ponderar que isso não significa que o Mercado impusesse alguma limitação. (ENTREVISTA 3).

TABELA 18 SUBJETIVIDADES ILUSTRATIVAS DA ASSOCIAÇÃO DO MERCADO

<p>Eles sempre batiam na mesma tecla nas reuniões: pro povo plantar e o povo não plantava. (Familiar de Entrevistado)</p>	<p>“Mas se tem uma coisa que eu sinto saudades, é da Agricultura Familiar ali. Deu muito certo. Você entregava seus produtos, vendia tudo, a gente fazia acerto de 15 em 15 dias, você tava com o dinheiro na mão. Daí foi entrando em conflito pessoal e deu no que deu. Deu muita dó. Até hoje penso, depois que acabou, tinha que ter lutado mais pela associação. (2)</p>	<p>Eu creio que o trabalho, aumentou automaticamente, a renda e a satisfação também, porque tendo trabalho, tem satisfação também. (3)</p>
<p>Depois que a gente fez a associação deu uma regulada no preço das coisas. Quem saiu ganhando com isso foi o consumidor. (Familiar de entrevistado)</p>		<p>“Esses mercados grandes não perdem por quê? É tudo informatizado. O computador já dá pra você, vamos supor, 20 quilos, ele já dá pra você, deu tanto de perda, sai o relatório para você certinho. É isso que eu queria na associação.” (Familiar de Entrevistado)</p>
<p>“Além de entregar na merenda escolar, aquele excesso de produção que não ia ser absorvido lá, porque tem as férias, tem um feriado no meio ali, ou: ‘ - Hoje não vou poder pegar.’ Uns dois dias que você ia ficar com o produto, porque chega na época de produzir, produz. Então o Mercado nosso, associação, foi uma válvula de escape. (7).</p>	<p>“Lutamos até o último instante, até o último respiro para poder salvar aquilo. Que dó! Hoje nossa renda é isso. Mas quando a gente trabalhava lá, nossa renda era quinzenal, era de 6 mil. Eu já tirei 8.500 quinzenal.” (8)</p>	<p>“Feijão que dá aquela vagem cumprida, tinha um pé na porta aqui, e produziu barbaridade. Fazia uns montinho de coisa assim, com 180 gramas, 200 gramas e quanto levava lá, vendia. Coisa que três ou quatro pés, digamos assim, dava o leite das crianças.” (9)</p>

Fonte: Entrevistas com grupo de dez agricultoras e agricultores associados à APRI (N) e familiares.
Foto: Produtos colhidos e embarcados no crepúsculo da véspera da entrega, pesquisador, 2016.

Se os números minimizam a dissolução da APRI, mostrando que em geral os agricultores e ela associados mantiveram a comercialização de suas produções no mercado local de hortifrutigranjeiros, não são suficientes para expressar a subjetividade da dissociação da APRI, como ilustrado na Tabela 18.

Em todas as entrevistas, agricultoras, agricultores e familiares seus, lamentaram a dissolução da associação. Ainda que tivessem mantido a diversidade e o volume de comercialização depois da dissolução, lamentaram pelo que tinham perdido, ou de possibilidades do que poderia ter sido. Mas é fato que estes agricultores familiares, além de plantar, cultivar e colher, passaram a vivenciar a comercialização de seus produtos não mais como coadjuvantes ou figurantes, mas como protagonistas. O preço pago em trabalho para viver a experiência associativa de venda direta ao consumidor, transformou suas vidas.

5.1 ASSOCIAÇÃO CAMPONESA E RACIONALIDADE CAPITALISTA

Seria um desperdício deixar de confessar que a escolha por se estudar o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã era revestida de certa expectativa utópica, de que aquela experiência dos agricultores familiares de Ivaiporã, que inicialmente mostrara-se exitosa, abrindo-lhes mercado e assegurando-lhes ganhos dignos, poderia servir de modelo de empreendimento de economia solidária a ser replicado para a práxis camponesa e para políticas pública, na perspectiva de que o associativismo na comercialização poderia gradativamente vencer a lógica do mercado concorrencial.⁵³

Mas a concorrência é comportamento típico da racionalidade capitalista, dominante em sociedades contemporâneas. Experimentar comportamentos associativos, solidários, mas imersos num contexto econômico, social, político e cultural de competição, é experimentar a ousadia, pois não faltam mecanismos de reação às iniciativas que tentam regular o individualismo, reforçado pelo liberalismo ideológico, massificado cotidianamente pelos meios de comunicação social e reproduzido nas relações capitalistas da vida social.

Na experiência do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã não seria

⁵³ Daí a frustração e a disposição de abandonar o tema quando se soube que a associação se dissolvera. E assim teria acontecido, não fosse a sensatez da orientação acadêmica ao recobrar o pensamento crítico. Mostrou que a dissolução da APRI poderia ser problema de importante solução, ao menos no plano teórico.

diferente. Ações e relações pautadas pela racionalidade associativa, se chocariam com a racionalidade capitalista. Iniciativas associativas se chocariam com o discurso e a lógica da livre iniciativa, da iniciativa desregrada, do liberalismo extremista.

Este debate se insere na nova sociologia econômica em torno da construção social de mercados, que aqui relacionamos com os debates sobre a racionalidade camponesa remanescente na agricultura familiar contemporânea, na participação nos mercados, amplamente estudados pela chamada sociologia rural. No prefácio da edição em língua portuguesa de “Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade” (SABOURIN, 2009), Maria Nazareth Wanderley realça da obra, “a permanência de ‘lógicas camponesas’ de resistência e reprodução”, na participação dos agricultores familiares no mercado (WANDERLEY apud SABOURIN, 2009, p. 13).

Considerar o camponês um exclusivo produtor para sua própria subsistência seria amputar a dimensão mercantil da sua atividade econômica, da qual não escapa (imposição do mercado) e que é por ele valorizada (desejo de inserção). Contudo, não basta afirmar sua presença nos mercados capitalistas ou as tentativas mais ou menos bem-sucedidas de participação nas chamadas cadeias produtivas; é preciso qualificá-la. Neste caso, a vinculação mercantil não se orienta em função da remuneração de um capital. O que está em jogo é a sobrevivência da família pela construção/reprodução do patrimônio familiar possível, no presente e no futuro, e da própria comunidade camponesa. Com este objetivo, os resultados da produção seguem destinos diversos, porém complementares: “autoconsumo, dons e redistribuições interfamiliares, prestações recíprocas de sementes, alimentos e pequenos animais” e, claro, “a venda para diversos tipos de mercado”. (Ibidem, p. 14)

Wanderley identifica o princípio explicativo de Sabourin sobre a reprodução camponesa: “uma articulação dialética entre as implicações da troca mercantil e as práticas de reciprocidade. Autores clássicos como Marcel Mauss e Karl Polanyi e os contemporâneos D. Temple, A. Caillé, M. Chabal, J. Godbout, A. W. Gouldner” (p. 14) serviram de referência para que retratasse a questão sobre o cenário brasileiro.

A estas “regras ancestrais de reciprocidade camponesa”, Eric Sabourin acrescenta, em sua análise, outras formas de organização, adequadas ao exercício de novas funções, no que se refere à condição profissional – sindicatos –, às relações com o mercado – cooperativas – e ao acesso mais amplo a bens e serviços – associações. A participação dos camponeses nessas “redes sociopolíticas e sociotécnicas” favorece a “atualização da dinâmica da expansão da reciprocidade”. (Ibidem, p. 14)

Observemos a importância da participação de sociedades civis como o CMDR, o STRI e a CRESOL na construção social da APRI e do Mercado da

Agricultura Familiar de Ivaiporã. As organizações com as quais os agricultores familiares estavam familiarizados, acompanhando-os, construindo junto nova organização, para sistematizar as práticas de reciprocidade do grupo, fortalecendo-o para relações sociais de riscos: as trocas mercantis.

As racionalidades próprias destas organizações, como aquela da fiscalização e deliberação paritária com o poder público e outras representações da sociedade civil no âmbito da democracia participativa no CMDR; a da reivindicação sindical, na perspectiva dos direitos econômicos, sociais e trabalhistas no STRI; ou da cooperação de crédito financeiro na CRESOL; certamente influíram na racionalidade dos participantes da APRI e do Mercado. São espaços de reprodução da racionalidade da agricultura familiar.

Wanderley também observa nesta dinâmica de participação, o espaço onde o camponês estabelece as relações sociais mais amplas e se afirma como cidadão, como ser ativo na vida da *pólis*. E das teses e antíteses que pululam nas redes de relações camponesas, reverberam correlações para influir “as posições e as práticas do Estado – pela via das intervenções das políticas públicas – e dos diversos movimentos sociais”. (Ibidem, p. 15). A autora observa ainda, que a intervenção do Estado nas últimas décadas, tem valorizado a agricultura familiar, especialmente a partir do Pronaf, embora tal programa ao valorizar o crédito, enfatize a dimensão mercantil do agricultor. Mas Wanderley identifica também em Eric Sabourin que as

transformações introduzidas mais recentemente nas políticas públicas se inspiram em concepções alternativas do desenvolvimento rural, comunitário sustentável, territorial. Apesar dos vários fatores que limitam os impactos destas abordagens, parece claro que emerge “um processo de diálogo e de coordenação” que resulta no “reconhecimento público dos dispositivos coletivos dos agricultores”, que tem a marca da multifuncionalidade e da reciprocidade. (Ibidem, p. 15)

É a leitura que se faz das políticas públicas de segurança alimentar, que ao realizar compras públicas de alimentos produzidos pela agricultura familiar poderiam ser chamadas também de políticas públicas de “segurança para plantar”. Tais políticas públicas procuram neutralizar a concorrência entre os agricultores familiares, oferecendo-lhes os mercados institucionais, para venderem seus produtos dispensados de se submeterem à competição exigida nos procedimentos licitatórios. Dispensados da concorrência, atendem a chamada pública⁵⁴ convocada

⁵⁴ A RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013, que “Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de

pelo órgão público para que se atendam requisitos mínimos:

que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. (LEI 11.947/2009, art. 14, § 1º).

Ao dispensarem a concorrência, estas políticas públicas permitem o exercício da cooperação e da reciprocidade. No caso da incidência destas políticas públicas junto aos agricultores familiares ivaiporaenses, vale dizer que influenciou na construção da associação para a gestão do Mercado, ao menos na percepção de entrevistados (Tabela 9, p. 135). Assim, as vendas para o mercado institucional prepararam os agricultores familiares para as vendas, de forma associada, no mercado concorrencial de hortifrutigranjeiros local, inclusive com participação atacadista de alcance regional.

Um caminho inverso ao de iniciativas que partem da informalidade econômica para a institucionalização, na experiência em questão verifica-se a institucionalidade das políticas de compras públicas incidindo sobre o mercado econômico privado, estimulando-o ao circuito curto e ao desenvolvimento local, à distribuição das demandas e à cooperação na oferta.

E o caminho da associação para gerir o Mercado da Agricultura Familiar, percorre o dilema de quem experimenta uma racionalidade oposta à do modo de produção dominante: enfrenta reação sistêmica. Na APRI, relações tradicionais de poder eram reproduzidas entre os associados, sem que a reflexão pudesse trazer novas regras e novas ações para o convívio associativo.

A experiência da associação civil sem fins econômicos era um desafio para quem conviveria cotidianamente a experiência do mercado, com a comparação de seus produtos com os de outros, com a definição de valores para o produto de seu trabalho e de seus associados, com alguém estabelecendo as metas de outrem, ou com o julgamento de todos sobre a dedicação de cada um à associação.

Como separar o objetivo econômico de comercializar a produção familiar, das relações associativas? Como separar a necessidade de obter dinheiro, da necessidade de construir relações associativas sem fins econômicos? Ou, ao

Alimentação Escolar – PNAE”, define em seu art. 20, §2º a chamada pública como “o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações.

contrário: como conciliar tais necessidades e as estratégias para alcançá-las?

As pistas para a compreensão deste desafio foram buscadas no campo de pesquisas. Ao perguntarmos sobre o “motivo do ‘Mercado’ não se preservar como associação” e, estimularmos a escolherem quantas respostas entendessem adequadas, ou ainda outros motivos ali não mencionados; os agricultores entrevistados focaram três motivos: faltou “aos sócios experiência associativa”, “organização e gestão adequada” e “respeito dos associados às regras e decisões”, com mais frequências das duas últimas respostas, conforme tabela 19.

Poderiam ter atribuído ao próprio associativismo a razão do fracasso, arguindo que “o associativismo não dá certo em nenhum lugar”. Vale lembrar que uma das hipóteses iniciais era de que subsistia uma indisposição dos agricultores familiares com o associativismo, seja pela tradição cultural marcada pelo coronelismo, patrimonialismo ou clientelismo, seja por frustrações com experiências associativas como se vivera com a COPIVA.

TABELA 19 PERCEPÇÃO SOBRE MOTIVO DA DISSOLUÇÃO DA APRI

QUESTÃO E RESPOSTAS ESTIMULADAS	AGRICULTORES ENTREVISTADOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Motivo do “Mercado” não se preservar como Associação										
faltou aos sócios experiência associativa	X	X		X	X	X				X
associativismo não dá certo em nenhum lugar										
faltou organização e gestão adequada	X	X	X	X	X	X		X	X	
faltou respeito dos associados às regras e decisões		X	X	X	X	X	X	X		X
outro										

Fonte: Entrevistas com grupo de dez agricultoras e agricultores associados à APRI.

Mas os entrevistados procuraram ser justos com a experiência que vivenciaram e apontaram a dissolução da associação como algo de responsabilidade dos próprios associados, por aquilo que lhes faltara.

Contudo, talvez tenham sido injustos no julgamento de si mesmos e do contexto no qual estavam inseridos, visto que a falta de “experiência associativa”, de “organização e gestão adequadas” e “respeito dos associados às regras e decisões” poderiam ou deveriam ser objeto de intervenção dos atores coletivos participantes da concepção da experiência. O poder público, através de secretarias municipais, órgãos como EMATER, SEBRAE deveria acompanhar o empreendimento e oferecer capacitação e treinamento para o associativismo. Assim, a responsabilidade pelas

faltas apontadas na tabela 17 deveriam ser divididas.

TABELA 20 PERCEPÇÃO SOBRE ASSOCIATIVISMO APÓS APRI

QUESTÃO E RESPOSTAS ESTIMULADAS	AGRICULTORES ENTREVISTADOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A experiência na “Associação do Mercado” serviu para demonstrar que o associativismo										
não é importante para a agricultura familiar										
é importante para a agricultura familiar	X	X	X			X	X	X		X
é a única forma dos agricultores progredirem					X				X	
começaria tudo de novo				X	X					
outro										

Fonte: Entrevistas com grupo de dez agricultoras e agricultores associados à APRI.

Ao serem indagados sobre o que “a experiência na ‘Associação do Mercado’ serviu para demonstrar sobre o associativismo”, poderiam ter respondido que “não é importante para a agricultura familiar”, mas ninguém o fez. Responderam em sua maioria que associativismo “é importante para agricultura familiar”.

Há que se observar que estando livres para escolher mais de uma resposta, sete dos dez entrevistados contiveram-se em apontar o associativismo como importante. Mas teve quem ainda externasse percepção do associativismo como necessário, ao optarem pela alternativa de que “é a única forma dos agricultores progredirem”. Ainda tiveram dois dos entrevistados que optaram expressar tal contentamento com da experiência da “Associação do Mercado” e com o associativismo, que “começaria[m] tudo de novo”. (Tabela 20).

6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se retornamos aos problemas e hipóteses iniciais do trabalho, vemos que já temos elementos para aferir os resultados esperados frente aos encontrados. Partimos de uma problematização com as seguintes questões: a) Há predisposições ou indisposições históricas dos agricultores familiares de Ivaiporã em relação ao associativismo? b) As políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar influenciaram na construção social da APRI e do Mercado da Agricultura de Ivaiporã? c) A APRI e o Mercado foram eficazes como instrumentos de efetivação das políticas públicas? d) Quais os efeitos do Mercado na vida dos associados? e) A construção social do Mercado viveria conflitos de interesses entre agricultores familiares e atores coletivos envolvidos, especialmente dos organismos estatais. f) Quais as razões da dissolução da APRI?

Estabelecêramos as hipóteses, incursionáramos pela revisão e pela descoberta bibliográfica, seguíramos para a pesquisa de campo, voltáramos à teoria e alcançáramos os resultados já apresentados que aqui repetimos de forma objetiva.

a) Sobre a existência de predisposições ou indisposições históricas dos agricultores familiares de Ivaiporã em relação ao associativismo, nossa hipótese inicial era que havia uma indisposição histórica em função da própria formação histórica de Ivaiporã e de sua agricultura familiar, especialmente pela forma violenta da colonização agrária, além de experiências marcantes de frustração, como a liquidação da COPIVA. Corroboraram com nossa hipótese inicial os estudos de Taques (2014) sobre os “agroecologistas de Guarapuava”. Para compreender as condições de reprodução social e política da agricultura familiar, o pesquisador balizara seus estudos em Faoro (2000) e Franco (1997), e concluíra que na formação histórica do Brasil “as camadas inferiores da população rural” sempre viveram sujeitas à “instabilidade”, aspecto que favoreceu o surgimento de “uma cultura política baseada no mandonismo, no paternalismo e no coronelismo.” (TAQUES, 2014, p. 28).

Como os resquícios dessa cultura política vicejam em Ivaiporã, Guarapuava e com maior ou menor intensidade em todo o espaço rural brasileiro e mesmo no urbano, entendemos inicialmente que a APRI já era uma exceção à “indisposição histórica” e que encontraríamos na sua dissolução a prova de que a cultura política do “mandonismo” obstrui iniciativas associativas originadas na base da pirâmide

social, no caso, nos agricultores familiares de Ivaiporã.

Resultou encontrada, confirmação parcial e ponderada da hipótese inicial: por um lado, porque se verificou que a maioria dos agricultores estudados, tiveram e têm diferentes experiências com o associativismo ou com o cooperativismo, o que demonstraria disposição para as relações de reciprocidade, para o associativismo; por outro lado, se a tal indisposição para o associativismo existisse antes da APRI, se dissolvera, visto que mesmo “depois” da dissolução da Associação, a maioria dos entrevistados respondeu positivamente em relação ao associativismo; mas no fundo, no fundo das relações interpessoais entre os associados, verificamos vários sintomas dos resquícios daquela cultura política de “dominação tradicional”, como descrita por Weber (1999) como tipo ideal: associação dominante de caráter comunitário, ordens fixadas pela tradição, arbitradas pela personalidade e até por sentimentos de simpatia ou antipatia. (WEBER, 1999, p. 148).

b) A hipótese de que as políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar influenciaram na construção social da APRI e do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã era uma convicção que foi ratificada pela pesquisa e ampliada. O estudo histórico destas políticas públicas, desde o contexto da eleição de Luiz Inácio da Silva e da prioridade dada ao Fome Zero, passando pela arquitetura institucional inovadora, premida e copiada em todo o mundo, mostraram que os efeitos desta simbiose entre a segurança alimentar e nutricional com o apoio a agricultura familiar, influenciaram não apenas o surgimento do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, mas inúmeras experiências similares de construção social de mercados locais de alimentos.

O estudo de campo auscultou as percepções dos agricultores e confirmou a hipótese. Dos 28 associados da APRI, 19 participaram dos programas PAA e PNAE, sendo 17 participações no PAA e 13 no PNAE, com alguns participando de ambos. No rol dos agricultores entrevistados, 6 participaram no PAA e 5 no PNAE. A ampla maioria deles atribuiu aos programas de compras públicas a influência predominante na mobilização dos agricultores para associarem-se para a criação do Mercado.

c) Sobre a questão da APRI e do Mercado da Agricultura de Ivaiporã terem sido eficazes como instrumento de efetivação das políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, nossos resultados esperados eram da eficácia. Todavia, os estudos que nos conduziram para além das aparências, mostraram alguns aspectos que merecem ser refletidos. A eficácia, como conceito das ciências

sociais aplicadas, especialmente da administração de empresas, pressupõe a completude de um plano, a segurança de um bom resultado, a virtude de chegar à consecução de dado objetivo, a infalibilidade. No entanto, observamos que foi em 2013, durante a existência do Mercado sob a gestão da APRI, que o PAA deixou de funcionar em Ivaiporã. Há que se ponderar que foi justamente naquele ano que a Polícia Federal fez escândalo com a operação “Agro-fantasma” atacando o PAA em nível nacional. Mas sabe-se que o programa continuou funcionando em outros lugares em anos seguintes e, como não havia suspeitas sobre seu funcionamento em Ivaiporã, poderia ter continuado ali também. A organização não foi suficiente para que os associados à APRI ou seus familiares, ou seus parceiros nas entidades aliadas, pudessem assegurar a permanência do PAA no município. Assim como não foi suficiente para fazer avançar o PNAE em toda sua capacidade de fortalecimento da agricultura familiar, como abordamos nas Tabelas 7 e 8.

d) Eram esperados resultados que indicassem positividade nos efeitos do Mercado na vida dos associados. Objeto central da pesquisa, a história do Mercado inspirou a metodologia estruturada para aferir o “antes”, o “durante” e o “depois” da “Associação do Mercado”. Buscáramos didática para dialogar e entrevistar os agricultores. A opção metodológica permitiu apreender a movimentação dos indivíduos e suas famílias no cenário da produção e da comercialização.

“Antes” da APRI e do Mercado a produção era “insuficiente, com pouca variedade e pouco volume”, ao menos para a maioria dos agricultores entrevistados. E, se expressam tal percepção sobre o “antes”, o fazem pensando que o Mercado causou desenvolvimento, com efeitos no aumento e na diversificando da produção.

“Durante” a experiência do Mercado, a ampla maioria dos agricultores perceberam aumento de trabalho, renda e autoestima familiar. Os relatos sobre os pagamentos quinzenais realizados pelo Mercado, mostram a satisfação e o orgulho pessoal dos agricultores em participarem daquela experiência. A reputação alcançada junto aos consumidores com a baixa generalizada de preços no mercado local e regional de hortifrutigranjeiros desde a inauguração do Mercado, motivava a reprodução de esforços e fazia com que os associados se sentissem realmente como deveriam ser: protagonistas no abastecimento local de alimentos.

“Depois” da dissolução da APRI, a despeito do fato de que a comercialização da produção “manteve-se em diversidade e volume” para a maioria dos agricultores entrevistados, a despeito de se manterem abertas oportunidades de comercialização

local, algo que era muito ruim e inexistente para a maioria dos agricultores “antes” daquele empreendimento, não podem ser ignorados os lamentos ouvidos nas entrevistas. Ideias como de que é “de dar dó” a dissolução da Associação, de que se deveria ter “lutado mais” para salvar o Mercado da Agricultura Familiar, expressam os sentimentos de que a APRI e o Mercado ainda tinham muito para realizar na vida daquelas pessoas.

e) A construção social do Mercado viveria conflitos de interesses entre agricultores familiares e atores coletivos envolvidos, especialmente dos organismos estatais. Inicialmente nem existia pergunta sobre eventual contradição entre a racionalidade dos agricultores familiares e as racionalidades dos atores coletivos envolvidos, como o STRI, CMDR, EMATER, SEBRAE, PMI e secretarias municipais.

Mas há perguntas que surgem no processo de orientação e qualificação da pesquisa. Contextualizar a indagação em meio a “construção social do Mercado” foi uma descoberta, durante o processo, que revelou a importância da “nova” sociologia econômica na desmistificação dos mercados, mostrando que se são econômicos, o são porque são sociais, construídos socialmente.

Foram sim encontrados registros de conflitos, como em casos verificados em diálogos entre o presidente da APRI e o secretário municipal de agricultura ou o prefeito municipal. Mas conflitos em tese, que foram superados com o respeito às escolhas dos agricultores. No mais, verificou-se o consenso como norteador das relações entre a APRI e os atores coletivos que atuaram solidariamente no seu processo de construção.

Não há registro de imposições de racionalidades exógenas à APRI. E no desafio de experimentar as trocas mercantis num cenário mais complexo, talvez fosse de grande utilidade que os atores coletivos solidários à APRI compartilhassem com os agricultores familiares racionalidades próprias da lógica dos mercados.

Assim como faltou maior atuação desses atores coletivos e de suas racionalidades, para junto dos agricultores e suas racionalidades, construírem uma racionalidade própria para o associativismo da APRI, pois ficou evidente no diagnóstico sobre os motivos da dissolução que faltaram regras de convívio para os associados ou faltaram processos educativos para internalizar as regras existentes.

f) Quais as razões da dissolução da APRI? Já vimos que a hipótese inicial recorria à cultura política derivada da formação histórica de Ivaiporã, como de resto, do Brasil. É comum partir de impressões panorâmicas, mas quando se vai ao

campo, as primeiras impressões se refazem diante da realidade.

Os conflitos que minaram a experiência associativa do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, foram conflitos endógenos, entre associados, conflitos individuais. Houve todo um cuidado ético no tratamento metodológico no trabalho de campo e na transposição das percepções dos entrevistados para a dissertação, no sentido de não publicizar conflitos de natureza individual. Assim, foram referenciadas com o nome dos entrevistados apenas falas que não reproduzissem tais conflitos, estabelecendo-se referências numéricas e impessoais na publicação das percepções dos agricultores familiares entrevistados. Daquilo que consideramos importante para a análise da experiência, encontramos um modo de transmissão de forma impessoal, preservando o capital social do convívio possível.

Tais ponderações metodológicas são necessárias na apresentação das “razões da dissolução da APRI”, pois não restam dúvidas de que os conflitos individuais solaparam a experiência associativa do Mercado. E não que estivéssemos tangenciando o estudo dos conflitos nas relações subjacentes do Mercado, pelo contrário: partimos do pressuposto que os conflitos pululam e que os consensos precisam ser construídos, cultivados.

Nos vemos diante da institucionalização do associar-se para vender, a materialização do associativismo na APRI, uma associação sem fins econômicos para gerir o Mercado da Agricultura Familiar. A percepção dos agricultores familiares entrevistados sobre as razões da dissolução da APRI indicou que faltara “experiência associativa”, “organização e gestão adequada” ou “respeito dos associados às regras e decisões”. Reforça-se a tese da importância das instituições na regulação das relações entre os indivíduos e de que o conflito se insurge onde faltam normas institucionais, estabelecidas coletivamente, ou respeito a elas.

Não se constrói identidade coletiva e solidariedade com o vento que sopra. Desde os estudos clássicos de Émile Durkheim (1999) sobre coesão social, solidariedades mecânica e orgânica, muito se produziu sobre o tema. E no desafio de fazer escolhas, nosso trabalho orientou-se pelos estudos de Eric Sabourin sobre os “Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade”, que ao analisar transformações nas organizações camponesas no Nordeste do Brasil, ofereceu uma leitura para as razões da dissolução da APRI:

As transformações organizacionais [...] traduzem várias formas de gestão

da passagem de uma economia camponesa regulada pela reciprocidade, para sistemas mistos parcialmente governados pela reciprocidade e parcialmente integrados ao mercado capitalista regional e marcados pelas regras da sociedade nacional. As relações de reciprocidade permanecem ou até mesmo se modernizam, de modo a garantir formas de coesão social ou de proximidade que sejam praticáveis em um contexto novo (Haubert, 1981) e de forma a captar novas oportunidades para a interface entre os sistemas de troca e reciprocidade. De fato, **nenhuma aprendizagem desse tipo pode acontecer sem que se produzam tensões entre indivíduos e grupos, que restringem os esforços de coordenação; todavia estas podem ser resolvidas com a construção de novas regras.** (SABOURIN, 2009, p. 111, grifo nosso).

Os conflitos ou tensões entre associados e suas próprias percepções de que a dissociação da APRI resultara das faltas de “experiência associativa”, “organização e gestão adequadas” e “respeito dos associados a regras e decisões”, nos orientaram para uma das referências teóricas de Sabourin (2009), o conceito de capital social, especialmente a abordagem dada por Elinor Ostron (1992).

Para Ostron (1992) o capital social pode ser criado e coordenado através de três modos: delegação de poder ou de responsabilidade aos líderes; aprendizagem, como internalização de novas regras; e elaboração de novas regras. E com foco em novas regras a autora consideraria “a confiança, a reputação e a reciprocidade [...] como normas centrais dos processos de manejo compartilhado de recursos”. (SABOURIN, 2009, p. 251).

Isto posto, entendemos que a eficácia da Associação dos Produtores Rurais de Ivaiporã – APRI na gestão do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, exigia a adequação das regras, incluindo sanções para o descumprimento, além de métodos para o compartilhamento e aprendizagem destas regras por todos os associados e parceiros, naquilo que lhes fosse afeto.

A coordenação da ação coletiva dos agricultores familiares associados à APRI na gestão do Mercado, poderia e deveria ter contado com a participação dos atores coletivos envolvidos na construção social do Mercado.

A falta de experiência associativa não seria suprida pelo acaso. A participação de organizações governamentais como a EMATER, SEBRAE, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, Secretaria Municipal de Educação no processo de construção social do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, poderia e deveria ter permanecido no acompanhamento daquela experiência, assegurado estratégias de capacitação permanente dos associados, com nivelamento de conhecimentos sobre

economia solidária e associativismo, espaços e momentos de reflexão e inovação.⁵⁵

Testadas as hipóteses e respondidas conclusivamente as questões inicialmente definidas como objetivos do presente trabalho, com reflexões sobre a metodologia adotada ao longo do trabalho, passamos a algumas considerações com o propósito de um “posfácio”.

Já se disse que existe um antes e um depois do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã em formato associativo. Há um saldo positivo da experiência, que deixou como legado novas regras de convívio entre os agricultores e entre eles e os estabelecimentos locais de comércio hortifrutigranjeiro, de modo que, se antes do Mercado havia até mesmo desprezo, hoje há oportunidades diversas de comercialização para os agricultores, a começar pelas sociedades civis que resultaram da meiose institucional que dividiu o quadro social da APRI.

E o processo é dialético, no sentido de que os mercados são dinâmicos e se arranjam e rearranjam ininterruptamente. Se sobra um espaço, ali pode se aninhar uma nova iniciativa como diria Ploeg (2016). E nestes termos, antes que sejam baixados os panos, deixo algumas reflexões sobre as possibilidades vislumbradas a partir da pesquisa e que podem servir aos atores interessados na construção social de um mercado justo para a agricultura familiar de Ivaiporã e alhures.

A associação é uma estrutura que agencia solidariedade entre os associados. Produz capital social capaz de potencializar resultados a cada um dos agentes individuais em seus empreendimentos. Na APRI, a taxa de 10% sobre a operação de comercialização dos associados no Mercado, antes de significar uma subtração do valor do trabalho, significava a possibilidade da produção ir para a banca e ser comercializada, algo que talvez o agricultor não conseguiria alcançar sem aquela estrutura do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã.

De outra forma, aquela estrutura de comercialização também não poderia ser estruturada pelo agricultor individualmente, sozinho. Com o empreendimento coletivo, cada agricultor associado pode potencializar sua participação no mercado local de hortifrutigranjeiros. Sua produção foi para a banca em companhia de outras

⁵⁵ Quando concluíamos a última entrevista no trabalho de pesquisa de campo em Ivaiporã, ouvimos referência a criação da Central das Associações pelo poder público municipal. Tratava-se de ideia inspirada em experiência positiva do município de Pitanga. Encontramos notícia sobre o assunto em <https://www.tribunadonorte.com/noticias/ivaipora-lanca-central-de-associacoes>. Também foi alentador identificar que a Central de Associações promoveu a realização do 1º Curso de Líderes Associativistas Rurais, conforme pode ser verificado em <http://ivaipora.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1336051>. Acessos em 26 ago. 2017.

produções, produzindo aos olhos dos consumidores o feitiço da diversidade exposta.

O consumidor tem seu julgamento facilitado quando se depara com a diversidade de produtos hortifrutigranjeiros expostos na banca. Ele processará uma diversidade de escolhas, pautadas por uma equação entre preço, quantidades e qualidades dos alimentos que adquirirá para a dieta familiar. Assim, para além das sensações, o consumidor refletirá e construirá uma racionalidade para suas compras. Para além de sua recepção sensorial, - como a visão da exposição de frutas, legumes, tubérculos, seguindo modernas técnicas de reposição exploradas no comércio varejista contemporâneo; como o cheiro ao redor, das olerícolas, dos temperos – o consumidor precisa realizar escolhas complexas.

Não se trata apenas de fazer economia, equilibrando qualidades, quantidades e preços. Há também um cardápio tácito na casa de quem compra. Preferências, restrições, curiosidades. Diferentes paladares, diferentes apreços para diferentes sabores. Quem vai à compra de hortifrutigranjeiros leva uma lista, ainda que apenas em pensamento, dos gostos dos comensais domésticos. Estas preocupações do ato de comprar, precisam estar refletidas nas preocupações de quem empreende o ato de vender. Assim, a oferta de diversidade de hortifrutigranjeiros, num dado local, com exposição na banca que permita racionalizar as escolhas do consumidor; constitui-se em força produtiva potencializadora do ato de vender de cada agricultor associado.

Os órgãos do poder público municipal, responsáveis pela agricultura, precisam adquirir ou recuperar, ou dinamizar a perspectiva do abastecimento alimentar, nos planos, programas e ações voltadas à agricultura local, para congregar o que há muito tempo já se denominava “agricultura e abastecimento”. Liderar o planejamento de ações públicas e privadas, da agricultura e do comércio, assegurando que o abastecimento alimentar ao menos do município, será atendido com o máximo possível de produção local. Cooperar tecnicamente com outros órgãos municipais ou estaduais e até federais, instalados na região, como no caso de Ivaiporã, que é sede regional de microrregião administrativa do Paraná; cooperar com órgãos ligados à saúde, educação, à cultura, para pensar os cardápios dos mercados institucionais, que retratem a diversidade de produtos da agricultura familiar local, dos frutos da estação etc e, disseminá-los. Promover e propagar, buscando alcançar as famílias e as cozinhas domésticas, amplo processo de reeducação alimentar que valorize o produzido localmente e de forma agroecológica.

Em tempos de massificação das preocupações com a saúde corporal e com a alimentação saudável, cresce o consumo consciente e a aquisição de produtos frescos, recém-saídos da terra, na ideia de que sejam os mais naturais e saudáveis possíveis. Mas se a escolha se dá apenas por esse critério, fica demonstrado o “consumo inconsciente”, dados os riscos encontrados em hortifrutigranjeiros cultivados com agrotóxicos, justamente pelo fato de chegarem às nossas cozinhas para serem manuseados e consumidos *in natura*, muitas vezes com altos níveis de toxicidade, derivados de agrotóxicos utilizados em seus cultivos, como se vê em números da ANVISA, amplificados pelo Dossiê ABRASCO (2015, p. 56):

o nível médio de contaminação das amostras dos 26 estados brasileiros está distribuído pelas culturas agrícolas da seguinte maneira: pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%), alface (54,2%), cenoura (49,6%), abacaxi (32,8%), beterraba (32,6%) e mamão (30,4%), além de outras culturas analisadas e registradas com resíduos de agrotóxicos [...]

Assim, embora a valorização da produção local já seja um elemento de contraposição à hegemonia do paradigma do mercado alimentar industrializado, do sistema agroalimentar hegemônico, resta o desafio de converter os cultivos à agroecologia, marca cada vez mais exigida no senso comum do mercado consumidor de alimentos.

Aliás esse teria sido um diferencial fortíssimo para o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. E lamentavelmente, não se verificaram esforços durante a experiência da APRI para a conversão dos sistemas produtivos à produção orgânica ou agroecológica. Dois associados, que no passado foram estimulados por extensionistas da EMATER a se converterem à produção orgânica e chegaram a ser certificados pelo IBD, há muitos anos abandonaram os certificados, desconhecem outras formas de certificação existentes e externam a dificuldade em conseguir sobreviver com orgânicos, cercados pela pulverização de agrotóxicos, como o 2-4D ou até mesmo, outros proibidos no país.

E voltamos à importância da publicização das informações dos mercados institucionais. Publicizar com bases georreferenciadas em municipal, territorial / regional, estadual e nacional, não apenas os “mapas das minas” de ofertas e demandas, mas também reforço na política pública de reeducação alimentar, publicizando cardápios, receitas que assegurem segurança e soberania alimentar, possibilitando a coordenação das ações coletivas e individuais de agricultores e

consumidores, bem como a economia de esforços e recursos.

Importante também promover permanentemente programas de reeducação alimentar, disseminando a cultura da alimentação saudável, com investimentos em inovação na indústria gastronômica, inclusive e principalmente de razão social familiar e doméstica, como estratégia de desenvolvimentos locais sustentáveis.

Sustentabilidade que se constrói também na engenharia social de caráter associativo. Afinal, a análise da experiência do Mercado da Agricultura familiar de Ivaiporã, longe de reprovar o associativismo, mostrou sua eficácia ao abrir o mercado de hortifrutigranjeiros aos agricultores familiares ivaiporaenses, abertura que há muito era idealizada e que restou mantida, mesmo depois da dissolução da APRI. Vimos que o associativismo sobreviveu como alternativa positiva na percepção dos agricultores participantes da experiência.

Daí a importância de se investir em economia solidária como alternativa à economia concorrencial, como modo de livrar os agricultores de problemas para além dos quais já se defronta no plantar, no cultivar e no colher. Os agricultores familiares precisam se organizar e ou serem organizados em associações, condomínios, cooperativas; precisam aproveitar as condições dos mercados institucionais ainda existentes, como no PNAE; para tencionar a ampliação permanente de tais mercados; recuperando espaços perdidos, como o PAA, que na proposta orçamentária para o ano de 2018 no país, sofre golpe de misericórdia como política pública, completando o cenário de retrocessos como a extinção do MDA e diminuição drástica de investimentos em diversas políticas públicas de reforma e desenvolvimento agrário que até recentemente colocaram o Brasil como paradigma para a produção de alimento no mundo.

Mas os agricultores familiares não podem depender das políticas públicas. Estando organizados, associados, podem e devem ir além do PAA, do PNAE e demais compras institucionais. É preciso romper pré conceitos sobre o mercado, muitas vezes cultivados pelo próprio “mercado” para afastar a concorrência. Os agricultores podem ousar reconstruir os mercados agroalimentares à sua imagem e semelhança, partindo do local, para redes regionais, ocupando lacunas, construindo estratégias de solidariedade com outros atores da vida social, provocando o consumo consciente, oferecendo diferenciais como proteção ambiental e alimento saudável.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Fernanda Mazuco; LEITE, Devanir. **Rito Bizantino: Elemento Constitutivo de Identidade Étnica**. VII Congresso Intenacional de História, ISSN 2175-4446 (ON LINE) Doi: 10.4025/7cih.pphuem.757
- ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **A Morada do Vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre famílias pioneiras do Heimtal**. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1995.
- ALVES, José. **A dinâmica agrária do município de Ortigueira (Pr) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica**. Presidente Prudente: [s. n.], 2004. 316 f.
- ANUNZIATO, Herondy. Páginas da Nossa História: Herondy Anunziato. **Vale In Formação**, Ivaiporã: Paraná Indústria Gráfica, ano II, nº 13, p. 4-5, 2001. Entrevista concedida a Cyro Fernandes Corrêa Júnior.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. Londrina: EDUEL, 1998.
- AZERÊDO, Raoni Fernandes. **Agronegócio cooperativo da COAMO: territorialização, poder e controle**. São Paulo, 2016, 137 f.
- BERNARDELLI, Edson Carlos. **Ceasa inicia última fase de obras na nova unidade em Ivaiporã**. Folha de Londrina, Londrina, 14 nov. 2006, Folha Economia & Negócios.
- BERNARDES, L. M. C. O Problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. nº 3, julho-setembro de 1953.
- BERNARDES, N. Expansão do Povoamento do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- BIGG-WITHER, Thomaz Plantagenet. **Novo caminho no Brasil meridional, a província do Paraná: três anos de vida em suas florestas e campos, 1872/1875**. Rio de Janeiro: J. Olympio, UFPR, 1974, 417 p.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: junho, 2006, nº 26, pp. 83 – 92.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher comer. Um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1981.
- BRANDENBURG, Alfio. **A Colonização do Mundo Rural e a Emergência de novos atores**. Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 4, n. 1. (2010). Campinas: Unicamp/IFCH, 2011. p. 167-194.

BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela D. D.; SANTOS, Leonardo José C. **Dimensões socioambientais do rural contemporâneo**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 10, p. 119-125, 2004.

BRANDENBURG, Alfio; SOUZA, Osmar Tomaz de. **Políticas públicas, trajetórias de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar**. In: BRANDENBURG, Alfio; CORONA, Hieda Maria Pagliosa; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. (Orgs.). Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba: Ed. UFPR, 2012, pp. 255-313.

BRANDENBURG, Alfio et. al. (Orgs.). **Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007.

BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, Claire; e DAROLT, Moacir. Institucionalização do movimento agroecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. In: BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J. P.; LAMINE, C. (Orgs.). **Redes de Agroecologia: experiências no Brasil e na França**. Curitiba: Kairós edições, 2015. p. 87-110.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. 2. ed. Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2008. 36 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. Brasília: MDA, s.d., 28 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Manual de Implantação: Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília, março, 2011.

CAMPOS, Arnaldo de e BIANCHINI, Valter. A Agricultura Familiar passa a ser uma prioridade de Estado. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense (1900-1970)**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CANDIDO, Antonio. As formas de Solidariedade. In: WELCH, Clifford Andrew [et al.] (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 336p. (História social do campesinato brasileiro, vol. 1).

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **Associação**. Brasília: Sebrae, 2014, 46p., Série Empreendimentos Coletivos.

CARDOSO, C. F. S. **A brecha camponesa no sistema escravista**. In: **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, pp.133-154.

CHAYANOV, Aleksndr Vasilievich. Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, 304 p.

CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: o caso do Norte do Paraná**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade Gama Filho, 1988.

CLEVE, Jeorling. **Memórias de Pitanga**. Curitiba: Artes & Textos, 2010.

CORRÊA JR., Cyro Fernandes. Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã: compras públicas e privadas. In: JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO, 2., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos**. Disponível em <<https://goo.gl/yQfMiH>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

DAROLT, Moacir Roberto. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores: agroecologia, circuitos curtos, venda direta, feira ecológica, caminhadas na natureza, comercialização, turismo rural**. Londrina: IAPAR, 2012, 162p.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. In: Revista Agriculturas, v. 10, n. 2, junho de 2013, p. 8 – 13.

DENEZ, Cleiton. **A Dinâmica Populacional na Região de Ivaiporã/PR (1970-2010)**. Revista Geografar. Curitiba: v. 6, n. 2, p. 130-150, dez./2011.

DIAS, José de Paula. **Participação na APRI**. Ivaiporã, 2017, Entrevista concedida a Cyro Fernandes Corrêa Júnior. Arquivo eletrônico.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2012. 24ª ed. Coleção Estudos.

EMATER. **Extensão rural promove desenvolvimento rural através do associativismo**. Disponível em: < <https://goo.gl/y2gXsi> >. Acesso em: 20 jun. 2016.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: FAO/INCRA, 1994. 24 p. Versão resumida do relatório final do Projeto UFT/BRA/036.

FAO. **The State of Food and Agriculture – SOFA: Innovation in family farming**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014.

FAO. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Um Retrato Multidimensional. Relatório 2014**. Brasília: FAO, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. 366 p.

FERNANDES, Josué Corrêa. **Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira do Ivaí**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

FERNANDES, Reginaldo Júnior. **O delito dos proscritos: a marginalidade política em Londrina (1956-1967)**. Assis: Dissertação / UNESP, 2007, 250 f.

HELLER DA SILVA, Osvaldo. **Communistes e anticommunistes: l'enjeu du syndicalisme agricole dans l'état du Paraná de 1945 a la fin des années 70**. 1993. Thèse (doctorat de sociologie) - Ecole des Hautes Etudes en sciences sociales, Paris.

IBASE. **Relatório PRONAF Resultados da Etapa Paraná**. Rio de Janeiro: IBASE/EMATER/SAF/MDA, 2006.

IFPR. **Sustentabilidade na Agricultura Familiar: material de apoio / I Encontro de Agroecologia do Vale do Ivaí**. Ivaiporã, 25-6 de setembro de 2013, IFPR, 46 p.

IPARDES. **Alternativas de agroindustrialização para a Cooperativa Mista do Vale do Ivaí – COPIVA / Estudo elaborado pela Quanta – Sistemas Produtivos, segundo convênio entre IPARDES, FUNPAR**. Curitiba, IPARDES, 1994.

IPARDES. **Comercialização de alimentos no Paraná**. Curitiba: Fundação Edison Vieira, 1990, 211 f.

IVAIPORÃ. **Lei geral da micro e pequena empresa**. Disponível em: < <https://goo.gl/MxJGmn> >. Acesso em: 05 jul. 2016.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização Agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência do café**. Paulo Astor Soethe; Daniel Marineschen (Coord. e Trad.) et. al. Maringá, Eduem, 2014, 310 p.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, Hugues (Org.). **Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.

LIZARELLI, Paulo Henrique. **Estudo para conversão do sistema convencional de cultivo para agricultura orgânica: análise holística da olericultura em Ivaiporã – Paraná**. Curitiba, UFPR/Monografia de Especialização, 1995, 47f.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981, 186 p.

MARTINS, Gelise Cristine Ponce. **O processo de (re)ocupação do norte do Paraná e o discurso que o legitimou (1855-1970)**. História e-história. Unicamp.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Livro Primeiro O Processo de Produção do Capital, Tomo 2, 394 p.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** São Paulo: *Lua Nova*. 1989, n.17, p. 49 – 66.

MENDES, Anivaldo. **Participação na APRI**. Ivaiporã, 20 jul. 2016. Entrevista concedida a Cyro Fernandes Corrêa Júnior. Arquivo eletrônico.

MERCER, Luiz Leopoldo. **Edmundo Alberto Mercer - Toca Mercer, um livro só pra nós**, [s.n.], 1978.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; São Paulo: Polis, 1984. (Coleção Geografia Teoria e Realidade).

MONTOYA, Antonio Ruiz. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Trad. vernácula: Arnaldo Bruxel. Rev. do texto, apres. e notas: Arthur Rabuske. Porto Alegre, Martins Livreiro Ed., 1985.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná 1769-1924**. 2. ed. rev. e ampl. Maringá Eduem, 2008. 298 p.

MOTA, Lúcio Tadeu. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século XIX. In: _____; NOELI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.). **Uri e Wãxi – Estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Ed. UEL, 2000. p. 81-189.

NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. **Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relação que teve com os índios Coroados mais bravios daqueles lugares**. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, t. XLIX, v. 2, p.267-281, 1886.

PADILHA, Douglas Ochiai. **Controvérsias na construção do Mercado de Orgânicos de Curitiba**. Curitiba: UFPR, 2017.

PADILHA, Antônio. **Ivaiporã: sua história sua gente**. Ivaiporã: Traço, 1988.

PADILHA, Douglas Ochiai; CARNIEL, Fagner. **A (re)construção social do(s) mercado(s) de produtos orgânicos em Rio Branco do Sul: o local e o massificado em perspectiva**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

PADIS, P. C. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

PARANÁ. **Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas M. D. Presidente da Republica pelo Snr. Manoel Ribas Interventor Federal no Estado do Paraná**. Março de 1940, p. 1-186. Consultado em: < <https://goo.gl/ppSJPP> >. Acesso em 20 out. 2016.

PARELLADA, Claudia Inês. **Villa Rica del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná**. Curitiba: Arquivos do Museu Paranaense, Nova Séria Arqueologia, 8, 1993.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A Construção Social de Mecanismos Alternativos de Mercados no Âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Curitiba, 2012. 450 f.

PORTO, Sílvio Isopo et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942, 390 p.

PRIORI, Angelo, et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. 234 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUIEZI, Simone Aparecida. **Companhia Ubá: Colonização e Ocupação do Território entre os Rios Ivaí e Corumbataí (1939-1970)**. Monografia apresentada como requisito de especialização em história à FAFIMAM. Mandaguari, 1999.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Toponímia Paranaense de Origem Tupi. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. 5., 2001, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**, Livro de Resumos, 188. Rio de Janeiro: V CNLF, 2001. Disponível em <<https://goo.gl/x4Bm4k>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

RODRIGUES, R. L.; MORETO, A. C.; FERREIRA, C. R. **As características do mercado de hortifrutigranjeiros em Londrina.** Semina: Londrina, Ci. Sociais/Humanas, v. 17. n. 3, p. 345-349, set. 1996.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades Novas do Café: História, Morfologia e Paisagem Urbana.** Curitiba: Editora UFPR, 2013. 206 p.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.

SANT'ANA, Hugo. **Paulo Pimentel: momentos decisivos.** Curitiba: Travessa dos Editores, 2008. 284 p.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, junho/1977, 54 ed., p. 81-100.

SERRA, E. **Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná,** 1991. 361 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

SETENARESKI, Jane Elisabeth Kasperski. **Ceasa inicia última fase de obras na nova unidade em Ivaiporã.** Folha de Londrina, Londrina, 14 nov. 2006, Folha Economia & Negócios.

SHIKIDA, P. F. A.; JUNQUEIRA, C. P.; STERCHILE, S. P. W. Mudanças no padrão tecnológico do corte de cana-de-açúcar: uma análise preliminar do caso paranaense. **Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR,** Umuarama, v. 8, n. 1 e 2, p. 7-32, jan./dez. 2007.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: Governar os Comuns.** Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2011, 15 p.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAQUES, Nilson Roberto et al. **Os Agroecologistas de Guarapuava PR: Perspectivas e acesso às políticas que incorporam a agroecologia.** Ponta Grossa: Dissertação, 2014, 108 f.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade. O mito da Companhia de terras Norte do Paraná.** Assis, Dissertação de Mestrado, UNESP, 1989.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: História e Fantasmagorias.** Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES,

José Henrique (orgs). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História**. Curitiba: UFPR, n.º 7, 1968.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

WASSMANSDORFF, Tiago. **Avaliação do PRONAF como política pública e o desenvolvimento humano do Paraná Central – Região Ivaiporã: 2000 e 2006**. UFPR, Monografia, 2007, 81 f.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Campinas: UNICAMP, 1989.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Em busca da Modernidade Social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, Horácio Martins (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 141-161.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17 – Processos Sociais Agrários. Caxambu, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad em América Latina?** Norma Giarracca. Buenos Aires: CLACSO, p. 31-44, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1999.